

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



100^a Reunião Ordinária do CONAMA

Brasília/DF.
24 de novembro de 2010.
(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

2
3

31O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA) – Senhores conselheiros, bom
32dia a todos. Sejam bem-vindos a esta 100ª Reunião Ordinária do CONAMA. Quero
33dizer que essa reunião será aberta, mais uma vez, pela nossa Ministra Izabela
34Teixeira, que é Presidente do Conselho, mas antes da abertura, eu quero convidar a
35compor a Mesa o nosso caríssimo Presidente do IBAMA, Abelardo Bayma, a quem
36nós agradecemos não só por mais essa recepção à Plenária do CONAMA, como
37também o apoio que o IBAMA vem prestando sempre às reuniões do CONAMA. No
38caso dessa reunião aqui, inclusive com a ambientação que foi feita, com faixa, com
39banner para que a reunião pudesse ter esse destaque em relação às plenárias
40anteriores. Nós estamos aguardando a chegada do Dr. Paulo Nogueira Neto para
41uma homenagem que vamos prestar a ele e ao Dr. Jairo Costa, da FBCN e também
42Dr. Antônio Almeida, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio,
43que participaram da 1ª Reunião do CONAMA, em 1984. Assim que o Dr. Paulo
44chegar, que ele está com um problema de atraso no voo, nós vamos convidá-lo para
45compor a Mesa também, juntamente com o Dr. Jairo, da FBCN. Então eu passo a
46palavra à Ministra Izabella Teixeira para dar início à essa 100ª Reunião Ordinária do
47CONAMA.

48

49

50O SR. ABELARDO BAYMA (Presidente do IBAMA) – Bom dia a todos.
51Excelentíssima senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, senhoras
52conselheiras, senhores conselheiros, demais presentes. É com imensa alegria que o
53IBAMA recepciona no dia de hoje a 100ª Reunião do Conselho Nacional de Meio
54Ambiente – CONAMA. Esse Conselho já escreveu seu nome na história ambiental
55desse país com o trabalho sistemático de normatização da Política Nacional do Meio
56Ambiente, desenvolvido com a participação de segmentos do governo, do setor
57empresarial e das organizações não governamentais. Estou certo de que muitas
58outras decisões, Ministras, importantes serão tomadas por este Fórum. Desejo aos
59senhores uma excelente reunião e o IBAMA sempre estará de portas abertas a
60todos as reuniões do CONAMA. Muito obrigado.

61

62

63A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA) – Bom dia a
64todos. Bom, o momento realmente histórico pessoal para mim inclusive, porque a
65minha primeira atividade profissional como bolsista do projeto Rondon na antiga
66Secretaria Especial do Meio Ambiente foi, além de assessorar o Dr. Paulo Nogueira
67Neto diretamente, logo depois eu fui trabalhar na Secretaria Administrativa, hoje
68Diretoria Executiva do CONAMA, por conta e culpa única da Dra. Regina Gualda,
69que na época, como diz os bastidores como lhe é peculiar, influenciava dizendo que
70era uma menina dedicada, (menina é ótimo), menina mesmo, e era mesmo,
71dedicada e organizada e lá fui trabalhar com a Maria do Carmo Albuquerque, o Luís
72Fernando, com a irmã dela, a Misé em um ambiente que era absolutamente otimista,
73porque finalmente tinha se implantado o Conselho Nacional do Meio Ambiente como
74ele tinha sido formulado. Então, como diria o meu político predileto depois do
75Presidente Lula, é com a alma lavada e enxaguada, que era o Odorico Paraguaçu,
76que eu faço essa homenagem e participo com muita honra como funcionária da
77antiga SEMA e hoje funcionária do IBAMA de carreira, funcionária do Governo
78Federal, participo da 100ª Reunião do CONAMA. Uma reunião que é histórica
79também porque encerra 8 anos do governo do Presidente Lula numa performance
80invejável deste Conselho, que sempre é alvo de muitas críticas, positivas e
81negativas, e assim que é bom. Bons resultados são sempre guardados de polêmica,
82e é isso: romper paradigmas, estabelecer um colegiado com caráter deliberativo

83que, para tomar a sua decisão, tem que buscar convergência entre todos os
84segmentos. Um dos desafios é buscar a convergência do âmbito do Governo
85Federal. Então já começa daí. Não é fácil ter um envolvimento e a mobilização de
86tantos temas, de uma diversidade de temas e interesses, todos legítimos, que são
87interesses de políticas públicas, e, portanto, interesse da sociedade brasileira,
88colocando num formato que não extrapole as competências desse Conselho,
89assegure avanços em torno da legislação ambiental, mas mais do que isso,
90assegure o espaço do diálogo e da negociação política na consolidação de um
91Estado Democrático. O CONAMA foi criado ainda no final do processo da ditadura,
92um processo de abertura e 30 anos depois, quer dizer, 29 anos, de 81 a 84, 26
93anos. Viu como sou precoce? Não sou balzaquiana ainda, continua com sua marca
94e mantendo respeito entre as partes. Além da diversidade de opiniões e desafios no
95âmbito do Governo Federal, esse Conselho tem a responsabilidade de articular o
96Sistema Nacional de Meio Ambiente nos 3 entes da Federação, num processo que
97nós todos temos acompanhado, de evolução e de participação cada vez maior dos 3
98entes da Federação, em particular a sinalização concreta que nós temos agora de
99aprovação do art. 23. Estamos na reta final da Lei Complementar em torno da
100regulamentação do art. 23 da Constituição, que assegurará com maior clareza,
101esperamos nós, toda a base legal para um novo desafio da Política Ambiental, que é
102a gestão ambiental com as competências concorrentes, como foi estabelecido pela
103Carta Magna em 88. Então o processo político nos remete aos últimos passos de
104negociação no Senado Federal. Estamos otimistas e esperamos, antes de finalizar o
105governo do Presidente Lula, termos a aprovação do PL, agora PLC I e daí os
106desdobramentos necessários, com o ajuste final de texto e o novo Governo já ter
107uma nova base legal para ação da legislação da chamada chamada competência
108concorrente e a minimização de conflitos. Além da relação federativa entre as 3
109instâncias do poder público, esse Conselho tem uma questão ímpar que merece
110todo o nosso destaque, que é a interlocução e o diálogo permanente com a
111sociedade civil, com a academia, com o setor empresarial. Então as decisões são
112feitas por maioria e por consenso, na sua maior parte, mesmo quando há
113divergências não nos negamos a ficar aqui 5, 6, 7 horas em debate para poder
114procurar lugar, uma condição comum que amplie a convergência em torno da
115tomada de decisão do Conselho. Isso é uma prática nacional do multilateralismo, eu
116que acabei de voltar de uma vitória histórica em Nagoya, sei o que significa negociar
117ao vivo e em cores com a diversidade, não só do planeta, mas sei por que o
118CONAMA me deu esse aprendizado. Acho que é mais fácil negociar com os países
119do que com o Conselho, mas enfim, há um aprendizado e uma tradição da área do
120meio ambiente de negociar e de procurar convergências. Isso é uma maturidade
121democrática que esse Conselho, desde a sua origem, se pauta como orientação.
122Nós estamos esperando aqui. então o Dr. Jairo já está aqui, que será um dos
123homenageados, pela Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, o Dr. Paulo
124deve estar chegando. Então eu vou avançar um pouco nas minhas apreciações e
125depois nós voltamos para fazer uma homenagem não só a eles dois, mas também
126ao Dr. Antônio Alves de Almeida, que era representante da CNTC à época, na 1ª
127Reunião do CONAMA e que infelizmente hoje não pode estar conosco por motivos
128de saúde, mas não quer dizer que nós não possamos fazer a mensagem a ele. O
129Nilo chegou a me mandar um torpedo para perguntar se eu estava na 1ª Reunião do
130CONAMA. Eu disse que não. A reunião foi em junho, mas eu comecei a trabalhar
131em agosto de 84, então por pouco eu não estava na 1ª Reunião, mas me lembro
132historicamente de uma reunião do CONAMA, da aprovação da Lei de Ação Civil
133Pública e ali sim foi uma mudança completa sobre o envolvimento da sociedade e
134este Conselho recepcionou uma reunião para discutir isso. Então ainda no processo

135antes da atual carta constitucional. Então tem momentos históricos no Conselho
136Nacional de Meio Ambiente, não só para a área ambiental, mas momentos que
137representam e ilustram o caminho dessa sociedade na consolidação da democracia
138e aí o caráter importante de ter um Conselho Deliberativo na área de meio ambiente.
139É difícil negociar, é difícil entender as divergências, as especificidades, mas é
140absolutamente fantástico quando nós construímos com o apoio de todos. Então essa
141é uma característica do CONAMA e que eu acho que a Política Ambiental, desde a
142sua origem, ensina todas as políticas públicas: como negociar com a sociedade,
143desde a sua formulação inicial, até a questão da regulamentação e até o
144licenciamento ambiental, que é uma expressão também viva de como você discute
145com a sociedade as questões que implicam no desenvolvimento. Eu gostaria de
146aproveitar esse momento, como é um momento também não só histórico do
147CONAMA, mas de fechamento de um Governo, de mostrar a performance dos
148senhores. Eu não sei se todos aqui têm noção que nesses últimos 8 anos vocês
149trabalharam ou nós trabalhamos aprovando 55 resoluções. As pessoas não têm
150dimensão do que envolve o trabalho no CONAMA, além de 10 recomendações, 64
151moções, 7 decisões que envolvem, em particular, o Zoneamento Econômico
152Ecológico e a parte recursal de multas, mas as resoluções, só de 2008 para cá,
153foram 20, o que mostra uma mudança de enfoque gerencial importante para esse
154Conselho. A pauta está limpa. Até onde eu sei, está no ritmo das comissões, das
155Câmaras Técnicas e etc. Dentre essas resoluções, o CONAMA trabalhou desde o
156programa de controle de emissões veiculares e qualidade do ar, passando e, por
157decisões realmente fantásticas do ponto de vista de consolidação do PROCONVE,
158novas fases, indo para a questão de especificações de óleo diesel comercial, indo
159para a questão de camada de ozônio, passando pelos Planos de Emergência
160Individual para Incidência de Poluição por Petróleo, isso é um dos temas e a
161diversidade com que os senhores tiveram que trabalhar e aprovar novas normas,
162mostrando avanço, não só na legislação, mas nos insumos para o desenvolvimento
163sustentável desse país. A parte de pneus, pilhas e outros resíduos tem uma
164abrangência enorme de, desde a questão de pneus inservíveis, com uma vitória
165histórica no Supremo Tribunal Federal, isso é importante, em particular pela nova
166Política Nacional de Resíduos Sólidos. Isso mostra a convergência das nossas
167ações, o diálogo e o novo patamar que o Brasil quer praticar em torno do
168desenvolvimento. Amanhã eu vou lançar uma pesquisa sobre o que os brasileiros
169pensam sobre meio ambiente, atos de consumo e reciclagem nas 11 principais
170capitais desse país e é impressionante, porque nós estamos usando cada vez mais
171o dado de pesquisa para entender como abordar a diversidade desse país em torno
172dos temas de sustentabilidade e a questão de pneus, de resíduos aparece como um
173dos itens de preocupação da sociedade. Isso é absolutamente importante, porque
174nós não estamos aqui dissociados do mundo que está lá fora. Ao contrário, esse
175Conselho recebe a diversidade das inquietações da sociedade brasileira. Às
176vezes temos propostas inclusive sobre cemitérios, licenciamento em cemitérios. É
177importante chegar na outra vida já devidamente licenciado, me dizia um
178ambientalista, não causando impacto ambiental e eu olhei e falei: muito bem. Então
179nós temos que entender que é uma salvaguarda. Os ambientalistas têm
180preocupação até com a outra vida, o impacto é transcendental, ou metafísico,
181melhor dizendo. O CONAMA disciplinou isso. Uma vez o jornalista me perguntou
182sobre isso e eu falei: você não tem noção que morrer causa um impacto profundo
183ambiental com externalidades muito negativas para aqueles que te cercam. Às
184vezes pode ser um alívio, mas enfim, teve a questão de amianto incluído na classe
185de resíduos perigosos, a questão de óleo lubrificante, na parte de habitação de
186interesse social e saneamento. É uma Resolução importante, a de habitações de

187interesse social, que viabilizou com isso uma segurança jurídica em torno do
188programa Minha Casa, Minha Vida e de outros investimentos na área de cidades a
189despeito da performance de estados e municípios, muitos deles que já têm
190legislação consolidada, caso de São Paulo, caso de Minas Gerais, mas outros
191estados e municípios não tinham. Então o CONAMA imediatamente fez um trabalho
192a partir da proposição da ANAMMA e da ABEMA de dar segurança jurídica para que
193nós possamos avançar em um programa social tão importante que chega agora ao
194final do ano com seu 1 milhão de casas devidamente contratadas e já com a
195segunda fase anunciada de 2 milhões de habitações populares para os próximos 4
196anos. Então isso mostra como a área ambiental não restringe o desenvolvimento. Ao
197contrário, ela condiciona, ela viabiliza e provoca a discussão. Acabei de chegar de
198São Paulo, tive uma excelente reunião, encontro com o Grupo Abril, discutindo as
199questões de sustentabilidade e uma das preocupações é exatamente essa: como
200você avança na questão da sustentabilidade em torno até do consumo para a
201população de baixa renda em hábitos de como você pode viver melhor, com casa
202mais adequada, até móveis, como você pode favorecer o bem-estar com
203sustentabilidade. Então tem aqui essa Resolução que foi aprovada em 2009, temos
204a questão de licenciamento em aterro sanitário, está aí a Política Nacional de
205Resíduos Sólidos na reta final da sua regulamentação, a primeira parte da sua
206regulamentação, porque é uma lei tão complexa que exigirá um complexo processo
207de debate para regulamentações sucessivas, de tal maneira que nós possamos
208cumprir tudo aquilo que a lei determina, não só o Poder Público, mas a sociedade.
209Tem a questão também sobre o sistema de esgotamento sanitário, o licenciamento
210simplificado. São R\$ 45 bilhões nos próximos 4 anos em investimentos do Governo
211Federal em saneamento ambiental. Então ninguém poderá dizer que a área
212ambiental está criando problemas. Ao contrário, nós estamos trabalhando e
213disciplinando esses investimentos. O uso agrícola de lodos de esgoto, descarte
214contínuo de água de processo, os procedimentos para avaliação de material
215dragado em função de toda a revitalização do sistema portuário. Está pronto o novo
216Decreto de regularização ambiental dos portos no Brasil, com licenciamentos e etc.
217Então isso tudo é absolutamente convergente do ponto de vista daquilo que o
218CONAMA define como diretrizes e procedimentos e como é que você, a partir daí,
219pauta as ações dos diferentes entes da Federação. A mesma coisa, se nós formos
220para a questão de águas subterrâneas, até fóssil em detergente, composição de
221fóssil em detergente foi objeto de resolução, além de um conjunto de licenciamentos.
222Aqui o pessoal da pesca se vê aliviado depois de uma longa... Tem o licenciamento
223ambiental de aquicultura, que foi uma Resolução amplamente debatida neste
224Conselho, que eu espero ter contribuído para os resultados da cultura e ampliação
225dessa Política que é tão importante para minimizar a pressão sobre os estoques
226pesqueiros e dar proteína para a população e renda para o pescador, a questão de
227dados sísmicos e marítimos. Essa nova Resolução foi determinante para você
228consolidar o processo de pesquisa sobre o pré-sal e exploração e aqui eu quero
229fazer menção aos senhores que participam hoje do CONAMA, além da Petrobrás,
230que sempre acompanha por intermédio do Ivan, 26 profissionais. O Ivan resolveu
231trazer de alto nível da Petrobrás, todos que participam com a questão ambiental
232dentro da Petrobrás para participarem dessa reunião do CONAMA. Isso mostra uma
233aproximação, o espaço democrático que esse Conselho oferece para convergência
234e integração entre políticas públicas. Espero que vocês sobrevivam a essa reunião e
235mais do que nunca, vocês, na verdade, entendam a complexidade e a importância
236política desse Conselho e a seriedade que nós trabalhamos na definição de normas
237ambientais. De qualquer forma, sejam bem-vindos a esse Conselho e falo em nome
238do Plenário e acho importante que todas as empresas que possam visitar o

239CONAMA estarem participando como ouvintes, acompanhando o processo de
240tomada de decisão desse Conselho. Além disso, os projetos de Assentamento de
241Reforma Agrária, as normas de licenciamento para isso, que suscitam algumas
242demandas específicas de alguns estados e que nós precisamos aprimorar o
243processo de gestão ambiental, a questão de cemitérios, auditoria, a parte de
244agricultura familiar, e aí a Resolução aprovada sobre a agricultura familiar com
245interesse social, a parte de atividades, empreendimentos turísticos em zona costeira,
246uma Resolução que disciplinou a questão de vegetação de restinga, fechando toda a
247regulamentação da Lei da Mata Atlântica, uma série de resoluções sobre Mata
248Atlântica, inclusive no Estado de Minas Gerais, Estado da Paraíba, a questão do
249jardim botânico, disciplinamento sobre patrimônio espeleológico, as diretrizes para
250compensação ambiental, isso tudo foi feito pelos senhores nos últimos 8 anos. A
251parte de manejo florestal, dando todas as novas regras para o Plano de Manejo
252Florestal na Amazônia, com os (...) madeireiros, e permitiu, na semana passada, nós
253colocarmos em prática a primeira concessão florestal nesse país, que aconteceu na
254semana passada pelo Serviço Florestal Brasileiro, ou seja, começamos a produzir
255madeira com certificação a partir das concessões florestais. Isso é um ganho que
256começou exatamente na revisão do procedimento de florestas, de gestão de
257florestas nesse país, com a criação do Serviço Florestal Brasileiro ainda com a
258ministra Marina Silva com a participação no Congresso e a evolução até chegar às
259concessões que estão aí, com editais, sem questionamento da justiça, com
260transparência e agora com a demanda de fiscalização, de monitoramento e
261acompanhamento por parte da sociedade. Também um conjunto de medidas em
262termos de animais silvestres e a parte de áreas contaminadas, talvez em um dos
263momentos que eu vou me recordar como momento histórico nesta casa em 2009,
264sobre o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas, que é uma Resolução
265tecnicamente muito complexa e que foi objeto de um debate, diria eu, inquietante e
266*caliente* nesse Plenário, mas que acabou todo mundo entendendo e convergindo,
267além das diretrizes para educação ambiental e a Câmara Técnica Recursal.
268Recomendações em torno do Zoneamento Ecológico na Amazônia, nos estados do
269Pará, Acre e Rondônia e outras recomendações, (...) de áreas protegidas, enfim,
270tem um conjunto de... Aqui tem um resumo de todas as decisões do CONAMA nos
271últimos anos e isso será tornado disponível para todos os conselheiros, estará no
272*site* e etc. como um balanço de Governo, um balanço de ação desse Conselho, que
273tem desafios aí de reestruturação, tem desafios de aprimoramento, o Regimento
274Interno está na fase final de discussão para apreciação. Isso tudo tem um rito e tem
275um ritmo e eu espero que ano que vem, já na nova gestão do Governo, este
276Conselho possa deliberar este sobre seus novos passos. Muito foi feito nesse
277Governo, no Governo do Presidente Lula, mas como todo processo que é
278permanente, ele tem que se renovar, tem que se aperfeiçoar em função das
279demandas da sociedade e isso é absolutamente legítimo em função também do
280processo de gestão e da eficiência do que o Conselho pode ter. Do meu ponto de
281vista pessoal, eu me lembro quando assumi como Secretária Executiva do
282Ministério, que o CONAMA passava por um momento de alta sensibilidade, inclusive
283com uma inquietação muito grande de alguns conselheiros e chegamos a viver um
284momento, logo no início, eu acho que na primeira reunião que eu tinha saído
285inclusive, momento de absoluta insatisfação com o abandono do Conselho por parte
286dos conselheiros em função de uma situação muito específica que foi vivida aqui
287dentro. Nós superamos isso. Mais do que superamos, nós demos um caráter político
288que esse Conselho precisa, em particular no Ministério do Meio Ambiente, que
289voltou a acolher todos os segmentos das reuniões prévias ao Conselho. Então o
290Ministério voltou a trabalhar politicamente o Conselho Nacional de Meio Ambiente,

291que é o papel do Ministério. Espero que no próximo Governo, além disso, nós
292possamos ter um acolhimento maior por parte dos órgãos ambientais em torno das
293demandas do CONAMA. Há um esforço muito grande do IBAMA, do Instituto Chico
294Mendes, do Serviço Florestal de atender, do próprio Ministério, mas nós precisamos
295envolver mais. Então essas reuniões preparatórias se mostraram exitosas do ponto
296de vista político, se mostraram importantes, do ponto de vista da pauta do Conselho,
297mas também mostram a diversidade de assuntos que nós temos que procurar novos
298procedimentos institucionais para acolher a demanda da sociedade, sociedade aqui
299*latu sensu*, envolvendo inclusive o Poder Público. Então eu acho que tem um desafio
300para o Ministério do Meio Ambiente que eu passarei ao meu sucessor, de lidar com
301esse Conselho na instância política, a importância que ele tem. Então eu entendo
302que o trabalho foi muito bem feito, então aqui eu quero reconhecer publicamente o
303esforço de todos os profissionais do Ministério do Meio Ambiente, das instituições
304vinculadas, de participarem nesse processo de interlocução política e também das
305associações, quer dizer, ABEMA, ANAMMA, o próprio colegiado de entidades não
306governamentais, o setor produtivo naquelas reuniões que são provocadas para olhar
307a pauta, para debater politicamente quais são as de grandes dificuldades, como tem
308que ser o exercício democrático, mas também para entender quais são as situações
309que ainda não estão acolhidas e como nós podemos trabalhar politicamente esses
310temas, política e institucionalmente falando. Então o CONAMA ganhou outra
311expressão, como também temos uma demanda de... E o Ministério retomou esse
312processo, de fazer implementar as comissões tripartites, que é uma ideia colocada
313ainda na gestão da Ministra Marina Silva, uma ideia conduzida, em particular, pelo
314Cláudio Langone, Secretário Executivo, e que precisa ganhar contornos mais
315sólidos, do ponto de vista em particular, nos estados, além da União e com esse
316envolvimento dos municípios. Essas agendas, a importância das tripartites, no meu
317entender, é não só assegurar o diálogo entre os 3 entes da Federação, mas também
318tratar os temas regionais. A diversidade desse país requer uma mobilização
319regional. Então tem alguns deveres, além da integração com a tripartite, uma
320integração com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é importante. Isso é
321um dever de casa que tem que ser feito, o próprio Ministério está buscando os meios
322agora. O Dr. Machado tem se dedicado a isso, o Secretário Executivo, para
323verificarmos como isso pode, enfim, avançar em termos de convergência dos
324conselhos nacionais, o que é absolutamente importante em função de uma agenda
325de desenvolvimento. Bom, do meu ponto de vista pessoal, nós temos um trabalho
326duro a ser feito hoje. Confesso que eu tenho saudades do meu tempo de Secretária
327Executiva, que eu podia ficar o tempo inteiro no CONAMA para ouvir o elevado grau
328de entropia que essa reunião às vezes ganha e é muito divertido, mas infelizmente
329eu não posso ficar. Ministra tem isso. Eu sempre falo: a Ministra participa de
330abertura, nunca de fechadura. Hoje a agenda está enlouquecida, para ariar. Esse
331final de governo tem sido assim, absolutamente ímpar. Mas nós temos uma pauta
332importante, que terá aqui um painel sobre o Plano de Recursos Hídricos e Gestão
333Ambiental, temos a homenagem aos dois conselheiros. Eu não sei se... O Dr. Paulo
334deve estar na... Você tem alguma notícia do Dr. Paulo? Eu vou homenageá-lo, mas
335antes eu teria que sair. Mas enfim, eu quero homenageá-los. Depois tem uma
336apresentação dos novos conselheiros, a Secretaria Executiva do CONAMA faz seus
337encaminhamentos, a tribuna livre, enfim, os requerimentos de urgência e eu vou
338comentar aqui... Tem moções, que é uma proposta que recomenda a criação do
339Corredor Ecológico do Rio Pelotas, uma moção de repúdio à Hidrelétrica de Belo
340Monte, uma proposta de repúdio aos projetos de estaleiro da USX, que já foi retirado
341pela série de licenciamento, fui informada sobre isso em Santa Catarina, mas enfim,
342é uma proposta de moção sobre Política Integrada de Combate à Incêndios

343Florestais e as resoluções, que uma fala sobre o licenciamento ambiental de
344empreendimentos que afetam Unidades de Conservação e sua Zona de
345Amortecimento. Essa é uma das resoluções mais importantes do ponto de vista do
346processo de modernização do licenciamento ambiental nesse país e é uma proposta
347que vem sendo feita... Foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente por intermédio do
348Instituto Chico Mendes e acolhida pelos estados. Eu falei recentemente em uma
349entrevista que fazer gestão ambiental nesse país você tem que ser um executivo e
350executivo tem que ter a sensibilidade de saber a diversidade de situações para
351acolher a tal da palavrinha “sustentabilidade”. Essa é uma Resolução que sugere
352isso: uma inovação em torno não só do licenciamento ambiental, mas também em
353torno da gestão das Unidades de Conservação e na realidade o CONAMA está
354sinalizando a priorização, a aprovação de planos de manejo. Isso que está sendo
355dito aqui do ponto de vista das Unidades de Conservação. Dispõe, uma segunda,
356sobre movimentação interestadual de resíduos perigosos e depois uma Resolução
357que fala sobre a revisão do conteúdo da 303, de 2002 e depois uma Resolução
358proposta complementar à 357 e à 397, de 2008, sobre a (...) de corpos d’água e
359diretrizes ambientais e finalmente a Resolução que institui o calendário de reuniões
360ordinárias no CONAMA com todas as ressalvas que são feitas por causa de
361feriados, enfim, aquilo que já é de praxe desse Conselho. As reuniões ordinárias,
362sabendo as extraordinárias. E tem um conjunto de informes aqui que serão dados,
363inclusive sobre a 10ª Conferência das partes em Nagoya. O Bráulio virá falar, que foi
364realmente uma vitória excepcional de toda a área ambiental e do multilateralismo e
365eu tenho orgulho de dizer que o Brasil desempenhou um papel estratégico no
366sucesso dessa Conferência e foi um orgulho, um papel não só desempenhado pelo
367Governo Brasileiro, em particular por nós, Ministério do Meio Ambiente e pelo
368Ministério das Relações Exteriores. Um reconhecimento meu, público, a toda a
369equipe que trabalhou nisso, foram 3 semanas diferentemente de 2 semanas. Na
370realidade foi uma semana antes para discutir protocolo de ABS e acho que a
371sociedade ainda não deu conta do que significa o protocolo de ABS, a
372transformação em torno de acesso a recursos genéticos e o pagamento de *royalties*
373aos países detentores da biodiversidade. É um novo mundo que se anuncia,
374senhores. É um novo processo da indústria da fronteira da biotecnologia e da
375conservação da biodiversidade. O Governo Federal já encaminhou isso, isso é um
376dos assuntos que está no Governo de Transição e tenho certeza que esse CONAMA
377será provocado, esse Conselho será provocado por discussões de natureza
378estratégica sobre acesso a recursos genéticos e além do Plano de Metas para 2020,
379que será traduzido no Brasil em uma Agenda 2020, quer dizer, como nós vamos
380discutir as metas internacionais e gerais considerando o contexto nacional e qual é a
381estratégia a ser feita em torno da conservação da biodiversidade e obviamente, a
382mobilização de recursos. O Brasil é um fator estratégico nos resultados. É um país
383que mais cumpriu metas, um país que desempenhou a maior criação de áreas
384protegidas no planeta nos últimos 8 anos. O Presidente Lula foi responsável por
38575% das áreas protegidas criadas no planeta, mas isso é insuficiente para os
386desafios de conservação da biodiversidade. Continua não só a perda da
387biodiversidade, mas em uma velocidade absolutamente acelerada. Isso tem um
388trabalho duro a ser feito. Agora, esse trabalho só se consolida se for pactuado com a
389sociedade, com todos os segmentos. Não acredito em construção de agendas de
390interesse estratégico que não seja pactuada na base. Não é assim que se faz
391política sustentável e a política ambiental precisa aprimorar os processos de
392construção na base com os vários segmentos que têm interesse e aí ter políticas
393sólidas e mais do que isso, ter meios de implementação dessas políticas sólidas.
394Nagoya nos ensinou isso, ter meios de implementação dessas políticas sólidas.

395Nagoya nos ensinou isso. Entao eu acho que tem aí um processo absolutamente
396importante, temos agora Cancun, que é uma Conferência também importante,
397sensível que o Brasil vai com o papel de negociador para fazer valer aquilo que nós
398chamamos de “pacote das decisões”, este pacote está sobre a mesa e envolve a
399prorrogação do Protocolo de Kyoto, a sua segunda fase, envolve medidas de
400mitigação, envolve a questão também de adaptação e o próprio “iniciativa de *head*
401*plus*”. Então são medidas que nós vamos trabalhar duramente. O Presidente Lula
402deverá ir a Cancun e também anunciaremos a consolidação dos resultados das
403políticas brasileiras para a redução de emissões de gases de efeito estufa, inclusive
404os acordos setoriais que estão sendo feitos em função da implementação da
405consecução das metas estabelecidas pela Política Nacional e pelo Plano Nacional
406de Metas. Então é com muita alegria que eu acho que nós terminamos o governo
407com resultados bastante sólidos, não só nacionalmente, como internacionalmente e
408mais do que nunca resgatando o espaço político do Ministério do Meio Ambiente,
409não só na Esplanada, mas nas negociações internacionais. Hoje eu tenho convicção
410que nós estamos esse espaço político nacional resgatado e condições de
411estabelecermos novas bases para o novo Governo. É assim que a sociedade
412determina e mais do que isso, também novas bases de diálogo com a sociedade. Eu
413acho que tem aí um trabalho imenso a ser feito, teremos a Rio + 20, quer dizer,
414teremos a Copa do Mundo, teremos os Jogos Olímpicos, tudo isso senso pautado
415pela Agenda da Sustentabilidade. Então sobre temas inovadores como a questão da
416economia verde, a questão da governança ambiental. Eu acho que merece uma
417reflexão obre a revisão do SISNAMA, do ponto de vista do seu aprimoramento. Nós
418temos que nos renovar, e não é colocar *botox*. É fazer mudança estrutural mesmo,
419porque nós temos que acompanhar um país que tem um crescimento... O
420Presidente Lula deixará o país com um crescimento em torno de 7,5, 8% ao ano e
421um país que será a 5ª economia do mundo ainda nessa década. Os desafios de
422redução da desigualdade e de proteção ambiental são imensos e a sustentabilidade,
423seus ativos ambientais são pré-requisito para essa sustentabilidade, para esse
424desenvolvimento sólido. Então nós temos uma oportunidade ímpar de discutirmos
425como fazer as coisas. Não adianta falar de sustentabilidade sem dizer como se faz
426sustentabilidade e quanto custo fazer isso e qual o custo de transição para fazer
427isso, como também não adiante falar sobre integração das 3 instâncias do Poder
428Público se nós não tivermos a segurança política e os meios políticos para fazê-lo e
429quanto custa isso. Discutir o financiamento para 5 mil e tantos municípios não é
430discutir o financiamento que nós fizemos na década de 70 para 80 dos órgãos
431ambientais em torno de 26 estados, que na época nem eram 26 estados mais o
432Distrito Federal. Então os modelos estão aí na mesa, a oportunidade para o debate
433tem que estar na mesa e eu tenho certeza que esse Conselho vai acolher isso e vai
434saber debater como gente grande, que é o papel dele. Nós somos indutores da
435transformação da sociedade brasileira. Por fim, eu quero agradecer... Quem eu vou
436agradecer? Vou agradecer ao CONAMA, claro, e agradecer a minha equipe. Eu
437acho que tem aqui algumas pessoas que são *Jurassic Park*, como a Marília, o
438Roberto Monteiro, o Paulo Macedo, do IBAMA, a Regina, quer dizer, pessoas... a
439Bete Lima, pelo Estado do Rio, Pedro Ubiratan, Clarismino, pessoas que são
440amigas, Flora, enfim, tem toda... Isso não é *Jurassic Park*. Vocês são tombados pelo
441patrimônio, mas tem pessoas da equipe do Ministério do Meio Ambiente que vieram
442neste Governo e aí um reconhecimento em particular ao Volney, que eu conhecia
443quando eu estava fora do governo, mas que foi uma pessoa extremamente dedicada
444a fazer este Conselho funcionar como Presidente de Câmara Técnica, o
445reconhecimento ao Nilo e sua equipe, que às vezes nos deixa enlouquecidos,
446porque fala muito, não tanto quanto eu, mas fala e é inquieto e cria umas

447confusões... Eu falo: “Nilo, quem mandou você fazer isso?”. “Ah, não sei o que”, mas
448funciona. Então o CONAMA também consegue chegar ao final desse Governo com
449êxito porque o Nilo foi um autor importante neste diálogo com todos os segmentos,
450mas ele vai se renovar. Vai fazer doutorado, vai se renovar. Mas em particular,
451agradecer ao IBAMA, ao Instituto Chico Mendes, que acabou incorporado ao
452CONAMA, a Agência Nacional de Águas, o Maurício, o Serviço Florestal, o pessoal
453da área de meio ambiente do Governo Federal, mas também aos meus
454interlocutores na Casa Civil, que foram parceiros extremamente estratégicos para
455nós conseguirmos avançar nessas resoluções e aí realmente é difícil, mas eles
456toparam fazer e tem pessoas importantes, como o Iorranes, o Jaime, Tereza
457Campelo, enfim, a própria Ministra Erenice, que nós temos que reconhecer o apoio
458dela dado ao Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Dilma, todos eles trabalharam
459conosco. Vocês não têm noção de quanto eles trabalharam conosco para viabilizar
460várias das coisas que vocês votaram aqui. E aos secretários, que bem o mal...
461Samira, que veio estreitar aqui no CONAMA, acostumada a liderar grandes massas,
462mas não o CONAMA, teve que aprender, mas enfim, a Ciça, que teve que nos
463deixar por razão família, o Bráulio, que a sucedeu o Egon, enfim, todas as pessoas,
464o Silvano, o PRESIDENTE da ANA, o Vicente, que foi um “parceirão” nas
465negociações com esse Conselho e a Branca e a Suzana na questão climática. Nós
466temos um time que trabalhou com este Conselho. E teve o Hummel no Serviço
467Florestal e antes o nosso querido Tarso Azevedo, que também foi um super
468parceiro. Quer dizer, é importante. Todos esses atores representam um conjunto de
469equipes, várias equipes que trabalharam com esse Conselho. No IBAMA eu quero
470agradecer, Abelardo, não só você, mas a Procuradoria Jurídica, toda a turma que
471teve que resgatar, a Diretoria e também o Patrimônio Histórico do IBAMA. Tem lá a
472Silvânia, que está resgatando o Programa Ruído, quero ver aprovado com o novo
473selo do INMETRO, tem a Vitória, que trabalhou... Volta na luta de incineração, já
474está se debatendo horrores, resgatando o Professor (...). Enfim, tem várias pessoas
475da própria (...), toda a equipe do IBAMA, como também outras pessoas que
476deixaram, mas que contribuíram para o processo. Nós temos que reconhecer todos
477eles. Superintendentes, como o Américo, que vieram a ser diretores, mas como
478superintendentes atuaram, então por seu intermédio eu faço homenagem aos
479superintendentes do IBAMA, que nos ajudaram. Alguns criaram problema, mas a
480maioria ajudou. Mas é importante citar para os senhores terem noção da extensão
481de atores que devem ser mobilizados para fazer uma reunião como esta. Não é fácil
482chegar aqui. Então as pessoas, às vezes: “o CONAMA é muito chato. É muita
483gente”, mas vocês não têm noção o que é ter muita gente para ter deliberações
484solidas com o apoio da sociedade e isso é insubstituível. Então encerrando, a
485Carmem já está me dando cartão vermelho, porque acabou meu tempo e eu estou
486fazendo hora para o Dr. Paulo Nogueira chegar e ele não chega. Eu tenho que sair,
487quero fazer homenagem ao Dr. Jairo e a ele e você aqui fazendo essa ansiedade
488em mim. Mas enfim, eu quero agradecer finalmente a todos os senhores, que
489sempre estiveram aqui para ter quórum e para permanecer nas reuniões às vezes
490até sabe-se lá que horas da noite, sem almoço para fazer funcionar esse Conselho.
491Obrigada. Um super resultado de anos. Langone está aqui, Langone estava aqui. eu
492quero homenagear aqui Ministra Marina Silva por intermédio do ex-secretário
493executivo dela, Dr. Cláudio Langone, que hoje assessora a ABEMA e vou
494homenagear o Ministro Minc por meu intermédio, que eu era Secretária Executiva
495dele. Enfim, agradecer mais uma vez Cláudio, Pedro Ubiratan, o pessoal de São
496Paulo, pessoal de Minas, gente, todos vocês: Ceará, Tereza. Langone, venha cá
497que eu estou fazendo uma homenagem a você e você está fazendo articulação para
498o próximo Governo, mas não vale. Nós estamos no atual ainda. Sente-se aqui. você

499está com um pedido de inversão de pauta? Ele está fazendo altas negociações, mas
500eu estou fazendo uma homenagem, por seu intermédio, à Ministra Marina Silva, ao
501trabalho de uma gestão que possibilitou os resultados desse conselho e me auto
502homenageei como Secretária Executiva do Minc, então fico bem nesse processo e
503mais uma vez agradecer a todos os senhores. Tem uma pauta extensa de trabalho.
504Eu vou ter que sair, porque eu tenho Conselho do Fundo da Amazônia, Então hoje
505tem uma complicação, porque nós estamos modernizando, mexendo em alguns
506arranjos de gestão do Fundo Amazônia, mas enfim, eu quero realmente agradecer
507aos senhores e dar os parabéns a esse Conselho. Nós chegamos ao final da gestão
508com esse Conselho vitorioso e eu me emociono com isso. Obrigado. Eu vou dizer da
509emoção, porque quando eu cheguei, era mais voto contrário a vocês existirem do
510que voto a favor e eu disse que nós íamos ficar com isso em pé. Está aí. Então
511vocês estão em pé. Cuidem do Conselho. Se renovem. Recomendação da Ministra,
512porque a guerra é dura e realmente quando eu assumi, isso aqui estava muito mais
513contrário a sobreviver, as pessoas... E entre vocês mesmo. entre nós mesmos
514existia um grande grau de divergência e hoje tem um Conselho em pé. Trabalhem
515pela modernização desse Conselho e Dr. Jairo é a inspiração para o Dr. Paulo
516Nogueira Neto. Cadê o Dr. Paulo? Dr. Jairo, começa com o senhor. Eu vou começar
517a cerimônia e o Dr. Paulo adensa depois, para nós podermos seguir a pauta, e
518quando ele chegar, nós interrompemos e fazemos uma homenagem aos dois. Dr.
519Jairo Costa, Fundação Brasileira da Conservação da Natureza, literalmente tombado
520pelo patrimônio ambiental. Esse está. Recebendo agora abraços via Internet:
521Gustavo Trindade, um beijo para você. A reunião está sendo transmitida ao vivo e
522em cores, então todo mundo sorrindo bonitinho. Isso é importante, não é, Ana
523Cristina? Faltou fazer um reconhecimento ao Ministério Público. Perdão. Eu olhei
524tanto para a Ana Cristina, Federal e Estadual, que também são nossos parceiros no
525processo da consolidação desse Conselho. Então é absolutamente importante a
526participação e tivemos na Ana Cristina, no Ministério Público Estadual dois atores
527excepcionais. Nos ajudaram, e muito a consolidar as decisões desse Conselho.
528Então vamos juntos para a próxima etapa. Dr. Jairo.

529

530

531**O SR. JAIRO COSTA (FBCN)** – Eu trouxe O meu improviso, mas é muito difícil
532acompanhar o trabalho maravilhoso que o CONAMA tem feito pelo nosso país. Esse
533relatório apresentado pela nossa Ministra diz bem o que é o CONAMA, o que
534representa o CONAMA para o nosso país. Eu não devia estar aqui falando, porque
535está faltando o Paulo Nogueira Neto, que é uma pessoa muito generosa e me
536aguenta, meu amigo há mais de 20 anos, quer dizer, não é normal. Outra pessoa
537que deveria estar aqui também é o Almirante Ibsen Câmara, uma pessoa super
538dedicada à nossa causa. Ele é autodidata, ele presidiu e trouxe no muito bom
539caminho, bom desempenho a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza,
540que é uma entidade que está fazendo mais de 50 anos e que participou da fundação
541do CONAMA, de modo que eu agradeço essa generosidade da nossa Ministra,
542porque nós fizemos pouco, o nosso país precisa mais. Muito obrigado.

543

544

545**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** –Dr. Jairo, ele
546fez um improviso e falou menos que o improviso. Mas enfim, a sapiência de quem
547fundou isso, quem ajudou a fundar esse Conselho. Hoje a noite terá a entrega do
548Prêmio Chico Mendes. O Nilo depois dará detalhes e aí nós teremos homenagem.
549Terminar Governo é bom, que você homenageia um bando de gente. Isso é ótimo.
550Fica só alegria. A tristeza passou, mas terá uma festa super bonita e eu convido a

551 todos os membros do CONAMA e convidados que aqui estão a participarem da festa
552 da entrega do Prêmio Chico Mendes, que o Nilo vai dar os rumos, onde vai
553 acontecer e etc. tem coquetel? É porque eu aprendi que nós só convidamos com
554 coquetel. Tem show e coquetel. Ensaio de evento internacional também. Se você for
555 fazer ensaio de evento sem comida, ninguém vai. Isso é outro aprendizado que nós
556 tivemos. Por isso que nós lutamos (...) em Nagoya. Enfim, vamos dar
557 prosseguimento à pauta da reunião. Os senhores concordam? Quando o Dr. Paulo
558 chegar nós vamos fazer a homenagem aos dois. Dr. Jairo fica aqui conosco. O
559 senhor, por gentileza e nós podemos dar prosseguimento à pauta. Eu vou chamar o
560 Dr. Volney, que já está aqui conosco para fazer essa condução da parte inicial da
561 reunião, discussão do painel de recursos hídricos que nós vamos ter agora e em
562 seguida nós desdobramos para a pauta como está estabelecida. Tudo bem? A não
563 ser que haja sugestão de inversão de pauta, enfim, aí vai entrar em um item
564 específico da pauta. Eu vou ter que sair agora para a reunião do Fundo Amazônia,
565 mas eu voltarei para cumprimentar o Dr. Paulo mais tarde, para dar um beijo nele e
566 eu quero agradecer aos senhores mais uma vez, me despedir formalmente do
567 CONAMA. Eu encerro no dia 30 de dezembro o meu mandato como Ministra do
568 Governo do Presidente Lula e literalmente dizer que foi uma honra, obrigada.

569

570

571 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Senhores conselheiros, nós
572 vamos então dar sequência à pauta com o painel, que será coordenado pelo nosso
573 Secretário Executivo Substituto, Dr. Volney Zanardi, que já está à Mesa e gostaria
574 de convidar também para compor a Mesa o nosso Gerente de Planos de Recursos
575 Hídricos da ANA, Dr. José Luis (...), que é geólogo, doutor pela Universidade de São
576 Paulo. Ele está representando aqui neste painel de debates o Dr. João Lotufo, que é
577 Diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas. O Dr. João Lotufo
578 teve um imprevisto de saúde na família ontem e em função disso ele solicitou que
579 Dr. José Luis Gomes (...) o substitua nessa Mesa. Quero convidar também para a
580 Mesa o nosso Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos
581 Estratégicos da Presidência da República, Dr. Ariel Pares, também para compor a
582 Mesa. O Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos,
583 Oscar Cordeiro Neto, está aqui presente. Oscar Cordeiro é graduado em Engenharia
584 Civil, pela Universidade de Brasília, mestre em técnicas e gestão do meio ambiente
585 pela (...), na França e doutor em ciências e técnicas ambientais pela mesma
586 universidade. É Professor da Universidade de Brasília, do Departamento de
587 Engenharia Civil e Ambiental e antigo Presidente da ABRH. Também foi Diretor da
588 Agência Nacional de Águas no período 2004-2008. Quero convidar também para a
589 Mesa o Dr. Oton Nascimento Júnior, que é o Secretário de Planejamento do Estado
590 de Goiás. Dr. Ariel já está chegando aqui. O Dr. Ariel é Agrônomo pela Universidade
591 Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, com especialização em economia
592 agrícola, pela Universidade de Paris, Mestre em Desenvolvimento Econômico, pelo
593 Instituto de Altos Estudos da América Latina. (...). E o Dr. Oton Nascimento é o
594 Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Secretário Executivo do Comitê
595 Gestor do Plano Estratégico dos Rios Araguaia e Tocantins. É graduado também em
596 Engenharia Civil pela Universidade de Brasília e pós-graduado em computação
597 eletrônica e relações públicas. Foi Secretário de Estado do Planejamento e
598 Coordenação, Deputado Estadual e Diretor-Presidente da Goiás Investimento e
599 Secretário de Planejamento também da Prefeitura de Anápolis. Quero convidar para
600 a Mesa também, para se somar a esse grupo de debatedores, Donizete José (...).
601 Donizete é Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Goiás. É
602 especialista em monitoramento de reservas florestais, risco de incêndios pela FAO,

603em Madri. É Diretor da Linked Investimentos e ocupou cargos na administração
604pública, tanto na Secretaria Especial de Políticas Regionais da Presidência da
605República, do Ministério da Justiça e do Ministério da Agricultura. Hoje o Donizete é
606Conselheiro do CONAMA, representando as entidades ambientalistas da Região
607Centro-Oeste pela ECODATA. Antes de passar a palavra ao coordenador dos
608debates, Dr. Volney Zanardi, quero lembrar que a exposição inicial terá até 30
609minutos, para sua manifestação e os debatedores até 15 minutos cada um, após o
610que faremos um debate com o Plenário.

611

612

613**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria dar um bom dia a todos. É
614realmente uma honra estar aqui coordenando o painel na 100ª Reunião, uma
615reunião histórica do CONAMA, a 100ª Reunião Plenária do CONAMA, e gostaria já
616de passar para nossa discussão do nosso debate, que tem como pano de fundo
617uma preocupação que a nossa Ministra Izabella sempre tem trazido, que é essa
618discussão de como a dimensão ambiental pode ser tratada através de determinados
619instrumentos, instrumentos de planejamento, como ela pode se associar, nós
620podemos fazer essa interação com o planejamento mais estratégico e como um
621planejamento mais estratégico, é um planejamento de governo. Então nós temos aí
622uma experiência, algumas experiências e essa é uma tradição que a área ambiental
623se recente um pouco. Nós temos uma história mais forte dentro dos instrumentos de
624comando e controle, mas ainda tem certa debilidade para trabalhar com agendas
625que são agendas que são, vamos dizer assim, agendas de futuro. Agenda dos
626instrumentos econômicos, agenda da informação ambiental, dos indicadores
627ambientais e que são fundamentais dentro de uma perspectiva, primeiro de política
628integrada no aspecto federativo. Trabalhar de uma forma compartilhada com
629estados e municípios, mas também como levar para dentro das políticas setoriais a
630dimensão ambiental, como ela pode ser, vamos dizer assim, um elemento de
631qualificação das nossas políticas públicas de forma geral? Então dentro dessa ideia
632e também dentro da perspectiva de uma clara necessidade que nós temos de uma
633aproximação entre o Sistema Nacional de Meio Ambiente, Sistema Nacional de
634Recursos Hídricos e o reconhecimento do avanço que o Sistema Nacional de
635Recursos Hídricos tem feito, vamos dizer assim, sob os aspectos de planejamento, o
636Plano Nacional de Recursos Hídricos é um exemplo que está em revisão agora. O
637Dr. Oscar vai nos trazer elementos e falar um pouco desse processo e como essa
638questão dos planos estratégicos dialogam com a questão do Plano Nacional, como
639foi esse processo dentro do próprio Conselho Nacional de Recursos Humanos, mas
640essa necessidade que nós temos de uma maior interação e de aproveitar essas
641experiências e como aumentar esse diálogo entre a área de recursos hídricos, a
642área ambiental e essa experiência como subsídio para o planejamento de governo.
643Então esse é o objetivo geral desse nosso painel e para isso nós pedimos então que
644a nossa Agência Nacional de Águas, que trabalhou aí duramente em uma série de
645planos que estão se desenvolvendo, o exemplo que está em discussão ainda é o
646Plano da Margem Direita do Amazonas, mas nesse caso, o Plano Estratégico da
647Bacia Hidrográfica dos Rios Araguaia e Tocantins já estava amadurecido.
648Convidamos então a Agência Nacional de Águas para estar presente e nos
649apresentar os resultados de como foi esse processo na elaboração do Plano da
650Bacia Hidrográfica dos Rios Araguaia e Tocantins e para debater, nós convidamos o
651Dr. Ariel Pares, Secretário de Ações Estratégicas da SAE, com essa perspectiva de
652tentar fazer essa ligação de como essa iniciativa pode dialogar e subsidiar uma ação
653mais do Governo como um todo, que elementos se traz para essa ação? O Dr.
654Oscar Cordeiro, que eu já mencionei, Presidente da Câmara Técnica do Plano

655 Nacional de Recursos Hídricos fará então essa discussão vis à vis o Sistema
656 Nacional, o próprio Conselho, como esse processo foi trabalhado dentro do
657 Conselho Nacional. É uma experiência importante para nós. Queria agradecer muito
658 a presença do Dr. Oton Nascimento, Secretário de Planejamento do Estado de
659 Goiás e que também é o Secretário Executivo do Comitê Gestor do Plano
660 Estratégico dos Rios Araguaia e Tocantins e tem trabalhado e coordenado esse
661 processo de implementação do Plano. Então eu acho que tem um “como fazer” aí
662 que é fundamental, porque nós sabemos que só as intenções não são suficientes e
663 o Dr. Donizete Tokarski, que nos traz aí essa visão da sociedade civil e como é ver
664 esse processo se consolidando nesse âmbito. Então eu gostaria de passar já ao Dr.
665 José Luis Oton. Eu queria agradecer, venha nos fazer uma apresentação. O terá 30
666 minutos e eu vou ser um pouco rígido com o horário, porque eu gostaria de terminar
667 até 13h no máximo e nós temos uma intervenção para debate. Então eu passo a
668 palavra para o Dr. José Luis (...).

669

670

671 **O SR. JOSÉ LUIS ZOBY (ANA)** – Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de
672 agradecer o convite recebido pela Agência Nacional de Águas para participar de
673 uma data tão importante do CONAMA. Nosso Sistema de Recursos Hídricos nasceu
674 dentro da Política de Meio Ambiente e por ser também mais recente, ainda tem um
675 processo longo de evolução e maturação a despeito dos avanços que nós já tivemos
676 ao longo desses 13 anos de Política Nacional de Recursos Hídricos. Para cumprir o
677 horário eu vou direto ao tema, falar sobre o plano estratégico. O plano estratégico, o
678 resumo dele é que ele foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos
679 em 2009 e a partir de 2009 a Agência Nacional de Águas criou o colegiado gestor
680 para implementar as ações desse plano. Ele é um plano de recursos hídricos, mas
681 em função do desenvolvimento dos trabalhos, nós acabamos incorporando temas
682 ambientais e recursos hídricos, porque afinal não indissociáveis. O que eu chamaria
683 a atenção, antes de falar do plano e de seus resultados, é para uma questão muito
684 importante, que diferencia esse plano, uma primeira experiência nacional em fazer
685 planos desse tipo, é o porte dessa região. Essa região é uma vez e meia a Bacia do
686 São Francisco. Então vejam que a Bacia do São Francisco é uma referência
687 nacional. Pensem uma vez e meia essa região. Outra coisa também é que esse
688 plano tem o nome de “estratégico” e o “estratégico” já gerou vários entendimentos,
689 mas ele é estratégico por quê? Porque ele foi concebido, a decisão da Diretoria de
690 elaborar esse plano foi em 2002 e se via essa região como uma região de fronteira e
691 desenvolvimento desse país e aí se via uma nova oportunidade de não fazer os
692 planos que são do sul e sudeste do país, que são planos muitas vezes para
693 remediar, recuperar situações muitas vezes de difícil recuperação, para recuperar
694 passivos. Nessa região nós vemos a possibilidade de se antecipar, de olhar para o
695 futuro, aí ter estratégia e de se antecipar a problemas e conflitos que a região
696 pudesse ter. Essa é nossa região, 920 mil quilômetros quadrados. É a maior região
697 hidrográfica integralmente dentro do país. O Brasil tem 12 regiões hidrográficas, essa
698 é uma delas. A maior delas é o Amazonas, mas o Amazonas tem áreas em outros
699 países, como Bolívia, Peru. Enfim, essa é a maior região hidrográfica brasileira. Uma
700 parte densidade demográfica de 7,8 habitantes por quilometro quadrado, quando a
701 média do Brasil é quase 20 habitantes por quilômetro quadrado. Vocês vêm
702 indicados nessas diferentes cores os estados que estão nessa bacia. Então indo
703 aqui do sul, Goiás, Mato Grosso, uma pontinha do Distrito Federal que eu não posso
704 esquecer, o Estado de Tocantins integralmente dentro da região hidrográfica, uma
705 parte do Maranhão, a principal cidade aí, no caso representada, Imperatriz e por fim,
706 aqui mais ao norte em verde, Marabá. São 409 municípios e o IDH dessa região

707está abaixo da média nacional. Aí, trabalhando ao longo do plano... Essa é minha
708apresentação não é uma apresentação de um plano de Recursos hídricos. Eu tirei,
709eu não vou falar quase nada de demanda de água, de projeção de irrigação. Eu vou
710falar das questões mais de interface dos recursos hídricos com a área ambiental e
711uma das coisas, trabalhando nessa região, a primeira coisa a ver é que vários temas
712se sobrepõem. Então você olha o mapa de clima, você vê essa região azul e
713amarela aí que está na parte mais sul da bacia, essa região de quem mora no
714Centro-Oeste brasileiro está tipicamente acostumado: duas estações muito bem
715definidas: uma estação chuvosa e uma estação seca, enquanto essa área vermelha
716e laranja mais a norte é a área onde chove praticamente o ano todo. As pessoas do
717Pará, por exemplo, conhecem esse regime. Chove menos em um determinado
718período do ano, mas praticamente o ano todo chove. Isso rebate diretamente sobre
719a questão dos biomas. Então veja que na região que chove muito você tem na cor
720verde do mapa ao lado o bioma Amazônia, enquanto na região que tem duas
721estações, você tem a região do cerrado, lembrando que entre essas duas sempre
722tem uma região de transição, ecótono. Olhando a geologia, também nós vamos ver
723que também geologia e solos e geomorfologia, tudo se associa nessa bacia. Então
724vocês veem aí nessas cores cinza aí, cinza escuro e cinza claro, são as rochas
725cristalinas. As rochas são mais antigas, enquanto nessas cores mais claras, aqui
726são as rochas sedimentares, rochas depositadas mais recentemente, e onde você,
727por exemplo, tem melhores aquíferos. Então se você for instalar um poço nessa
728região, prefira essas regiões coloridas aqui, onde são regiões de terrenos
729sedimentares aquíferos porosos. Olhando solos, nessa região tem um grande
730potencial para agricultura. Vejam que os latossolos estão bem dispersos aí por toda
731a região. Os latossolos são solos vermelhos, nós temos também solos bem
732drenados, como esses neossolos, solos mais claros, que são os que predominam na
733região. Da mesma forma que eles têm um potencial para agricultura, por conta da
734ocupação nós vamos ver um pouco mais para frente, nós encontramos sérios
735problemas erosivos nessa bacia. Aí cabe uma diferenciação. Vejam que a bacia do
736Tocantins e a do Araguaia... Eu não mostrei para vocês. Perdão. O Rio Tocantins é
737esse aqui. esse é o Rio Tocantins. Essa é a região da Ilha de Marajó e esse aqui é o
738Rio Araguaia, que segue por aqui e ele é um afluente do Tocantins. Vejam que
739geologicamente o Rio Tocantins é um rio diferente do Rio Araguaia. Destaco nessa
740região aqui, que é a região da Ilha do Bananal, essa é uma região de deposição
741atual de sedimentos. Então é uma região, que nós vamos ver mais para frente, na
742parte de transporte de sedimentos, onde atualmente acontece deposição de
743sedimentos, daí o Araguaia tem aqueles lindos e grandes bancos de área, que são
744tão utilizados na época do turismo. Vejam que o Rio Tocantins tem uma
745característica diferente. Nesse trecho aqui, enquanto o Araguaia é uma área de
746deposição de sedimentos, o Rio Tocantins é um rio que está percorrendo terrenos
747cristalinos. Vamos em frente. Aqui, quando nós olhamos o relevo da bacia, fica mais
748evidente ainda essa diferenciação entre o Rio Tocantins e o Rio Araguaia. Eu vou
749mostrar para vocês onde passa o Rio Tocantins. Vamos por aqui, ele segue esse
750caminho que eu estou indicando aqui. Vamos olhar o Rio Araguaia. O Rio Araguaia
751é esse aqui e observar essa região. O Rio Araguaia segue nessa direção. Notem
752que essa região que eu falei que é a região onde tem deposição de sedimentos
753atualmente, é uma região bastante plana. Essa é uma região importante, por
754exemplo, do ponto de vista de reprodução de peixes, de biodiversidade. Notem que
755o Rio Tocantins ali ao lado tem uma característica muito diferente nesse sentido.
756Então o Rio Araguaia tem uma grande biodiversidade em termos de (...), até maior
757do que o Tocantins dado essas características, por exemplo, de ser um rio de
758planície. O Rio Tocantins e o Rio Araguaia são rios que nós fomos vendo que eram

759bastante diferentes. Olhando a ocupação, também são diferentes. Vejam que as
760bolas vermelhas que vocês veem nessa figura são as áreas de pecuária. Então os
761grandes polos de pecuária na bacia estão situados ao longo do Rio Araguaia,
762enquanto o Rio Tocantins tem um perfil um pouco mais de agricultura. São 29
763milhões de cabeças, eu falei 7 milhões de pessoas e 29 milhões de cabeças, então
764tem 4 bois para cada pessoa nessa bacia. Olhando para o outro lado, o lado da
765agricultura... Isso em termos de pecuária. Na agricultura são quase 3 milhões e meio
766de hectares. Nós fizemos estudos que mostram que essa região, em 2025, deve
767chegar entre 10 e 11 milhões de hectares, ou seja, é uma região de fronteira
768agrícola muito importante para o país, sendo que a agricultura é um padrão um
769pouco diferente. Notem que a Agricultura está toda na região de Cabeceiras, aqui
770entre Mato Grosso e Goiás. Recursos minerais nós destacamos a grande Província
771Carajás, vocês já ouviram falar, possivelmente ouviram falar, que é a Província de
772Carajás, umas das maiores reservas de minério de ferro do mundo. A produção, em
7732005, foi de 71 milhões de toneladas. Eles estão ampliando agora a ferrovia Carajás
774para transportar esse minério. Eu vou também tocar nesse tema um pouco mais
775para a frente e tem algumas outras ocorrências minerais, como a Província de
776Paragominas e a província diamantífera do leste de Mato Grosso. Essa já está mais
777em declínio. Olhamos também a questão do uso do solo e desmatamento e aí, se
778vocês olharem nessa figura aí, vocês vão ver que onde nós observamos a melhor
779área preservada em termos da área do cerrado, está justamente no Rio Araguaia.
780Observem aqui que na região da bacia do Rio Tocantins o nível de ocupação já é
781muito maior e você encontra poucas áreas preservadas, a não ser áreas como aqui
782na bacia do Rio do Sono, que é um importante afluente do Tocantins. Olhando do
783ponto de vista da região amazônica, ainda tem uma parte do bioma amazônico
784preservado, da Floresta Amazônica preservado, mas observem aqui os dados do
785INP, que já foram desmatados aí mais de 197 mil quilômetros quadrados do bioma
786amazônico em 2005. Então Araguaia tem uma área melhor preservada. Araguaia
787ainda está melhor preservado do que a bacia do Tocantins. Outra coisa também que
788surge dessa questão de ocupação do solo é que por conta da ocupação do solo, é
789que por conta da ocupação do solo associado a uma fragilidade dos solos e da
790ocupação, existem áreas de alto risco de erosão na bacia e aí destacamos como um
791potencial muito alto novamente essa região de Cabeceira. Lembrem-se que essa
792região é também uma região de agricultura mais intensiva na bacia. Nessa região de
793Cabeceira nós destacamos e identificamos o grande problema aqui nas Cabeceiras
794do Araguaia. Você tem voçorocas desse tipo. Então você vê aqui uma voçoroca, que
795é a (...), que hoje em dia ela está estável, mas ela tem um quilômetro de extensão e
796aproximadamente 20 metros de altura. Ela parece menorzinha, mas ela tem um
797porte razoável. Nessa região você tem outras voçorocas. Um estudo identificou, da
798Universidade de Goiás, voçorocas de até 3 quilômetros e problemas de perdas de
799nascentes. Aí o Rio Araguaia sendo assoreado. Transporte de sedimentos. Fizemos
800uma análise também e nós observamos um padrão diferente. Enquanto o Rio
801Araguaia é um rio que não tem barragens ainda construídas, essa é uma área, essa
802área marrom que vocês veem aqui, é uma área natural de deposição de sedimentos
803no Rio Araguaia. Notem que o padrão do Rio Tocantins parece o mesmo. aqui
804também está marrom, mas na verdade aí tem deposição de sedimentos porque você
805tem barragens. Então você tem reservatórios para geração de energia. São 5 ao
806longo desse rio. Esses barramentos retêm os sedimentos. Então o padrão de
807transporte de sedimentos do Araguaia e Tocantins é bem distinto. Olhamos também
808terras indígenas e aí novamente Tocantins e Araguaia são rios que se diferenciam.
809Notem que aqui no Araguaia nós, aqui na região da Ilha do Bananal, tem uma
810grande concentração de terras indígenas, enquanto aqui no Rio Tocantins essas

811terras indígenas estão mais dispersas. São 25 etnias que ocupam 5% da área da
812região hidrográfica. 5% da região hidrográfica é de terras indígenas, 9% da região
813hidrográfica é de Unidades de Conservação, sendo que dos 9%, apenas 2,6% da
814região hidrográfica é área de proteção integral. Então vocês veem aí apresentadas
815essas Unidades de Conservação. Notem que as áreas de concentração, no caso do
816Rio Tocantins, estão principalmente aqui, nessa Bacia do Sono. Eu vou falar dessa
817bacia no final da minha apresentação, porque é uma bacia que é uma bacia que o
818plano propõe que ela seja preservada. Eu vou explicar também o porquê, por outros
819motivos. E outra região que novamente também tem bastante Unidade de
820Conservação é ao longo do Rio Araguaia, ou seja, Tocantins e Araguaia são rios
821com características naturais diferentes e de ocupação também diferentes. Outra
822coisa também importante é que o Rio Araguaia tem um Sítio Hamsa. O Parque
823Nacional do Araguaia é uma das áreas prioritárias para conservação da
824biodiversidade e áreas inundáveis no mundo. Identificamos também no nosso
825estudo quilombolas. Notem que praticamente o Araguaia também é diferente. O
826Araguaia não tem praticamente áreas reconhecidas como quilombolas, enquanto
827Tocantins tem essas áreas. São no total 21 municípios e 23 comunidades. Pesca e
828aquicultura é interessante. Como Goiás, Mato Grosso e Tocantins proíbem a pesca,
829notem que esses vermelhinhos que vocês veem no mapa, estão na parte mais norte,
830porque pega a região do Maranhão e do Pará, onde a pesca comercial é liberada.
831Notem que tem uma grande concentração de colônias de pescadores nessa região.
832Nós fizemos um estudo de estimativa de pesca, de produção de pesca e 39% da
833produção comercial vem dessa região, subsistência e amadora predominam nesse
834trecho mais de cabeceira do rio, até porque a comercial não é. Proibida. Chegamos
835a uma estimativa que é esse quadradinho aqui que vocês veem, de produção
836pesqueira de 11 mil toneladas por ano na região, sendo que só o reservatório de
837Tucuruí, que eu vou mencionar um pouco mais para frente, produz 5 mil, quase
838metade. Principais espécies, mas aí tem uma grande variedade e aquicultura, que
839nós estudamos os lagos, reservatórios que existem na região. Identificamos o
840potencial de produção de 118 mil toneladas nesses reservatórios. Um número
841estimativo. Nós sabemos que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca está
842fazendo estudos para melhorar esses números e refinar essas capacidades dos
843reservatórios. Identificamos também o potencial de tarimba e aí o que surge, o que
844ressalta aos olhos é justamente o potencial de turismo nas praias, tanto do
845Tocantins, como o Araguaia. Essas seriam as mais importantes atrações de alto
846potencial na bacia, que atrai inclusive pessoas do Brasil todo, principalmente no
847Araguaia. Olhamos também a questão de geração de energia e aí ressaltava outra
848coisa que reforça, já reforçava aquele nosso entendimento de que o Rio Tocantins e
849o Rio Araguaia são rios bem diferentes. Então vocês veem aí nessas bolinhas, são
850as usinas que já estão em operação na bacia, totalizando esse potencial instalado
851de 11 mil megawatts, 16% da energia do país vem dessa região, mas notem que
852essa região tem potencial para 23.800 megawatts, que é esse quadradinho aqui.
853então exploramos metade do potencial que essa bacia ainda pode nos oferecer. Mas
854aí, quando olhamos o potencial como ele está distribuído, nós observamos que 84%
855desse potencial está no Rio Tocantins. 16% do potencial está no Rio Araguaia.
856Então isso reforçava alguns entendimentos, porque o Rio Araguaia é um rio muito de
857planície, então ele não tem queda para gerar energia. É necessário vazão ou queda.
858Ele tem vazão, mas não tem queda praticamente nenhuma ou tem pequena queda e
859o Tocantins tem um potencial muito maior. O plano decenal do setor elétrico prevê a
860construção de 7 novos empreendimentos, sendo que estreito esse que vocês veem
861aqui em azulzinho, na divisa entre Maranhão e Tocantins já está em fase de
862construção. Olhamos também transportes nessa bacia. Vejam que essa é uma bacia

863que tem 3 milhões e meio de hectares de agricultura. Os nossos estudos mostraram
864que ela pode chegar a 10, 11 milhões em 2025, mais 15 anos. Então como
865transportar essa carga? Mencionei para vocês também que a região tem grande
866produção mineral. Então, para transportar essa carga, o que já é feito atualmente,
867utiliza-se a rodovia. Então você tem a rodovia Belém-Brasília, que é essa linha
868vermelha que vocês veem aí, cruzando o mapa todo, de sul a norte e essa outra, BR
869158, que está quase pronta, mas tem um trecho ainda que falta concluir. Mas
870olhamos como plano de recursos hídricos que você tem um grande potencial de
871navegação e vimos o grande potencial de navegação, condições melhores para
872navegação no Rio Tocantins, mas para isso você precisava que aquelas usinas que
873eu mostrei tivessem eclusas e o que nós vemos é que eclusa de Tucuruí deve estar
874sendo finalizada agora, que vai ser um grande avanço para o país poder navegar.
875Esse trecho todo aqui vai poder nave navegável. Um trecho de quase mil
876quilômetros, aqui desde Marabá até a vila do Conde ou Belém, Vila do Conde está
877aqui, mas, por exemplo, para navegar esse trecho superior do Tocantins, você tem o
878problema das eclusas. Estreito... Um reservatório que está sendo construído sem
879eclusa, a barragem, e a eclusa de Lajeado, que também não foi concluída até hoje.
880E aí chegamos no final do plano com uma série de problemas: desmatamento...
881Tudo eu mencionei para vocês. Práticas agrícolas e pecuárias, eu mostrei aquela
882foto da voçoroca ali na região de agricultura nas cabeceiras do Araguaia. Não
883mencionei, mas a região tem apenas 3% do esgoto da região tratado. Problemas de
884cheias e inundações eu vou mencionar. A questão de barramento de rios para
885geração de energia. Eu mostrei para vocês agora que o setor elétrico prevê instalar
886mais 7 empreendimentos para geração de energia além das questões já existentes,
887potencial de exploração mineral. Identificamos também a questão de pesca
888predatória, que é um padrão na região toda. Turismo sem infraestrutura adequada.
889O grande potencial do Tocantins e do Araguaia para o turismo, principalmente o
890Araguaia, mas por outro lado você observa uma falta de educação ambiental, uma
891falta até de estrutura para receber, em alguns lugares, os turistas. Então é uma
892questão bastante ampla, e outra questão também, que é a fragilidade do sistema de
893gestão dos recursos hídricos, no sentido de que os estados precisam ser
894fortalecidos, ter os seus órgãos gestores fortalecidos porque, embora essa região
895tenha 2 grandes rios, Tocantins e Araguaia, que são de domínio da União, do
896Governo Federal, você imagina que a bacia, o restante dos rios da região são todos
897estaduais. Se não tiver gestão estadual, você não consegue fazer gestão nessa
898bacia tão grande. Então chegamos, esse é o resumo final do plano. Problemas de
899erosão e assoreamento aqui nas cabeceiras. Identificamos também, na parte
900hídrica, áreas que têm baixa disponibilidade e que o uso da água já é bastante
901intensivo, então são áreas que a gestão de recursos hídricos tem que estar muito
902atentas. São essas áreas que vocês veem aí nessas cores verdes aqui. São áreas
903com bastante pressão, principalmente pela irrigação e aqui no norte relacionada à
904questão do uso da água para mineração. São áreas que a gestão tem que ter
905bastante atenção. A questão de construção de eclusas eu mencionei para vocês.
906Como navegar o rio Tocantins, que é um rio que tem melhores condições de
907navegabilidade do que o Araguaia. Se você não tem as eclusas construídas, as
908eclusas... Tucuruí está quase pronto, Estreito e Lajeado não tem previsão de eclusa.
909Áreas sensíveis a intervenções estruturais. Então juntando aquelas visões de
910Tocantins e Araguaia, bacias diferentes, o que o plano propõe? Que essa região
911aqui, essa região média do Rio Araguaia, onde está a ilha do Bananal, onde está o
912Sítio Hamsa, onde estão as terras indígenas, onde está o Parque Nacional do
913Araguaia, onde você deposita sedimentos, onde você tem turismo, ela coloca que
914essa região deve ser uma região que deve ser preservada, ou seja, eu vou mostrar

915 para vocês um pouco mais para frente, daqui a 2 slides, que qualquer intervenção,
916 barramento para irrigação, para geração de energia não deve alterar a dinâmica
917 fluvial e a dinâmica de transportes de sedimentos nessa região. Outra região
918 também que é colocada como para ser preservada aqui dentro do plano é essa
919 Bacia do Sono. Por que essa Bacia do Sono? Porque quase 40% dessa região é de
920 Unidades de Conservação, porque ela é uma região pouco habitada. A projeção
921 para ela é chegar em 2025 com 30 mil habitantes. Então vejam a região pouco
922 habitada, que tem um potencial hidroenergético, mas se você tem um maior
923 potencial ao longo do Rio Tocantins, porque não preservar a Bacia do Sono, que é
924 uma região que ainda está bem preservada ainda hoje? Tem inclusive
925 remanescentes de cerrado. O plano também identificou problemas sérios de
926 tratamento de esgoto. Eu falei que o que percentual de esgoto tratado era de 3%. É
927 4% e o problema é muito grande aqui na região metropolitana de Belém, que
928 concentra quase 2 milhões de habitantes e vai chegar a 3 milhões em 2025.
929 Problemas de seca aqui no Parará e nordeste de Goiás e de inundações aqui em
930 Belém. Comprometimento do meio ambiente pelo turismo. Essa é uma questão
931 muito importante dado o potencial de turismo nessas... Tanto do Araguaia quanto do
932 Tocantins e da falta de estrutura, falta de educação ambiental. Então é necessário
933 investimentos nesse sentido. E a questão de você implantar, o último item aí, novos
934 empreendimentos hidroelétricos e a questão toda de migração de rota de peixes.
935 Esses pontos que veem aí, essas bolinhas cinzas com contorno preto aí são as
936 usinas que o setor elétrico tem previstas para serem instaladas nessa bacia. O plano
937 chegou no final. Há 3 componentes: fortalecimento institucional, saneamento
938 ambiental. Saneamento eu não entrei em detalhes, mas é um grande problema na
939 região, não só água e esgoto, mas também quanto à questão de resíduos sólidos. E
940 outra área, que é o uso sustentável dos recursos hídricos, que aí é um componente
941 que tem uma grande interface com a questão do uso do solo, com a questão de
942 agricultura, com a questão de proteção dos ecossistemas aquáticos, com a questão
943 de pesca e aquicultura. Os temas estratégicos do plano, algumas questões que o
944 plano identificou como fundamentais, ou seja, que deveriam ser priorizadas ou
945 poderiam ser priorizadas na implementação era: primeiro, era necessário criar
946 alguma estrutura que, concluindo o plano, o que acontece com o plano? Não existia
947 um comitê na bacia e um comitê em uma região tão grande dessa não se forma do
948 dia para a noite. Isso é um processo de curto a médio prazo. Então são questões
949 que não se resolvem rapidamente, mas por outro lado, fazer um plano e não ter
950 ninguém para implementar essas ações seria uma perda de carga, seria um prejuízo
951 até para o país. Então a proposta foi criar um colegiado gestor de recursos hídricos.
952 Outras questões, foi elaborar um Decreto criando grupo de implementação do plano,
953 porque essas ações que eu falei para vocês envolvem energia, navegação,
954 transportes, aquicultura, irrigação. Então seria fundamental criar um grupo que
955 discutisse essas coisas no âmbito do Governo Federal. Apoiar os estados para
956 gestão dos recursos hídricos, porque a maior parte desses rios dessas bacias são
957 rios estaduais. Então é fundamental que os órgãos sejam dotados de infraestrutura
958 para enfrentar esses desafios, estabelecer parcerias com atores em algumas
959 regiões de interesse do plano. Na questão de conflitos de água, o plano priorizou as
960 seguintes ações: colocou como um tema estratégico a construção de
961 empreendimentos hidroenergéticos no Rio Tocantins. Se o Tocantins tem 84% do
962 potencial de geração de energia, vamos explorar esses 84 onde já existem usinas e
963 vamos deixar o Araguaia para o horizonte além do plano. O plano propõe ações até
964 2025. Então o plano não diz: não aproveite o Araguaia, mas coloca que isso pode
965 ser deixado para um horizonte após 2025, onde você já tenha aproveitado o maior
966 potencial do Tocantins, onde já existem usinas. Proteger a Bacia do Rio do Sono,

967que eu mencionei que é uma bacia bem preservada, a melhor preservada na área
968do Tocantins e do lado do Araguaia, proteger aquele médio curso do Rio Araguaia.
969Então qualquer intervenção e barramento que seja feito deve preservar a sua
970dinâmica fluvial. Na questão de transporte envolvendo energia e navegação, o plano
971coloca a importância de concluir as eclusas já iniciadas de Tucuruí e Lajeado e a de
972Estreito. Outra coisa importante: se estamos dizendo de preferência à instalação
973de barramentos na bacia do Tocantins, também estamos dizendo que novos
974reservatórios serão criados dentro da calha do Rio Tocantins. Então nós
975propusemos implantar um sistema de gestão dos reservatórios, inclusive para
976incentivar atividades como turismo e como o desenvolvimento da pesca e
977aquicultura. Na irrigação eu não vou entrar muito em detalhes. A região tem um
978grande potencial de irrigação, mas infelizmente essa irrigação tem se desenvolvido
979em áreas de fragilidade hídrica. Muita irrigação, por exemplo, em áreas de
980cabeceiras. A cana estava se expandindo muito nessa região e com novas usinas e
981essas usinas estavam ocupando geralmente áreas de cabeceira, além de outros
982conflitos que já existem em algumas áreas da bacia, que são aquelas áreas que eu
983indiquei naquele mapa, que são áreas preocupantes. Então o plano colocou a
984importância de se desenvolver o potencial dessa região de forma mais sustentável e
985a qualidade de água. A grande questão dessa região, como eu mencionei
986anteriormente, é saneamento. Então o que o plano propôs foi implementar o
987enquadramento dos corpos hídricos. Nós elaboramos uma proposta, mas essa
988proposta obviamente precisa ser melhor discutida e aprofundada com a sociedade,
989precisa ser também aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas o
990enquadramento é um instrumento que faz o vínculo entre qualidade e quantidade de
991água. Então implementar. Instituir um programa de saneamento básico nessa
992região. 4% de esgoto apenas tratado e dar uma ênfase especial à questão da região
993metropolitana de Belém, que é uma questão bastante preocupante. Mas para fazer
994tudo isso, se você não tiver empresas de saneamento fortalecidas, isso não se
995viabiliza. Então nós identificamos na bacia que as empresas de saneamento
996precisam passar por um processo de fortalecimento. E para que não houvesse um
997plano, como dizem popularmente, para que o plano não fosse para gaveta na
998ausência da possibilidade de criação, ou viabilidade de criação do comitê de uma
999bacia que é muito maior que a do São Francisco, foi proposta a estrutura de um
1000colegiado. Esse colegiado, ao longo do tempo, a ideia é que ele fosse ou substituído
1001por um comitê da bacia ou ele fosse substituído por... Surgissem comitês em alguns
1002rios da bacia e futuramente, onde você não tivesse necessidade tão premente de
1003gestão e de comitê, esse colegiado continuaria fazendo seus trabalhos. Então a
1004após a aprovação do plano, a ANA instituiu o colegiado gestor, que é essa
1005Resolução da ANA número 411, de 29 de junho de 2009. Ele tem essa composição.
1006A presidência do Diretor Presidente da ANA, do Vicente Andrew (...), um Diretor da
1007área de gestão da ANA, no caso o Dr. Paulo Varela, o Secretário Nacional de
1008Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Foi uma solicitação no processo
1009de aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que houvesse um
1010representante do Conselho Nacional nesse grupo. Então o Conselho Nacional
1011indicou um representante, uma pessoa do Pará para integrar esse grupo e
1012secretários de estado de recursos hídricos e de planejamento São 6 Unidades da
1013Federação, então cada Unidade está representada pelo seu Secretário de Recursos
1014Hídricos, Planejamento. Nosso Secretário Executivo é o Secretário de Planejamento
1015do Estado de Goiás, Oton Nascimento Júnior, que participa aqui da nossa Mesa.
1016Então um breve histórico do colegiado. Eu acho que o Secretário Oton vai falar.
1017Então setembro de 2009 foi a posse, novembro de 2009 aconteceu a 1ª Reunião
1018Ordinária e a primeira ação foi aprovar o Regimento Interno e os temas prioritários

1019 para 2010 e aí em 2010 começamos a discutir esses temas prioritários, que eram:
1020 saneamento, irrigação, geração de energia e navegação. Então a primeira reunião
1021 em março de 2010 foi justamente para discutir esses temas. Na reunião de maio
1022 começamos um avanço, um passo mais a frente, que foi discutir estratégias, ou seja,
1023 como viabilizar essas questões dentro do Governo Federal? Anteriormente
1024 estávamos discutindo as questões mais importantes da bacia, que como tratar esses
1025 temas dentro do governo. Em julho houve uma reunião para discutir especificamente
1026 irrigação, já tentando conversar com a Casa Civil a respeito de irrigação na região.
1027 Tudo que eu falei, todos esses documentos, o plano estratégico de recursos
1028 hídricos, eu tenho 10 volumes aqui. Quem tiver interesse, eu não vou ter para
1029 distribuir para todos, mas pode confessar comigo após os trabalhos, mas ele
1030 também está disponível na página da Internet na ANA, se vocês derem uma
1031 procurada, ele vai estar lá. O colegiado também tem uma página na ANA. Eu acho
1032 que tenha até um link. Essa é página do colegiado. Nós disponibilizamos no *site* as
1033 atas, convocações de reuniões, as reuniões são abertas, embora o direito de voto
1034 seja só dos membros. Todas as apresentações realizadas estão disponíveis nessa
1035 página também até hoje e o relatório anual de atividades, que foi uma exigência
1036 também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na aprovação do plano, foi de
1037 que, além de uma indicação de um membro, de um representante seu para
1038 participar do colegiado, de que houvesse anualmente um relato das atividades e dos
1039 resultados alcançados. Então vocês podem ver, acessar aí o relatório anual de
1040 atividades de 2009. O de 2010 deve ser disponibilizado no início do próximo ano.
1041 Esse é o endereço, mas é bastante tranquilo encontrar isso na página da ANA. Mais
1042 dúvidas ou se vocês tiverem dificuldades em descobrir esses endereços na página
1043 da ANA, é só mandar um *e-mail* para mim. Agradeço a atenção de todos.

1044

1045

1046 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quería agradecer ao Dr. José Luis
1047 Gomes (...) pela excelente apresentação. Acho que foi uma apresentação muito
1048 sintética e realmente enfatizou aqueles pontos que vão ser, com certeza, os pontos
1049 que vão trazer maior debate. Então eu queria já, dando continuidade até pelo nosso
1050 tempo, que está um pouco restrito, passar a palavra para Dr. Ariel Pares, que vai
1051 fazer alguns comentários a partir da apresentação do Dr. José Luis sobre essa
1052 perspectiva desse resultado, desse planejamento, como isso pode integrar uma
1053 política mais geral de planejamento estratégico no próprio Governo. Então, Dr. Ariel,
1054 15 minutos.

1055

1056

1057 **O SR. ARIEL PARES (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da**
1058 **República)** – Primeiro, agradecer, em nome da Secretaria de Assuntos
1059 Estratégicos, a oportunidade de poder fazer parte da Mesa e discutindo algo que, do
1060 nosso ponto de vista, é inovador e eu vou direto ao ponto. Não só fazer um Plano
1061 Nacional de Recursos Hídricos a 2025 e depois declina-lo em planos estaduais a
1062 2025, é algo meritório e inovador e eu vou dizer por quê: nós precisamos repensar o
1063 planejamento no país. Não pode ser mais provavelmente o planejamento que
1064 fazíamos no nos anos 70, que era um planejamento que teve... Inclusive foi exitoso
1065 nos anos 50, anos 60 e 70, mas esse planejamento precisa incorporar elementos
1066 novos da sociedade, da modernidade e os aspectos, e eu vou direto ao ponto, os
1067 aspectos de sustentabilidade. Portanto, o planejamento setorial tem que ser
1068 secundado, tem que poder ser construído com um planejamento territorial. Neste
1069 caso, o planejamento setorial tem que poder compreender os limites e
1070 potencialidades dado pela base física. Este é um elemento central. Quando eu vejo

1071os cartogramas apresentados aqui, eu não tenho dúvida que fazer um planejamento,
1072um plano plurianual e um planejamento de longo prazo pensando o desenvolvimento
1073do território brasileiro mais equilibrado, mais justo, mais incluyente, ele deve levar
1074em conta a plataforma física pelo qual se instalam as atividades antrópicas, visto
1075isso sobre uma lógica de desenvolvimento. Portanto, eu acho que este é um
1076elemento importante. Nós não temos essa figura que seja capaz de acolher o plano
1077do Araguaia-Tocantins dentro de um planejamento brasileiro. Não temos. Esta é a
1078realidade. Mais que isso, o planejamento e eu creio que vocês aqui são um órgão
1079habilitado para isso, o planejamento foi todo ele pensado historicamente para um
1080planejamento voltado para o desenvolvimento e redução das assimetrias que o
1081mercado protege. Então, este tipo de planejo ato tem uma índole econômica e o que
1082prevalece no planejamento é uma variável do investimento, que é muito importante,
1083é central, mas essa variável do investimento tal como ela é promovida, ela gera e ela
1084é baseada no Conselho de PIB, PIB per capto e etc., que vocês já conhecem, é
1085preciso ser, ao mesmo tempo, também secundado por uma visão de uma economia
1086e aqui vocês provavelmente conhecem melhor do que eu, mas elementos de uma
1087ecoeconomia têm que poder ser introduzidos na forma de planejar e pensar o
1088desenvolvimento, senão o elemento de combinar planejamento setorial com
1089planejamento territorial e fazer disso uma capacidade de pensar os dois
1090simultaneamente se combinando, ter uma dimensão do desenvolvimento temporal a
1091longo prazo, portanto num território não se pensa que se muda o mundo, não é do
1092dia para a noite em um governo. Então é preciso ter uma dimensão temporal de
1093longo prazo, tem que ser em base territorial e de tal modo que o planejamento
1094setorial atenda. Eu vi aqui, por exemplo, os aspectos de saneamento ambiental.
1095Foram levantados... Eu acho que faltou cidades. Eu queria fazer já uma menção
1096específica à questão, porque no planejamento a questão das cidades é um problema
1097não só de urbanidade e de futuro de uma região. É que com as cidades, em uma
1098sociedade do conhecimento e de serviços, as cidades são centrais para o
1099desenvolvimento e fazê-las de maneira ordenada é central para um desenvolvimento
1100de melhor qualidade num determinado território. Falo disso e falo do acesso.
1101Cidades são o acesso a bens e serviços essenciais. E eu falo em hierarquia de
1102cidades, grandes polos, médias cidades, pequenas cidades que são naturalmente
1103de origem rural. Têm uma tradição e têm uma atividade que predomina o rural. É
1104preciso pensar e eu acho que isso valia a pena nós, digamos, introduzir. Eu vou
1105comentar e voltar à questão, portanto, da economia. Não é possível, assim como o
1106planejamento territorial setorial combinem, não é possível pensar um
1107desenvolvimento sem uma percepção de que os elementos indicativos do que é
1108desenvolvimento também sofram, evidentemente, uma adaptação. Então essas são
1109as duas primeiras questões de base. Então planejamento de longo prazo também é
1110um elemento importante que o PMRH introduziu, razão pela qual a (...) inclusive está
1111aqui, é porque a nós nos interessa o planejamento de longo prazo em base territorial
1112e feito nas áreas que são estratégias para o governo. Água, para nós, é considerada
1113uma questão central e, portanto, na (...) estabeleceu um acordo de cooperação com
1114a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano junto com a ANA
1115para instalar uma rede de prospecção e começar a fazer dentro do governo algo que
1116é muito importante, que é pensar o futuro antecipando. O que hoje é pequeno será
1117muito grande o problema lá na frente e trazer a valor presente mitigação e
1118adaptação, aspectos no desenvolvimento humano, que são fundamentais, começar
1119quando ainda é barato fazê-lo, que depois sai muito caro e não fazem e aí se
1120justifica o que não é justificável, porque não fazemos o que tínhamos que fazer no
1121tempo certo. A outra questão que me parece muito importante é que nós fazemos
1122investimento de uma maneira fragmentada. Então quando eu vejo o que foi colocado

1123nos cartogramas, nós precisamos ter um sistema público de investimento e quando
1124eu falo em sistema público de investimento, ninguém pode imaginar que vamos
1125resolver os problemas num Governo e com os investimentos em um governo.
1126Precisamos escalonar no tempo esses investimentos. Precisamos ter uma figura que
1127planeje no território uma carteira de investimentos federativa. Nós não temos um
1128planejamento federativo no Brasil e eu não creio que vamos ter, não é aquela coisa:
1129(...), ter um sistema soviético, enfim. Não é isso a que me refiro. Ao contrário, eu vou
1130me referir depois à questão da descentralização, mas o que é muito importante é
1131que se coordenem União, estados e municípios quanto à base de investimentos
1132para um longo período como uma plataforma que se atualiza quantas vezes quanto
1133forem necessárias politicamente, mas a plataforma existe em base territorial,
1134claramente identificados os limites e as potencialidades e a sociedade arbitra e tem
1135que arbitrar com cartografia, viu, gente? Eu adoro cartograma. Vou dizer bem
1136claramente. Porque é na cartografia que se os indivíduos se repelem. Tem
1137pertencimento, eles se identificam e veem quem perde e quem ganha: o meio
1138ambiente, a sociedade e tudo aquilo que ela implica. Então, mérito, gente. Todo um
1139plano tem que ser um plano em base cartográfica. Eu insisto nisso, porque é
1140democrático. Está lá quem perde e quem ganha. Está lá onde fica e onde não fica. É
1141isso que é muito importante. Então méritos, mais uma vez, para fazer uma
1142apresentação de um plano. Eu quisera um dia fazer apresentação, eu contribuí para
1143muitos planos plurianuais, nunca consegui fazer com base cartográfica. Então eu
1144acho que temos que ter um sistema público de investimento para que a sociedade
1145saiba para onde vamos e ele é indicativo. Mas o setor privado também quer saber
1146para onde vai. O que o estado vai fazer nos próximos 20 anos? Isso é importante, é
1147vital para o setor privado e isso é vital para as comunidades, para poder saber quais
1148as chances de poder sobreviver num ambiente econômico e de mercado aonde há
1149territórios que competem, uns perderão e outros ganharão e aqui vem a questão que
1150eu queria comentar. Eu senti falta, José Luis, de uma prospecção para onde vai o
1151Araguaia-Tocantins, essa região. Essa é uma região que vai sofrer grandes
1152transformações nos próximos anos. Nós sabemos disso. Com todos os
1153investimentos e com o potencial que tem essa região. Então é muito importante esse
1154plano, porque ele pode ser premonitório, nós pensarmos o futuro antecipando as
1155potencialidades e as limitações que nós devemos preservar. Então eu me refiro que
1156falta talvez uma agenda prospectiva nesse território. Não sei se isso foi feito. De
1157repente foi feito. É que eu não percebi. Desculpe.

1158

1159

1160**O SR. JOSÉ LUIS ZOBY (ANA)** – Ele é um plano de recursos hídricos, então nós
1161fizemos cenários para ver essencialmente o consumo de água no futuro. Então
1162tivemos que fazer projeções, por exemplo, do crescimento da indústria que vai
1163acarretar o uso da água industrial, projeções para o crescimento da irrigação. Então
1164isso foi feito. Eu só não tive tempo de abordar, mas isso está lá no documento, até
1165porque para um planejamento para 2025 é fundamental você trabalhar com as
1166possibilidades. E fizemos cenários até de geração de energia, preservando o Rio
1167Araguaia e o Rio do Sono, fizemos uma série de análise que eu não pude
1168apresentar, pelo tempo.

1169

1170

1171**O SR. ARIEL PARES (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da**
1172**República)** – Mas o que eu queria falar aqui, aproveitando esse aspecto da
1173prospecção, essa é uma região que vai profundamente ser transformada, o Brasil
1174inteiro disputa o Centro-Oeste e os investimentos, todos eles, convergem para o

1175centro do país, mas não é evidente que o centro do país terá um desenvolvimento
1176de melhor qualidade. E eu digo isto porque a minha impressão que se nós não
1177tivermos um planejamento territorial, um planejamento setorial que pense as
1178desigualdades no ponto de vista de assimetrias territoriais, portanto, precisamos de
1179um Brasil, eu vou dizer claramente, mais policêntrico e um país mais equilibrado do
1180ponto de vista da prosperidade. Então a minha impressão é que o sistema público
1181de investimento poderia nos sinalizar isso e aqui é federativo. É nisso que eu insisto
1182e aí nós precisamos ter 2 anos para poder discutir isso. Não precisamos ficar no
1183limite de um Plano Plurianual. Você sabe que o limite do Plano Plurianual começa
1184em janeiro de um governo e tem que ser apresentado quando muito no dia 31 de
1185agosto do mesmo ano. Isso é inviável fazer um planejamento adequado,
1186participativo, envolvendo federativamente todo país. É preciso que tenha algo que
1187capeie esse sistema de planejamento, da PA e orçamento, que é o que eu chamo de
1188planejamento de longo prazo. Que seja feito com mais tempo, indicativo, mas que
1189seja um orientador dos planos plurianuais e do próprio orçamento. Aqui vai um
1190aspecto muito importante. Isso é o que eu queria chamar a atenção, porque aqui é o
1191último ponto que eu queria chamar, que são as questões federativas. Do meu ponto
1192de vista, nós ainda estamos longe de uma base pública de acordo federativo dos
1193investimentos e me preocupa muito, porque a Constituição foi pródiga em resolver
1194os aspectos federativos, embora não em todas as áreas sociais, mas muito no
1195social. Então se vocês perceberem, nós avançamos muito e o SUS é talvez a proa
1196dessa experiência federativa de políticas públicas coordenadas, municípios, estados
1197e União, mas a mim me preocupa, porque nós não temos nada na área de
1198infraestrutura e a Construção não previu nada e, no entanto, nós vamos para os
1199próximos anos com enormes investimentos na área da infraestrutura e, portanto, eu
1200queria dizer que se nós não tivermos um sistema público, se nós não tivermos uma
1201preocupação de poder ordenar federativamente os investimentos, sobretudo na área
1202de infraestrutura, União, estados e municípios, e não há nada até agora, não sei se
1203vocês já perceberam isso. Nós fazemos hidrovias, rodovias, ferrovias e os
1204municípios vão recebendo isso e vão agradecendo, porque também não têm grande
1205coisa e o estado vai recebendo, então está bom e vamos tocando e depois nós
1206combinamos lá na frente o que eu boto e o que você bota. Não é assim. Não deveria
1207ser assim. Então quando eu vejo isso, e você colocou claramente o conflito
1208federativo, os fluentes, o Rio, isso tem que ser visto com essa base física como uma
1209referência do que é importante para pactuar os investimentos no conjunto dessa
1210bacia. Então a mim me parece que se eu tivesse que concluir, são elementos que
1211não são, digamos assim, do dia-a-dia do debate do planejamento, mas que nós
1212deveríamos sim enfrenta-los fortemente, senão eu insisto: nós vamos para um ciclo
1213de crescimento, nós temos todas as chances de crescer fortemente, 6, 7%
1214provavelmente, nos próximos 10 a 15 anos talvez, por uma série de circunstâncias,
1215umas nos chegaram e outras foram deliberadamente construídas dentro do governo
1216e dentro da sociedade, mas o fato é que eu tenho receio de que nós vamos ter um
1217Brasil (...) no litoral e no centro-sul e o resto continuará um vazio a construir, de uma
1218maneira, a mim me parece, ainda à margem, do que sobra de migalhas do
1219crescimento. O planejamento é preciso compreendê-lo como também uma disputa
1220entre os territórios e essa disputa se faz em bases sustentáveis federativamente
1221acordadas. Insisto: o planejamento territorial e o sistema público de investimentos é
1222muito importante. Muito obrigado.

1223

1224

1225**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gostaria de Agradecer o Dr. Arial
1226Pares e seus comentários e queria já passar a palavra para o Dr. Oscar Cordeiro.

1227

1228O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (Câmara Técnica do Plano Nacional de
1229Recursos Hídricos) – Bom dia a todos. Obrigado, Volney, cumprimentando você e
1230os colegas da Mesa e os participantes do evento. É uma enorme satisfação de estar
1231nesse momento histórico aqui da 100ª Reunião do CONAMA, com todo esse
1232trabalho acumulado ao longo desses anos e discutindo até uma questão aí que
1233remete a essa articulação entre gestão ambiental e gestão de recursos hídricos. Eu
1234fui convidado aqui na condição de Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional
1235de Recursos Hídricos, que é uma das câmaras técnicas que compõem o Conselho
1236Nacional de Recursos Hídricos. Ela tem uma responsabilidade, que é a aprovação
1237do Plano Nacional de Recursos Hídricos, é a sua missão principal, mas ela também
1238avalia outras propostas de plano. Foi o caso com o Araguaia-Tocantins, está sendo
1239agora o caso com outra proposta de planejamento, que é o Plano da Margem Direita
1240do Amazonas e também se debruça sobre resoluções e questões ligadas ao
1241planejamento de recursos hídricos. Aliás, um aspecto interessante: eu sou, nessa
1242Câmara, representante da ABRH, que é a Associação Brasileira de Recursos
1243Hídricos e é a única Câmara Técnica do Conselho que sempre foi presidida pela
1244sociedade civil, pelas organizações civis de recursos hídricos desde a sua
1245constituição, o que mostra certa busca pela neutralidade nessas discussões
1246envolvendo interesses federativos, interesses de usuários. Eu vou aqui, a pedido do
1247Volney, falar rapidamente aqui da nossa Câmara Técnica e depois voltar mais
1248especificamente para a questão da apresentação que foi feita, do Plano Estratégico
1249do Araguaia-Tocantins. Essa Câmara Técnica está agora trabalhando justamente
1250em um processo bastante intenso, porque o nosso Plano Nacional de Recursos
1251Hídricos encontra-se no processo da primeira revisão. Decorridos os 4 anos, a
1252previsão na própria Resolução que aprovou o Plano Nacional leva a uma revisão
1253periódica e o prazo foi considerado o de 4 anos. Esse processo é de
1254responsabilidade conjunta da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
1255do Ministério do Meio Ambiente com a nossa Câmara Técnica, que é responsável
1256em trabalhar junto, em avaliar o desenvolvimento e se manifestar perante o
1257Conselho Nacional. Quer dizer, a partir de um parecer técnico elaborado pela
1258Câmara Técnica é que esse tema é levado ao Plenário do Plano Nacional. Isso vale
1259também para os outros planos que nós analisamos, como foi o caso do Araguaia-
1260Tocantins, como está sendo o caso agora do Plano da Margem Direita do
1261Amazonas. Mas inclusive, pensando um pouco na articulação desses diferentes
1262planos e iniciativas, tanto o Plano do Araguaia-Tocantins, quanto o Plano da
1263Margem Direita do Amazonas fazem parte, na verdade são ações previstas em um
1264dos subprogramas do Plano Nacional, que é o Subprograma 3.6, que trata de planos
1265e enquadramento na área de recursos hídricos dentro dos instrumentos de gestão
1266de recursos hídricos. Na verdade, esse processo do Plano está sendo contínuo
1267processo de aprendizagem. Nós tivemos aí uma primeira experiência de construção
1268da primeira versão do Plano. Foi muito rica. Eu acho que houve, de forma bastante
1269objetiva, vários avanços. Houve aí uma, eu diria, apropriação dos resultados desse
1270Plano por vários segmentos da sociedade, por vários atores econômicos e sociais.
1271Houve também, na minha avaliação, uma adequada, eu diria assim, capilaridade.
1272Isso permitiu, por exemplo, que vários estados pudessem também avançar nos seus
1273planejamentos. Evidentemente com a primeira tentativa, primeira experiência,
1274primeiro exercício algumas coisas não foram... Quer dizer, alguns objetivos não
1275foram alcançados. Eu, particularmente, falo aqui em meu nome, sociedade civil, sem
1276compromissos maiores com questões do Governo Federal, ele, na verdade, pecou
1277um pouco por certa falta de articulação horizontal. Quer dizer, na verdade ele é
1278horizontal no âmbito do próprio Governo Federal. Então vários ministérios setoriais

74

75

25

1279acabaram talvez, na primeira versão por não incorporar ou por não trabalhar de
1280forma, eu diria assim, mais integrada e eu estou vendo com bons olhos que nesse
1281processo de revisão, por exemplo, nós estamos tendo uma participação muito
1282importante do MPOG, Ministério do Planejamento, que na primeira versão se
1283mostrou, eu diria, um pouco ausente, como também da SAE. O Ariel acabou de falar
1284aí dessa discussão sobre a sinalização do plano que está sendo feita em articulação
1285com a SAE. Então nós esperamos que até com esses dois bons indícios aí nós
1286possamos avançar mais nessa segunda versão. Esse trabalho é um trabalho de
1287discussão que se deu, está se dando ao longo de todo esse ano de 2010 e vai se
1288estender até o primeiro semestre de 2011 com oficinas regionais. Existem 12
1289regiões hidrográficas no Brasil definidas pelo Conselho Nacional. Uma delas é essa
1290região Araguaia-Tocantins que nós vimos aí e foi feita uma oficina regional para
1291avaliação de diagnóstico daquela região hidrográfica, para avaliação das demandas
1292e também algumas oficinas temáticas com temas respectivos, por exemplo, a
1293mudança climática, recursos hídricos e está ocorrendo justamente agora em
1294Fortaleza, ocasião do Encontro Nacional dos Comitês de Bacia, uma consolidação
1295dessas oficinas regionais do Plano. Isso vai ser um insumo para o nosso trabalho na
1296Câmara Técnica do Plano Nacional. Nós esperamos, depende um pouco da
1297velocidade que vai imprimir a Secretaria de Recursos Hídricos a montagem dessas
1298versões finais da revisão, que nós possamos nos debruçar sobre essa análise de um
1299documento mais completo e acabado no primeiro semestre de 2011 e aí vai um
1300ponto curioso, observação um pouco externa: isso mostra certa maturidade do
1301sistema, porque essa discussão está acontecendo durante um processo de fase de
1302transição de governo e com toda franqueza, eu não estou sentindo nenhuma
1303perturbação maior nesse processo de discussão e nesse processo que vai
1304atravessar 2010 e 2011, que mostra, na verdade, que o sistema está um pouco mais
1305maduro e esteja realmente trabalhando com objetivos de Estado, mais do que de
1306governos. Bom, então essa era uma visão geral da Câmara Técnica e das nossas
1307atividades. Eu queria agora me manifestar sobre alguns pontos aí da apresentação
1308do (...) e vou tentar evidenciar alguns pontos, sendo até um pouco provocador. Eu
1309identifiquei aqui 3 questões que permeiam mais ou menos, estão subjacentes a essa
1310questão do planejamento de recursos hídricos, essa questão dos planos. Primeira
1311questão que costuma frequentar discussões, na verdade, qual é a pertinência de se
1312elaborarem planos de recursos hídricos? Não bastariam zoneamentos ambientais e
1313os planos diretores municipais? Existem aqueles que identificam que seriam
1314perfeitamente dispensáveis os planos de recursos hídricos, desde que os outros
1315instrumentos fossem implementados e desenvolvidos de forma adequada. Essa é
1316uma questão. A segunda questão também que permeia é: qual a pertinência desse
1317recorte hidrográfico adotado? Como se pode planejar o uso da água de uma área de
1318918.000 quilômetros quadrados, que é a maior que a maior parte dos países do
1319planeta? E um terceiro elemento de reflexão também é: não foi autoritário a
1320elaboração desse Plano? Quer dizer, existe um sistema de recursos hídricos que
1321trabalha com comitês, que trabalha com participação dos estados e foi um Plano
1322elaborado pela ANA, agência federal, sem existência de comitê. Então são 3
1323questões que eu acho que freqüentam um pouco as discussões. Eu queria só
1324apresentar aqui algumas reflexões minhas sobre a questão. Primeiro, com essa
1325relação: para que planejar recursos hídricos? Quer dizer, na visão de alguns isso é
1326absolutamente dispensável. Se eu tivesse um bom zoneamento ambiental, se eu
1327tivesse uma boa aplicação de instrumentos de licenciamento, se os municípios
1328tivessem os seus planos diretores municipais, a consequência lógica seria água de
1329boa qualidade em quantidade suficiente para atender a todos os usos. Então de fato
1330existe um argumento muito forte nesse sentido, que talvez houvesse aí certa

1331incoerência, porque se vai planejar a partir das conseqüências, que seria a poluição
1332da água ou falta de água, sem agir nas causas. Isso é uma questão. Eu acho, na
1333verdade, estou aqui empenhando um pouco a minha visão pessoal, que essa é uma
1334questão que está adquirindo contornos quase religiosos, quase dogmáticos. Os
1335hídricos de um lado, com certa obsessão pelo recorte da bacia hidrográfica e outros
1336vendo que isso, na verdade, é um planejamento equivocado. Fala-se até que plano
1337de recursos hídricos são manifestações de delírio, de onipotência desses hídricos,
1338desses engenheiros que têm trabalhado na questão. Eu não concordo na verdade.
1339Eu acho que nós temos aí certa diversidade de problemas e questões. Se nós
1340pensarmos como começou esse sistema de recursos hídricos, nós temos um
1341paradigma da França, que foi um pouco a referência nossa, e esses planos de
1342recursos hídricos, essas intervenções do sistema, começaram muito para se
1343determinar prioridades. Quando eu tenho uma região, uma bacia hidrográfica com
1344um grave problema de poluição ou problema de falta d'água, água em pouca
1345quantidade, evidente que a solução de longo prazo, a sustentável solução, é aquela
1346que remete ao zoneamento, que remete aos instrumentos de gestão ambiental, de
1347planejamento territorial do município, mas isso é uma solução de longo prazo, de
1348difícil articulação. No momento em que você estabelece, a partir das conseqüências,
1349onde é mais importante atuar, onde a ação vai ser mais afetiva, você vai ter então
1350essa... Quer dizer, pelo menos um ordenamento de prioridades a ser feito. Não é por
1351acaso que na França, quando começou essa questão de planejamento de bacia
1352hidrográfica, os maiores investimentos no início sempre foram canalizados para
1353ações de saneamento, porque eram aquelas ações que causavam maior impacto
1354porque era como se fosse poluição direto na veia. Então é ali que eu tenho que
1355atuar. E hoje em dia, se nós pegarmos... A França já tem superado esses problemas
1356de saneamento, hoje em dia as ações dos comitês estão muito mais voltadas para
1357ações de conservação do uso do solo, para educação dentro de uma logica de
1358investimentos. Então eu vejo aí que é uma questão pertinente, mas justifica se
1359planejar e eu diria o seguinte: no caso do Araguaia-Tocantins, que vai ser minha
1360segunda questão sobre o recorte geográfico, trabalha-se com escala do problema.
1361Será que existe um problema a nível dessa bacia hidrográfica? Existe. Se nós
1362pegarmos a questão navegação, se nós pegarmos a questão da produção de
1363energia, são problemas na escala dessa região que justificariam uma visão
1364integrada. Esse segundo ponto, aquela questão que eu me referi em discussão: qual
1365é a pertinência do recorte? Dr. Ariel falou na tipologia desse planejamento setorial e
1366planejamento setorial, certa dicotomia entre esses dois. No âmbito do planejamento
1367territorial, eu queria até invocar aqui outra dicotomia: são aqueles planejamentos que
1368atuam aí nos recortes administrativos tradicionais, municipal, estadual e aqueles que
1369estão com outros recortes, eu diria assim, não administrativos. Isso na base
1370territorial. Quando esse recorte é administrativo, eu tenho aí, muitas vezes,
1371instrumentos de planejamento que são mandatários, planos diretores, por exemplo,
1372e eu tenho aí certa identificação mais fácil de quais são os instrumentos de
1373intervenção em função do nível administrativo. Mas eu tenho outra questão, que é...
1374Nem sempre eu vou ter, nesse recorte administrativo, o nível do problema. Os
1375problemas que acontecem são muito caprichosos. Eles não vão acontecer só no
1376município. Eles podem acontecer em dois ou três. Não vai ser só em um estado,
1377pode ser um problema interestadual. Então muitas vezes nós temos que trabalhar
1378com a escala do problema. É isso que tem feito a área recursos hídricos. Trabalha...
1379A bacia hidrográfica é a escala, muitas vezes, do problema. Então é essa opção que
1380foi feita e ela é justificada. Evidentemente que se perde aí um pouco em capacidade
1381de intervenção, mas se pode compensar isso com certa capacidade na articulação
1382dos instrumentos e eu acho que aí está o grande desafio nosso para os próximos

1383anos nessa articulação... Ariel evocou aqui a questão do papel importante do
1384planejamento, de nós evitarmos problemas futuros que, atuando previamente,
1385sabido os custos, vão ser muito menores, as soluções mais perenes e eu acho que o
1386grande desafio nosso aqui é essa articulação dos planos e existem alguns bons
1387exemplos dessas articulações: plano diretor municipal com plano de saneamento,
1388com plano de bacia, mas nós estamos muito longe de poder avançar. Guardamos
1389certo espírito de paróquia, cada um pensando um pouco na sua área do
1390conhecimento, pensando um pouco no seu setor de militância, saneamento,
1391recursos hídricos, meio ambiente e nós perdemos muito com isso nesse processo. E
1392aí eu passaria para a terceira questão sobre se não teria sido autoritária esse
1393processo de plano, quer dizer, nós passamos por uma definição do sistema de
1394gerenciamento dos recursos hídricos que privilegia a participação dos entes
1395federados, dos estados, no caso de bacias de rios federais, determina a participação
1396dos setores usuários, das organizações civis e de repente aparece um plano que foi
1397todo feito pelo Governo Federal, particularmente pela ANA, sem a existência de
1398comitês de bacia. Na verdade, o que deveria vir primeiro? O Comitê do Araguaia-
1399Tocantins ou esse Plano Estratégico do Araguaia-Tocantins? É uma questão
1400complicada. O ovo ou a galinha? Eu diria quase muitas vezes nesse mesmo dilema
1401e, na verdade, eu considero, se nós pegarmos o espírito da lei, que os comitês
1402deveriam ser formados antes para que justamente esses comitês definissem os
1403termos de referência desse plano, que fizesse um diagnóstico dos problemas da
1404bacia e que depois aprovassem esse plano. Esse era um pouco o espírito da lei.
1405Mas o Brasil optou por uma estratégia que eu, particularmente, considero que foi
1406muito adequada na composição dos comitês. Os comitês são formados, de forma
1407geral, pelo menos dos rios federais em função de uma demanda social existente na
1408região, quer dizer, não se cria a torto e direito comitês. O comitê, para existir, tem de
1409haver certa organização naquela bacia hidrográfica para que ele possa ser criado,
1410razão pela qual nós temos aí alguns poucos comitês criados em nível federal e
1411várias outras regiões em que essa, vamos dizer, liga dos atores econômicos e
1412sociais da região não se formou ainda e aí tem um problema: essa liga se forma,
1413quer dizer, essa articulação se forma muitas vezes quando o problema já é muito
1414grave. É quando a poluição é muito séria ou quando existe conflito pelo uso da água.
1415Se de um lado existe uma demanda social formada, o que acontece é que
1416normalmente ela se forma quando o problema já está avançado. Esta certo? Essa
1417questão de se formar comitês à medida que haja demanda, o Brasil, por exemplo,
1418está fazendo isso em nível federal, mas, por exemplo, o Estado de São Paulo, no
1419começo já planejou, já dividiu seu estado em regiões hidrográficas estaduais. A
1420França fez a mesma coisa, o México fez a mesma coisa. O que aconteceu é que
1421houve aí, no caso de São Paulo, México e França velocidades bem diferentes de
1422comitês formados. Quer dizer, aqueles que havia essa liga dos atores estabelecida.
1423eles trabalharam bem e outros ficaram muitos e muitos anos patinando, sem
1424trabalhar. Então nesse caso, quer dizer, justifica-se, eu acho, que o Estado tem que
1425zelar por esse... Tem que exercitar sua função de planejamento a longo prazo, ele
1426tem condições, mais do que qualquer um, de vislumbrar situações potenciais de
1427conflito. Então justificaria, na minha avaliação, que estudos dessa natureza que não
1428são exatamente planos de bacias hidrográficas, parece que tem a terminologia:
1429planos estratégicos, que na verdade seriam prévios aos planos de bacia, que eles
1430possam ser executados e elaborados, vê-se aí que isso... O Ariel aqui da SAE vê
1431certa pertinência nesse tipo de trabalho, eu particularmente vejo também. Agora, o
1432mais importante é que o processo de discussão e depois o processo de atualização
1433e implementação já aí possa trabalhar com os diferentes atores econômicos e
1434sociais previstos no nosso sistema de gerenciamento. Então foram aqui algumas

1435 reflexões, Ariel e Volney. Em suma, o trabalho da ANA é um trabalho de peso. Eu
1436 tenho certeza que ele vai facilitar bastante as discussões e futuros (...), mas de
1437 qualquer maneira é interessante ressaltar esses pontos para que nós pudéssemos
1438 refletir um pouco. Muito obrigado.

1439

1440

1441 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria agradecer ao Dr. Oscar
1442 Cordeiro, que hoje está com o chapéu da sociedade civil no Conselho Nacional, mas
1443 que até pouco tempo era nosso colega de governo.

1444

1445

1446 **O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (Câmara Técnica do Plano Nacional de**
1447 **Recursos Hídricos)** – Eu agora sou radical livre. Agora eu voltei para a
1448 universidade, represento a sociedade civil, então já estou livre de algumas amarras
1449 que a função pública às vezes nos impõem.

1450

1451

1452 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Muito obrigado, Dr. Oscar. Bom, eu
1453 queria então passar a palavra ao Dr. Oton Nascimento Junior, que é o Secretário de
1454 Planejamento do Estado de Goiás e também coordena, é o Secretário Executivo do
1455 Comitê Gestor do Plano Estratégico dos Rios Araguaia-Tocantins. Então tem todo
1456 esse processo de como fazer esse Plano andar. Dr. Oton, a palavra é sua.

1457

1458

1459 **O SR. OTON NASCIMENTO JUNIOR (Secretaria de Planejamento do Estado de**
1460 **Goiás)** – Bom dia a todos os senhores e senhoras. Eu, estando aqui como
1461 representante de um estado, Estado de Goiás, no caso como Secretário de
1462 Planejamento e também como Secretário Executivo do Colegiado, queria iniciar as
1463 minhas palavras dizendo o seguinte comentário: já foi um avanço muito grande, por
1464 parte da União, através da ANA, realizar este belo projeto que há pouco nós
1465 assistimos a apresentação dele. Nós estamos há 300 anos na nossa história sendo
1466 colonizados e nesses 300 anos, o que houve na região do Araguaia-Tocantins
1467 realmente foram impulsos de crescimento e impulsos de progresso. Começando
1468 aqui pela área sul, em Goiás, nós tivemos aqui, que é a área hoje mais desenvolvida
1469 da região, nós tivemos primeiro a implantação da capital, Goiânia, que deu um
1470 reflexo em todo o estado, em toda a região. Depois Brasília, que foi outro grande
1471 impulso de desenvolvimento na região e isso eu estou falando há 70 anos. Quer
1472 dizer, nesses 300 anos que marcam as primeiras bandeiras que entraram aqui vindo
1473 de São Paulo através de Minas e Goiás também, na divisa de Goiás com Minas e
1474 São Paulo, tivemos também as bandeiras que entraram pela Bahia e também de
1475 Belém, que subiram o Rio Tocantins, chegando ao norte do antigo Estado de Goiás,
1476 que hoje é o Tocantins. Mas desses 300 anos realmente para cá, nos últimos 70
1477 anos é que nós tivemos um impulso considerável com a criação de Goiânia, Brasília,
1478 e possivelmente alguns outros projetos. Por exemplo, o projeto lá de Tucuruí, que é
1479 um projeto isolado, projeto de alumínio também, no sul do Pará, que é um projeto
1480 isolado, o projeto Carajás, os projetos de irrigação no Tocantins, os projetos de
1481 irrigação e mineração também do norte de Goiás, principalmente o Projeto Luis
1482 Alves do Araguaia e o projeto de aproveitamento de níquel, ferro e níquel e também
1483 de ouro e cobre em Niquelândia, Barro Alto e também Alto Horizonte no norte de
1484 Goiás. Então o Ariel está coberto de razão quando diz que nós temos no Brasil uma
1485 total ausência de planejamento de médio e longo prazo. Esse discurso nós já
1486 trouxemos também do CONSEPLAN, que é o Conselho dos Secretários de

1487Planejamento do Brasil. O Ariel participava lá, participou de muitas reuniões conosco
1488para nós discutirmos um grande projeto de desenvolvimento para o país que nós
1489não temos e que a prova marcante dessa ausência desse planejamento integrado
1490são as obras do PAC I. Quando o próprio Governo Federal reclama que a
1491velocidade de implantação dos projetos não corresponde ao desejo político é porque
1492nós temos uma completa ausência de projetos, estoques de projetos. Não temos
1493planejamento e não temos estoque de projetos. Na área de saneamento ambiental,
1494por exemplo, Goiás foi muito privilegiado no PAC I, porque a Empresa de
1495Saneamento de Goiás tinha uma cultura e tem de estoque de projetos. Projetos de
1496melhoria de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e com isso a
1497empresa deu um salto nos últimos 4 anos, com o apoio do PAC I. Realmente foi uma
1498grande vantagem competitiva para a empresa, porque ela tinha esse estoque de
1499projetos. Então para os estados, dentro do Plano de Recursos Hídricos da Bacia
1500Araguaia-Tocantins e especialmente através do colegiado, nós tivemos um avanço.
1501Essa é a nossa avaliação, mesmo sem um planejamento ideal, nós tivemos um
1502avanço. E porque esse avanço? Porque, por exemplo, recentemente o meu
1503companheiro, Secretário de Meio Ambiente, Roberto Freire discutia o problema de
1504dragas no Araguaia aqui no Alto Araguaia, tinha a posição do Estado de Goiás, do
1505IBAMA regional de Goiás. Entretanto, do outro lado do Rio você tinha a posição
1506diferente do Estado do Mato Grosso e do próprio IBAMA regional do Mato Grosso.
1507Quer dizer, nós não tínhamos uma mesa para sentar e conversar os pontos de vista
1508dos governos. Agora, com a criação do colegiado gestor, especialmente nos
1509recursos hídricos, porque realmente esse Plano não tem ambição de ser um plano
1510de desenvolvimento integrado. Ele está focado no Plano de Recursos Hídricos. Nós
1511temos condições de sentar, são 6 estados que estão articulados, junto com a União,
1512com representantes da ANA, que é a agência reguladora e tem também a
1513participação de alguns ministérios. Então isso, para nós, já é um avanço, porque
1514você começa a formar as bases para você ter aquilo que eu quero chamar atenção
1515de todos vocês. O problema maior não é só a ausência do planejamento. O
1516problema maior é a gestão. Essa gestão pública que é, eu creio, a grande
1517dificuldade que nós temos, o grande desafio. E porque essa gestão? Porque nós
1518tivemos no passado, na década de 80, um programa muito interessante também,
1519que se chamava PRODIAT. Esse sim era um programa de desenvolvimento
1520integrado da Bacia Araguaia-Tocantins. Na época ele era dirigido pelo Ministério do
1521Interior, que ainda existia e contou com o financiamento da OEA. O recurso da OEA
1522financiou e nós tivemos uma grande equipe e competente equipe durante 3 anos
1523estudando a Bacia Araguaia-Tocantins e o que restou desses projetos? Que
1524realmente foi um programa muito interessante, que indicou diversas ações e projetos
1525e o que restou do PRODIAT? Uma falha nossa dos brasileiros: gaveta, porque o
1526PRODIAT foi extinto em seguida após o término dos estudos e nós não tivemos a
1527implementação das ações e dos projetos previstos naquele programa. Poucos
1528projetos prosperaram. Então a hora que você considera a questão da gestão, por
1529exemplo, numa região que agora ainda com 1 milhão de quilômetros quadrados com
1530apenas 7 milhões de habitantes, mas com esses projetos que eu disse há pouco já
1531implantados e com uma Ferrovia Norte-Sul que vai se inaugurar agora. Dia 20 de
1532dezembro é a data de inauguração com o Presidente Lula para o trecho da Ferrovia
1533de Anápolis, em Goiás, até o Porto de Itaquí. Portanto, daqui a pouco mais de 20
1534dias nós teremos a inauguração do trecho da ferrovia. Ora, o impacto da ferrovia vai
1535ser como foi no passado, a criação de Goiânia, como foi no passado a criação de
1536Brasília. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, para a região. A Ferrovia Norte-Sul é
1537vista por todos nós do Centro-Oeste não, só por Goiás, mas como o grande corredor
1538logístico para a região e que vai proporcionar ganhos competitivos para os

1539 produtores e para os empreendedores. Vários projetos que até então não tinham se
1540 desenvolvido virão agora a ocorrer por conta da nova condição logística que nós
1541 vamos ter. Veja bem o meu Estado de Goiás. Novamente a região sul é muito bem
1542 desenvolvida, por quê? Porque vizinho você tem o Estado de Minas Gerais e São
1543 Paulo. A 200 quilômetros, em média. Então você tem um grande mercado
1544 consumidor próximo do sul de Goiás. O sul e o sudoeste goiano então se
1545 desenvolveram. Não que as terras e as condições naturais sejam melhores ou
1546 piores do que o norte do Estado. São condições idênticas. Brasília foi um grande
1547 estímulo, por exemplo, para Cristalina. Cristalina, há 15 anos, não produzia nada a
1548 não ser cristal e algumas lembranças de cristal. Hoje Cristalina é o maior PIB
1549 agrícola de Goiás e é o 7º maior PIB agrícola do Brasil. Por quê? Porque tem um
1550 grande mercado consumidor, que chama-se Brasília e regiões vizinhas de Brasília,
1551 que reúnem aqui mais de 3 milhões de consumidores. Então, com esta nova
1552 novidade, Brasília 3 milhões, os empreendedores se deslocaram para Cristalina e
1553 hoje é o maior polo de produção agrícola de Goiás e o 7º do Brasil. Então eu creio
1554 que a Ferrovia Norte-Sul vai trazer esse impacto também. Daí a importância, pelo
1555 menos na parte hídrica, de saneamento ambiental, de irrigação e também da
1556 geração de energia, nós estarmos tentando nos estruturar. Aí vem a pergunta: é
1557 ideal que se tenha o colegiado gestor ou que se tenha primeiro o comitê? Ótimo.
1558 Nós teremos que ter os dois, mas enquanto não é possível instalar os comitês, nós
1559 temos que instalar o colegiado, porque isso já é um avanço para nós, para os
1560 estados, para ter essa possibilidade de conversar com o Governo Federal. Agora, o
1561 desafio é essa questão, porque quando nós vamos tratar de irrigação, que é um
1562 assunto importante para Goiás, para todo o Vale do Araguaia-Tocantins, não é a
1563 ANA que vai fazer a interlocução sozinha. Nós vamos ter que conversar com o
1564 Ministério da Integração Nacional, porque é o Ministério responsável pela irrigação.
1565 Quando nós vamos conversar de hidrelétrica, não é simplesmente também a ANA
1566 que vai fazer. Ela vai fazer a outorga, mas todo planejamento é desenvolvido por
1567 outro Ministério e assim vai também. Na área de saneamento também tem outro
1568 ministério. Esse é o desafio e nós, na instalação desse primeiro ano do colegiado, já
1569 propusemos algumas estratégias. Por exemplo, o (...) mostrou aqui a possibilidade
1570 de criação de um Grupo de Trabalho para irrigação. Um grupo nacional. Por quê?
1571 Porque aí os estados, o colegiado, com a União, com o Ministério da Integração
1572 poderia construir uma proposta que fosse interessante para toda a região. Então, eu
1573 creio, para finalizar, que este é o desafio nosso. É a questão da gestão, onde nós
1574 possamos elencar todos os projetos, criar indicadores para esses projetos e, através
1575 desses indicadores, nós poderemos monitorar a implantação e o desenvolvimento
1576 desses projetos. Sem isso vamos repetir a experiência do passado como o
1577 PRODIAT: um pelo projeto engavetado. Muito obrigado.

1578

1579

1580 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gostaria de agradecer o Secretário
1581 Oton Nascimento e como Secretário de Planejamento, sofre na pele o dia-a-dia
1582 dessa questão de coordenação, da articulação e gestão. É a pessoa talvez com o
1583 perfil ideal para coordenação de um comitê com essas características. Então, por
1584 fim, eu acho que o Dr. Donizete Tokarski, Presidente da ECODATA e Conselheiro
1585 do CONAMA vai nos trazer alguns comentários aí em relação ao Plano do Araguaia-
1586 Tocantins.

1587

1588

1589 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Obrigado, Dr. Volney. Quero
1590 cumprimentar a todos os companheiros da Mesa, Dr. Luis (...), da Agência Nacional

1591de Águas, que tem acompanhado esse trabalho desde o início e parabeniza-lo pelo
1592trabalho também. Dr. Ariel, que é um velho amigo e que colocou uma questão muito
1593importante aqui também, que é a grande transformação que essa bacia está
1594sofrendo, essa região hidrográfica está sofrendo. Então eu acho que vale a pena
1595destacar esse ponto. O Dr. Oscar Cordeiro Neto, que hoje está do nosso lado, fiquei
1596até surpreso aqui com as declarações dele, mas é muito importante para mostrar
1597essa visão dos pontos que ele chamou atenção aqui, da participação da sociedade,
1598da dimensão e escala dessa bacia, dessa região. Dr. Oton Nascimento, que expôs
1599um fato muito importante para todos nós na bacia, na região, que é a questão da
1600Ferrovia Norte-Sul e que eu vou chamar atenção de vocês todos vocês nessa
1601oportunidade. Quero cumprimentar também o Dr. Silvano que está aqui junto com o
1602Marcos Neves, da Secretaria de Recursos Hídricos, que eu tive a honra de fazer,
1603coordenado pelo Dr. Marcos, o caderno da região hidrográfica do Tocantins-
1604Araguaia, que foi, na realidade, o primeiro elemento de um planejamento e
1605consolidação dos dados sobre essa região tão significativa do Brasil. Quero fazer um
1606destaque especial aqui também nessa reunião especial do CONAMA, das ONGs
1607que participam aqui, que eu acho que a Ministra esqueceu de dizer do papel
1608importante que as ONGs, o movimento ambiental tem, pessoas que se dedicam sem
1609receber salário ao final do mês para prestarem essa contribuição ao CONAMA.
1610Então faço esse registro também e chamar aqui atenção de um grupo da
1611ECODATA, que está presente aqui hoje também, que são agentes educadores
1612ambientais que vieram conhecer o funcionamento desse colegiado. Essa região do
1613Tocantins-Araguaia, eu queria fazer um desenho um pouco diferente para vocês
1614aqui. a região do Tocantins-Araguaia, já usando os próprios argumentos que o Dr.
1615Luís colocou. Ela tem três regiões muito distintas. O Araguaia, por si só é um rio
1616totalmente diferenciado do Rio Tocantins e foi, várias vezes, evidenciada essa
1617diferença do Tocantins e o Araguaia. Nós aqui estamos muito próximos da nascente
1618do Tocantins aqui no Rio Maranhão, que nasce aqui na Lagoa Formosa, no
1619município de Planaltina de Goiás, se junta lá em Serra da Mesa e vai se juntando
1620aos outros lagos, o Canabrava, vai se juntando ao Peixe, vai se juntando ao São
1621Salvador, vai se juntando a Lajeado, daqui uns dias ao Estreito, Tucuruí e forma já
1622esse rio afogado. Esse plano estratégico que tem hora que nós não sabemos se é
1623plano de recursos hídricos ou se é plano estratégico, porque na realidade, ele
1624começou como um plano estratégico e ao final ele se consolidou como um plano de
1625recursos hídricos. Ele, de fato, pela legislação, pela 9433, ele antecipou-se ao
1626comitê de bacia e a região, como já foi destacado aqui, é uma região que é quase
162712% do território nacional, uma vez e meia a Bacia do São Francisco. É uma região
1628extremamente diferenciada com essas 3 regiões que eu coloquei: o Araguaia por si
1629só, o Tocantins e vamos chamar o Baixo Tocantins, que ele faz a divisa já com a
1630junção do Araguaia, do Tocantins, que aí formamos essa região amazônica do
1631Tocantins. Entretanto, nós precisamos perceber que o Plano Estratégico não está
1632sendo incorporado pelos próprios órgãos dos ministérios, do Governo Federal e das
1633decisões que estão sendo tomadas, por exemplo, pelo Conselho Nacional de
1634Recursos Hídricos, que recentemente agora aprovou a Resolução 109, que trata das
1635Unidades de Gestão de Recursos Hídricos, engessando essas 3 diferentes regiões
1636em uma região só. O Plano Estratégico também analisa essas 3 diferentes regiões
1637das características das regiões, mas analisa de uma forma só. São pessoas
1638distintas, são culturas distintas dessas regiões. É cultura distinta até dos governos
1639estaduais, das pessoas que dominam, no caso, por exemplo, o Estado de Goiás. O
1640Rio Araguaia é um santuário para o Estado de Goiás, mas o Rio Tocantins, que aqui
1641corre por mais de 500 quilômetros dentro do Estado de Goiás, praticamente está
1642sucumbido à existência das hidroelétricas, mas nós temos problemas gravíssimos

1643 aqui nas nascentes do Rio Tocantins. Por exemplo: a questão do saneamento é
1644 extremamente falada. É extremamente falada, saneamento básico de toda a bacia,
1645 com enfoque especial à capital do Estado do Pará, que é Belém, com quase 2
1646 milhões de habitantes, onde já está, no próprio plano, colocando cerca de 70% das
1647 propostas de investimentos para Belém. Nada contra Belém, mas nós temos aqui
1648 uma cidade tão próxima, Padre Bernardo, com 2% da população, segundo os dados
1649 da própria Fundação Nacional de Saúde com esquistossomose e esse Plano não
1650 contempla uma imediata ação para erradicar esse problema numa cidade que está
1651 um pouco mais de 100 quilômetros daqui do Distrito Federal, acima do Lago
1652 Canabrava, acima do Lago Serra da Mesa e de todos esses outros demais que nós
1653 falamos aqui. Então o Plano tem uma visão e tem um papel importante. Primeiro: é
1654 de estarmos discutindo isso aqui. Ele proporcionou uma discussão. Eu não gostaria
1655 até de usar esse termo autoritário, porque eu mesmo participei do grupo que
1656 acompanhou a análise do Plano. Entretanto, entre os diversos representantes que
1657 tinha ali, apenas um ou dois que representava a sociedade civil, por quê? As
1658 pessoas lá de Tocantins, do Maranhão, do Pará, do Mato Grosso, aqui de Goiás
1659 mesmo não tinham condições de estarem presentes aqui nas regiões e o Plano, a
1660 elaboração do Plano não contemplava o deslocamento dessas pessoas para
1661 participar dessa discussão. Então nesse sentido ele foi democrático e viesse quem
1662 quisesse. Podia participar, mas vocês sabem as dificuldades que as pessoas têm de
1663 participar de um estudo como esse, de acompanhar um estudo como esse. Então,
1664 nesse aspecto, eu concordo plenamente com o Dr. Oscar: ele faltou muito a
1665 participação da sociedade. Por que faltou a participação da sociedade? Porque não
1666 tem comitê de bacia. E por que não tem comitê de bacia? Porque os próprios órgãos
1667 do governo, dos governos estaduais também carecem de estrutura devida para o
1668 funcionamento dos próprios conselhos estaduais de recursos hídricos. Se nós
1669 pegarmos os estados presentes nessa região hidrográfica e analisarmos a
1670 participação ou as reuniões dos conselhos de recursos hídricos nos estados nesse
1671 período de 2006 até agora, 2010, nós vamos verificar que tiveram estados que
1672 ficaram por mais de um ano, dois anos sem reuniões dos conselhos estaduais de
1673 recursos hídricos. “Mas o Conselho participou”. Participou, os membros do
1674 Conselho, mas sem a autoridade, a representatividade, sem o conhecimento
1675 necessário para debater um Plano como esse. Então, quando nós, representantes
1676 da sociedade civil, nos deparamos com essas questões, nós abordamos em todas
1677 as reuniões que nós fizemos, que participamos das reuniões, nós chamávamos a
1678 atenção: é preciso estabelecer uma política imediata de apoio à criação dos comitês
1679 de bacia e naquele momento discutia: “Nós não estamos aqui para discutir a
1680 questão de comitê de bacia. Nós estamos para discutir o plano estratégico da bacia.
1681 Se isso chegar lá no final e recomendar, nós vamos verificar se vai ser feito ou não”.
1682 E no final foi incorporado até um sistema de gestão que hoje eu posso dizer
1683 tranquilamente que é um sistema estritamente chapa branca. Os 16 membros do
1684 colegiado são totalmente ligados ao Governo, 12 secretários de estado, 1
1685 representante da Secretaria de Recursos Hídricos, 1 representante da Agência
1686 Nacional de Águas, um eleito pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então
1687 são pessoas que têm conhecimento do assunto? Lógico. E devem ter conhecimento
1688 do assunto. Entretanto, a sociedade civil não participa desse debate, não pode
1689 participar, porque agora é o momento do colegiado. Em algum momento vai ser
1690 decidido: “Não, agora vamos criar o comitê de bacias”. Só que esse momento já está
1691 passado. É pretérito. Nós, há muitos anos, já debatemos essa questão, já fizemos
1692 diversos encontros, reuniões, seminários, discutindo. Aqui tem a Dra. Eldes, que é
1693 uma das colegas que colaborou, a partir da Agência Nacional de Águas, debatendo
1694 isso em vários municípios, MInassul, Alto Paraíso, todo esse nordeste goiano aqui

1695da bacia do Alto Tocantins para a criação do comitê. Fizemos 4 seminários na
1696Câmara dos Deputados discutindo e os senhores receberam a revista da ECODATA
1697e está isso documentado aí na página 25 e na página 130, exatamente porque mais
1698de 200, 300 pessoas que participaram dessa discussão chamavam atenção de que
1699é fundamental a criação dos comitês de bacia. E nós, como nós estamos vivendo
1700hoje a realidade na região hidrográfica Tocantins-Araguaia? Nós temos aqui uma
1701situação extremamente delicada, sensível, porque a Ferrovia Norte-Sul, anatem
1702senhores e senhoras, a Ferrovia Norte-Sul vai fazer uma inversão da logística
1703brasileira. Uma inversão no sistema de transporte brasileiro. Conseqüentemente,
1704uma pressão extrema nos recursos naturais dessa região Tocantins-Araguaia,
1705porque energia elétrica extremamente abundante, recursos naturais extremamente
1706abundantes, recursos minerais abundantes e as indústrias e a produção
1707agropecuária de escala vai se apoderar dessas áreas de cerrado, principalmente de
1708cerrado, que ainda estão por ser ocupadas. Dr. Paulo, nos preocupa muito isso
1709porque na região do cerrado, mais de 60% das áreas ocupadas por pastagem estão
1710degradadas, mas só que nós vamos sofrer uma pressão sobre as novas áreas do
1711cerrado. Isso interfere diretamente nos recursos hídricos e nós verificamos aqui. só
1712naquela região do Araguaia, das nascentes do Araguaia são mais de 300 voçorocas
1713de dimensões de centenas de metros. Aqui na região do Alto Tocantins também a
1714pressão sobre a vegetação está extrema e nós estamos sofrendo já com a pressão
1715da cana-de-açúcar para ocupar cada vez mais áreas, principalmente em regiões
1716como o vão do Paranã. O vão do Paranã, que é uma região propicia à cultura da
1717cana está sendo ocupada essas com grandes projetos de irrigação, com centenas
1718de projetos de PCHs ao longo de toda a bacia do Tocantins para ocupar essas áreas
1719que, pelo que nós verificamos aqui nos mapas, são as áreas prioritárias para
1720conservação da natureza. O Rio Araguaia, no meu entendimento, deve sim ser
1721zelado, protegido como Unidade de Conservação, como um rio e como um rio
1722conservado. Entretanto, as principais áreas estabelecidas pelo próprio Ministério do
1723Meio Ambiente para conservação da biodiversidade, as áreas estratégicas estão do
1724lado do Tocantins. O que nós verificamos hoje? O Rio Tocantins foi consolidado.
1725Antigamente nós tínhamos pressão sobre o Rio Tocantins para construção das
1726hidroelétricas. Mas hoje, com esse plano, ele foi colocado assim: as hidroelétricas
1727devem ser construídas na bacia do Rio Tocantins. E sujeita a que condições? Por
1728isso nós encaminhamos hoje aqui uma proposta de resolução para que o estudo
1729integrado de bacias hidrográficas, que já é adotado no estado de Goiás, seja
1730também adotado em todo o território nacional, principalmente nessas áreas que
1731estão extremamente impactadas já pela construção de barragens para que
1732possamos, no mínimo, aprofundar esses estudos. Então, quando nós verificamos
1733essas questões ligadas ao planejamento que hoje não são adotadas pelos governos
1734estaduais, o próprio Plano Estratégico não é adotado como uma política ligada ao
1735Fundo do Centro-Oeste, ao Fundo do Nordeste, porque o Maranhão está lá dentro,
1736ao Fundo do Norte, ao Fundo Constitucional do FNO para estabelecer políticas de
1737ocupação dessas áreas. Então nós entendemos, de uma forma muito clara, que as
1738políticas governamentais, as políticas do Governo Federal, por exemplo, os
1739assentamentos da Reforma Agrária deveriam estar consolidados em cima de uma
1740ocupação que não provocasse ainda mais a deterioração ambiental dessas regiões,
1741mas nós estamos sofrendo essa pressão com a Ferrovia Norte-Sul. As áreas
1742próximas à Ferrovia Norte-Sul já valorizaram e às vezes até 5 vezes o valor da
1743propriedade em função do que? Em função dessa questão que está vindo agora de
1744facilitar o desenvolvimento dessa região. E onde está a Ferrovia Norte-Sul?
1745Exatamente no divisor de águas entre o Araguaia e o Tocantins. Exatamente onde
1746existem as nascentes. Exatamente onde nós temos esse dorso estabelecido pelo

1747Araguaia e pelo Tocantins. E que programa nós temos de recuperação de áreas
1748degradadas ou de proteção dessas áreas prioritárias para conservação? Eu
1749particularmente não conheço esses programas. Não conheço esses recursos e cada
1750vez mais nós estamos enfrentando aqui, basta pegar um carro e aqui nós vemos
1751aqui nesse auditório, a maior parte das pessoas do Sul e do Sudeste. Mas basta
1752pegar um carro, e vale a pena, para conhecer essa região, que vocês encontrarão
1753centenas de caminhões de carvão ainda saindo diariamente do Estado de Goiás,
1754Estado do Tocantins para atender as siderúrgicas de Minas Gerais. Nessa pressão
1755que alguns dizem: “Mas não dá para ver esses caminhões”. Gigantescos caminhões
1756que às vezes você não consegue nem cruzar com eles nas rodovias do tamanho da
1757dimensão deles e eles estão passando aí aos nossos olhos, sem serem percebidos.
1758Então é preciso incorporar nesse Plano os demais planos que nós temos. É preciso
1759que esse Plano seja incorporado com a discussão extremamente detalhada com a
1760sociedade. Eu não estou falando só com os movimentos sociais, não. Com todos os
1761segmentos da sociedade. É preciso voltar às comunidades. Nós fizemos agora
1762recentemente, e vocês receberam nessa revista da ECODATA aí, uma capacitação
1763para mais de 2500 pessoas na Bacia do Tocantins-Araguaia. Só um município ou
1764outro que ficou fora da bacia, mas desde o Maranhão, esta o Dr. Washington aqui, o
1765Secretário lá do Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas, que está fora e o Distrito
1766Federal, debatendo o uso do produto do cerrado. Por que isso? Porque a economia
1767dominante está baseada em meia dúzia de culturas e as pessoas estão morrendo de
1768fome embaixo das produções nativas, da vegetação nativa do cerrado. Então,
1769nessas discussões, nós discutimos também com essas pessoas a questão da
1770legislação ambiental, a questão dos comitês de bacia e as pessoas perguntam por
1771que não tem comitê de bacia. Porque falta decisão política, tanto dos governos
1772municipais, estaduais e federal de incorporar definitivamente essa região
1773hidrográfica do Tocantins-Araguaia como uma região importante que realmente ela é
1774e que deve ser zelada antes que nós tenhamos aqui consolidação de alguns
1775problemas já graves da bacia. Nós temos pontos da bacia já com classe 4. O
1776saneamento básico representa 3 a 4% de toda a população. “Mas isso está descrito
1777no Plano”. Mas os valores descritos no Plano, mais de 70%, como eu disse aqui, é
1778para atender somente a região metropolitana de Belém. Então nós temos que voltar
1779os olhos para essas demais regiões. Por não termos grandes cidades a não ser
1780Belém, aí tem Marabá, Paragominas, nós temos Palmas, Araguaína, Barra do
1781Garça, a grande Barra do Garça. Então nós precisamos nos identificar mais e eu
1782faço um apelo aqui a todos os conselheiros, de que o Plano Estratégico da Bacia do
1783Tocantins-Araguaia seja recomendado imediatamente um programa de incentivo à
1784criação do comitê Tocantins-Araguaia, que essa URG, que essa Resolução seja
1785desconsiderada, essa Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para
1786criar os comitês de sub-bacia, porque praticamente todos os rios da Bacia do
1787Tocantins-Araguaia são rios federais. O Maranhão é federal, o Paraná é federal, o
1788Araguaia é federal. Praticamente todos são rios federais e assim, da forma que foi
1789colocado, nós não podemos reduzir a criação de comitês estaduais. Então com isso
1790eu encerro. Agradeço o honroso convite para participar desse debate aqui e nos
1791colocamos à disposição sempre para debater os assuntos Tocantins-Araguaia.

1792Obrigado.

1793

1794

1795**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Queria agradecer ao Dr. Donizete,
1796Conselheiro do CONAMA também, que traz para nós essa perspectiva da
1797necessidade de fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, da
1798importância disso para potencializar esses instrumentos de planejamento, a questão

1799da implementação e eu acho que nós temos aí elementos bons agora para abrir o
1800nosso debate. O Dr. Nilo deve pegar as inscrições. Nós vamos pegar as inscrições
1801todos de uma vez só. Na primeira fala nós devemos encerrar as inscrições, tentando
1802acomodar o tempo para nós ainda encerrarmos por volta de 13h. Queria só registrar
1803a presença do Dr. Paulo Nogueira Neto, que chegou há pouco. Uma salva de
1804palmas para o Dr. Paulo Nogueira Neto, nosso homenageado que está presente e
1805muito nos honra com a sua presença. Então, as inscrições estão abertas, Dr. Nilo,
1806por favor. Dr. Nilo deverá ir chamando aí já as... Dr. Soares.

1807

1808

1809**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que nós observamos é
1810que os planos estratégicos que estão correndo esse Brasil todo não consideram
1811todo o universo das atividades do desenvolvimento do local. Não se pode montar um
1812plano estratégico de desenvolvimento sem considerar a questão do solo, a questão
1813dos recursos hídricos como uma gestão integrada de toda atividade. Não é só no
1814Tocantins-Araguaia que está se observando essa falha, não. No Brasil todo, no
1815Piauí, por exemplo, a bacia do Rio Parnaíba, a questão do Rio Poti, Rio Longá, nem
1816sequer se fala na instalação do comitê de bacia hidrográfica. Está aí a ANA. A ANA
1817deveria provocar aos estados que estão na Federação que montem seus comitês de
1818bacia hidrográfica. Pelo menos agora no Piauí estão previstas 5 hidroelétricas sem
1819ter passado pelo comitê de bacias hidrográficas, sequer terem passado por uma
1820discussão do uso múltiplo da água. Se pensa que vai produzir energia, esquece da
1821irrigação, da navegabilidade e outros. Então fere frontalmente a Lei de Recursos
1822Hídricos. A Lei de Recursos Hídricos não permite jamais que uma atividade em uma
1823bacia seja feita sem levar em consideração o uso múltiplo das águas. Essa fala que
1824está acontecendo no Plano Estratégico do Tocantins-Araguaia está acontecendo no
1825Brasil todo. No Piauí eu cito que na Bacia do Rio Parnaíba está previsto um grande
1826desastre. 5 hidrelétricas sem passar por comitê que nem existe, que nem funciona,
1827porque não há interesse dos governos estaduais.

1828

1829

1830**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Francisco. Nilo, podia já
1831encerrar as inscrições. Podia ler quem está inscrito.

1832

1833

1834**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Estão inscritos: Roberto, do
1835Governo do Estado de Goiás, Tonhão, da MOVER, Marcos Neves, do CNRH e
1836Gonçalo.

1837

1838

1839**O SR. ROBERTO (GO)** – Bom dia. Eu faço uso aqui da palavra nesse momento
1840para trazer ao conhecimento de todos, primeiro que eu sou membro do Conselho, do
1841Colegiado Gestor do Plano Estratégico Tocantins-Araguaia junto com o Dr. Oton,
1842Secretário de Planejamento de Goiás, que é o Secretário Executivo, eu sou suplente
1843e sou também Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do
1844Estado de Goiás. Tenho participado de todas as reuniões do Colegiado Gestor. Já
1845tivemos uma discussão muito ampla desse Plano, já tivemos um conhecimento
1846bastante aprofundado de tudo isso, mas eu fui surpreendido agora recentemente e
1847bem caracterizado no dia 19 de novembro com uma audiência pública para
1848implantação de uma hidroelétrica no Rio Araguaia, na região de Alto Araguaia, que
1849divide Goiás e Mato Grosso, que o Rio Araguaia divide Goiás e Mato Grosso e o Rio
1850Araguaia, como foi explanado aqui, é um rio de planície, mas poucas pessoas

1851conhecem que sendo um rio de planície, nas suas nascentes, próximo às suas
1852cabeceiras, mais propriamente nessa região, está previsto a execução de uma
1853hidrelétrica chamada Couto Magalhães, inicialmente proposta pela Eletronorte. Esta
1854hidrelétrica teve a sua cota reduzida, outra empresa agora que está construindo,
1855teve audiência pública, mas tem uma cachoeira, é uma das mais belas que existem
1856no Rio Araguaia e é a única aqui no Estado de Goiás, a única, e esta cachoeira, se
1857você olharem, eu gostaria que se pudessem entrar no site www.diariodamanha,
1858que é o jornal do Estado de Goiás, na edição de sexta, sábado e domingo, uma
1859grande movimentação que tenta conseguir com que os estudos que foram feitos e
1860realizados para esta hidrelétrica sejam mais aprofundados. Mas como membro do
1861Colegiado Gestor, eu acredito que além que esses estudos sejam realizados e
1862complementados, é necessário que nós obedeçamos ao Plano. Portanto, Dr. José
1863Luís Gomes e o nosso Secretário Executivo, eu achava muito importante que o
1864Comitê Gestor que estava prevista uma reunião agora ainda para este mês e que
1865está sendo transferida por algumas questões operacionais e de momento, de
1866oportunidade, é que o colegiado gestor requeresse uma cópia dos estudos de
1867impacto ambiental e que nós véssemos então a estudar, fazer uma leitura desses
1868estudos de impacto ambiental e seus respectivos EIA/RIMA para que nós possamos
1869verificar se ele está de acordo com o Plano. De imediato o Plano foi muito bem
1870estudado e a argumentação técnica para isso fica um pouco dificultada, mas olha,
1871do meu conhecimento, de 31 anos defendendo esse Rio, onde existem os grandes
1872peixes, existem ali tal qual o pirarucu, o arapá e mangigas, que é um fóssil vivo,
1873onde nós temos então o filhote, onde nós temos a pirarara e que a duras penas, por
1874mais de 30 anos de trabalho e educação ambiental, vocês não imaginam o que nós
1875passamos. O Dr. Clarismino está aqui, lembra o que nós passamos para defender
1876este rio. Para defender o meio ambiente é sempre assim. É pouco tempo mesmo.
1877Então o que nós lutamos, o que nós investimos de recurso para conseguir, na hora
1878que nós estamos conseguindo isso, pasmem os senhores, o ICMBio e o IBAMA
1879fazendo um estudo dos grandes peixes lá nessa região têm que ser preservado. Em
188015 dias conseguiram marcar 2peixes. Nessa região a que eu estou me referindo,
1881onde querem construir a Hidrelétrica de Couto Magalhães, em 4 horas marcaram 6
1882peixes desses grandes que eu estou falando para vocês. São peixes com mais de 2
1883metros de tamanho. Então nós queríamos deixar apenas essa solicitação, de que o
1884Colegiado Gestor solicite imediatamente do IBAMA que remeta esses estudos para
1885que o colegiado gestor, dentro do horizonte 2025, possa se manifestar sobre esse
1886empreendimento, que seja melhor estudado. Era isso que eu queria colocar e é um
1887grande anseio da população goiana e vocês vão ouvir muito falar disso, talvez mais
1888do que Belo Monte, porque é um santuário, a nossa poesia, a nossa música, a
1889nossa literatura depende do Rio Araguaia e nós não vamos aceitar essa hidrelétrica
1890lá.

1891

1892

1893**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Roberto.

1894

1895

1896**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O próximo é o Tonhão, da
1897MOVER. Só explicando aos conselheiros, foi pedido aqui pela colega Conselheira,
1898mas o coordenador da Mesa, Dr. Volney, deixou a inscrição aberta na primeira fala e
1899encerrou logo na conclusão dela. Outros já levantaram aqui, mas...

1900

1901

1902 **SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA (MOVER)** – Boa tarde a todos. Meu nome é
 1903 Antônio Eustáquio Vieira, sou conhecido como Tonhão. Presido o Movimento Verde
 1904 Paracatu, que é uma entidade que participa de um monte de colegiado pelo país
 1905 afora. Inclusive nós somos membros do Comitê de Paracatu, do afluente mineiro do
 1906 Alto Paranaíba, do Paraíba e do São Francisco. Então não é que nós sejamos bons
 1907 no negócio, mas nós participamos, conhecemos, temos, através desse
 1908 conhecimento, uma indignação que se nós formos passar para os senhores aqui,
 1909 nós vamos ficar uma semana falando e causando, às vezes, até transtornos.
 1910 Donizete, eu faço as suas palavras as minhas palavras para nós ganharmos um
 1911 tempo aqui. Eu tenho uma dúvida muito grande a respeito da força política
 1912 verdadeira desses colegiados, dentre elas os comitês de bacias. Uma questão clara
 1913 que nós temos é a questão do São Francisco. Nós tivemos ali um processo discutido
 1914 por muito tempo a respeito da transposição e nós estamos vendo que ela está sendo
 1915 feita passando por cima de legislações e de entendimentos e de vontade popular. A
 1916 situação do Rio São Francisco, por exemplo, Donizete, não adianta muitas vezes
 1917 nós criarmos um comitê e acharmos que vamos conseguir resolver tudo, porque
 1918 acima disso está a vontade de governantes, muitas vezes do Estado o qual fazemos
 1919 parte e que na realidade nós não temos a força que precisávamos ter. Só para
 1920 vocês terem uma ideia da situação crítica em que se encontra a Bacia do São
 1921 Francisco, ela perdeu 35% da sua vazão nos últimos 50 anos. Então É preciso que
 1922 nós não tenhamos só leis. É preciso que, dentro desse Plano, o Estado tenha
 1923 interesse suficiente em trabalhar a formação da sociedade para que a sociedade
 1924 tenha conhecimento e através desse conhecimento ela tenha o comprometimento,
 1925 porque para que tenhamos o equilíbrio necessário, não temos outra alternativa.
 1926 Então, nós não vemos nos planos um investimento maciço em levar esse
 1927 conhecimento para a sociedade. Não sei se por interesses outros, ou porque o
 1928 Estado Brasileiro não tem tido o entendimento de que é necessário esse
 1929 conhecimento para a sociedade. Esse conhecimento o menos letrado ao mais
 1930 letrado entende o que eu estou dizendo aqui. então a minha preocupação é nesse
 1931 sentido, de que a sociedade tenha juízo para que no futuro nós não precisemos de
 1932 leis, desse tanto de normas e que o entendimento possa levar a sociedade a zelar
 1933 com mais cuidado dos recursos hídricos. Nós temos a Bacia do Paracatu, só para se
 1934 ter uma ideia, ela contribui com mais de 20% da Bacia da água do São Francisco.
 1935 No entanto, nós temos 10 mil quilômetros de estradas rurais abandonadas, que
 1936 corresponde a 10 mil hectares de área. Só para se ter outra ideia de embalagem de
 1937 agrotóxico vazias no município de Paracatu, que é um município só da Bacia, por
 1938 ano é gerada mais de 100 toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos. Então, a
 1939 situação é de calamidade. Agora, não adianta só o comitê ser formado. Não adianta
 1940 um Plano desde que não tenha um trabalho pesado no sentido de levar informação
 1941 para a sociedade, que nós não temos visto nos planos e nem nos projetos que têm
 1942 sido desenvolvidos.

1943

1944

1945 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Eu só queria fazer um
 1946 registro que a Ministra está retornando para o encerramento do painel e aí, concluir
 1947 o processo de homenagem ao Dr. Paulo Nogueira Neto. Queria então só informar
 1948 que a Ministra está retornando, em poucos minutos ela deverá estar aqui.

1949

1950

1951 **SR. MARCO NEVES (CNRH)** – Obrigado. Sou Diretor de Recursos Hídricos e
 1952 Conselheiro do MMA no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Primeiro eu
 1953 queria parabenizar. Eu acho que o a cultura do planejamento, como o Ariel, como o

1954 Professor Oscar mencionaram, o Dr. Oton, na área de recursos hídricos ela está se
 1955 consagrando e ela vem evoluindo bastante. Então o planejamento e a visão de longo
 1956 prazo na gestão de recursos hídricos, inclusive um instrumento da própria Política
 1957 Nacional de Recursos Hídricos, ela vem, cada dia mais, se consagrando e isso é
 1958 muito importante e relevante para se ter ações aí de prevenção, de antecipação,
 1959 como o Secretário Ariel mencionou. Eu acho que o planejamento de recursos
 1960 hídricos, o que ele carece, na realidade, é de um planejamento mais amplo, porque
 1961 recursos hídricos seria aí um dos olhares do território sobre um planejamento mais
 1962 amplo. Isso, de fato, nós sentimos falta enquanto planejadores na área de recursos
 1963 hídricos, de um planejamento que seja mais amplo, onde se possa então, a partir
 1964 desse planejamento, ver repercussões e proposições de ações mitigadoras e tal
 1965 para a área de recursos hídricos. Isso realmente é uma falta, mas eu acho que o
 1966 privilégio de se ter um planejamento com uma visão de longo prazo na área de
 1967 recursos hídricos é muito relevante e eu acho de fato oportuno a aprovação desse
 1968 plano estratégico como de fato ocorreu no Conselho Nacional de Recursos Hídricos
 1969 e um primeiro comentário. Um segundo comentário é que hoje nós temos no país
 1970 mais de 180 comitês de bacia. 9 desses comitês são comitês federais.
 1971 Recentemente foi criado o Comitê do Grande, está para reunião no dia 16 de
 1972 dezembro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos a proposta de criação do
 1973 Comitê do Paranapanema. Então também existe a cultura que deve ser mais
 1974 articulada entre o planejamento e a gestão com esses mecanismos de gestão. Tem
 1975 exercício a ser feito? Com certeza. Isso tem que ser aprofundado, mas são duas
 1976 áreas, tanto o planejamento, quanto a gestão previstas na política de recursos
 1977 hídricos que eu acho que o país avançou muito e deve avançar um pouco mais. Eu
 1978 Queria ceder esse meu último minuto para o Ministério de Minas e Energia.

1979

1980

1981 **SR. GONÇALO HENRIQUES (Ministério de Desenvolvimento Social e**
 1982 **Combate À Fome)** – Muito obrigado. Eu gostaria de parabenizar a todos os
 1983 membros da Mesa. Não vou usar muito tempo em elogiar o Plano, porque os
 1984 membros já estão elogiando o Plano e eu acho muito bom. Eu sou Gonçalo
 1985 Henriques, sou Professor da Universidade Federal do Pará e estou cedido agora no
 1986 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Uma questão básica em 3
 1987 minutos é difícil dizer isso, mas uma questão básica é entender, na verdade, o
 1988 planejamento de forma integrada. Mas isso não é suficiente. Entender o
 1989 planejamento de forma global também não é suficiente. Interdisciplinar ainda não é
 1990 suficiente. O que nós estamos falando, na verdade, é entender o planejamento de
 1991 forma transdisciplinar. Todas aquelas visões de longo prazo que caminham assim
 1992 como falava dessa forma, eles devem caminhar a partir da base territorial e a partir
 1993 dos diversos segmentos que estão hoje totalmente isolados, trabalhando cada um
 1994 no seu (...). Veja bem, hoje no Brasil tem 1 trilhão e 800 bilhões de recursos que
 1995 estão sendo investidos em hidrovias, em ferrovias, em rodovias e nos lugares em
 1996 que esses meteoros, porque são verdadeiros meteoros que caem sobre os
 1997 municípios pequenos, como é o caso da refinaria de Mangabeira, por exemplo,
 1998 como é o caso do Porto de Suape, Jatobá, que é um município de Suape, é o menor
 1999 IDH de todo o Estado de Pernambuco e está do lado do Recife, próximo de Recife.
 2000 Nós temos que perguntar o seguinte: como está se prevendo que esses grandes
 2001 investimentos possam diminuir as externalidades negativas sobre a população,
 2002 porque são duas coisas: gestão de recursos hídricos, ambiental e população, porque
 2003 aqui não se fala nas populações que moram e que vivem nas margens dos rios e
 2004 nas margens da realidade que são implantados esses investimentos. Sou do Pará,
 2005 na Hidrelétrica Belo Monte são 2 mil empregos que vão gerar, mas hoje, 24 de

2006novembro, já tem 30 mil pessoas trabalhando nas margens da rodovia, implantando
2007a hidrelétrica. Então essas questões, para mim, são extremamente importantes
2008entender e pergunto: como se lida com a questão da biodiversidade? Porque a
2009biodiversidade, e eu concluo aqui, é importante, mas é importante aproveitar
2010economicamente ela. Não deixa-la como manto sagrado. Nós somos, como disse
2011um dia a Ministra, pós-ambientalistas. Nós não somos ambientalistas. Não
2012queremos que isso fique conservado, mas queremos que isso seja aproveitado.
2013Para ser aproveitado, primeiro tem que ser conhecido antes de ser ocupado, como
2014era antigamente o planejamento. Ocupemos para conservar. Nós temos que ocupar
2015cientificamente. Como se articula, se é transdisciplinar o projeto de planejamento,
2016como se articula com a ciência e tecnologia para poder pensar em aproveitar
2017economicamente a biodiversidade? Só pode ser aproveitada sem destruir se você
2018investe em ciência e tecnologia e inovação tecnológica e isso se articula de forma
2019transdisciplinar com os projetos que existem hoje de planejamento estratégico da
2020implantação das bacias. Para mim, essa questão é fundamental e eu gostaria de
2021obter uma resposta, porque no caso do Rio Xingu, nós não temos ainda essa
2022resposta. Gostaria de quem está coordenando esse Plano pudesse nos orientar
2023sobre isso para ter alguma atividade futura. E falo como Conselheiro. Essa é uma
2024questão que, no Conselho, nós vamos reiterar essa importância desse tema.
2025Obrigado.

2026

2027

2028**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Com isso nós concluímos a parte das
2029intervenções do Plenário. Eu vou passar agora para uma rodada final aqui da Mesa
2030e agora eu vou fazer no sentido invertido. O último que falou é o primeiro a falar,
2031para ficar o nosso palestrante por último e poder fazer as considerações em relação
2032a todas as observações. Então a maior responsabilidade aqui é do José. Queria só,
2033antes de passar a palavra para o Donizete, agradecer muito na organização desse
2034painel o Dr. Marcos Neves e o Dr. Silvano que nos deram toda orientação aí sobre
2035como... As questões mais relevantes para fazer essa interface entre planejamento
2036de recursos hídricos e uma visão mais de planejamento estratégico, todo esse
2037trabalho tem sido coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos, Dr. Maurício
2038(...), que foi nosso apoiador nesse processo de construção desse painel. Então,
2039relembrando que a Ministra já deve estar chegando, eu peço então que façam suas
2040considerações finais em torno de 2 a 3 minutos.

2041

2042

2043**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Obrigado. Eu quero,
2044inicialmente, fazer um comentário sobre a questão que Dr. Roberto Freire colocou. É
2045extremamente importante. Eu gostaria até de encaminhar aos conselheiros aqui, nós
2046vemos com o Dr. Nilo até uma recomendação para que essa usina de Couto
2047Magalhães, entre Santa Rita e Alto Araguaia seja imediatamente retirada do ponto
2048que está para consulta pública para revisão dos estudos destinados à construção
2049dessa usina. Ou o Plano existe ou não existe. Se o Plano existe, no Plano diz que só
2050depois de 2025. Então vamos deixar para os nossos filhos, netos cuidarem disso
2051mais para frente, mas por enquanto nada de hidrelétrica lá no Rio Araguaia, Tonhão,
2052eu acho que é fundamental. O que você colocou aqui tem repercussão com o Dr.
2053Gonçalo. É o conhecimento da nossa região, da biodiversidade. Esse trabalho que
2054nós fizemos de agroextrativismo e capacitação de 2500 pessoas deveria ser
2055expandido aí para milhares de pessoas que vivem na região para conhecer o seu
2056sistema. Muitas dessas pessoas que vivem na região, tanto do cerrado quanto na
2057Amazônia não conhecem. Vieram para cá de outros cantos, mas não sabem onde

2058estão vivendo. Então é preciso aprofundar o conhecimento e a EMBRAPA já detém
2059muito conhecimento sobre aproveitamento dessa riqueza da nossa biodiversidade,
2060mas é extremamente muito mal aproveitada. E Dr. Marcos Neves, ele diz aqui: nós
2061temos 180 comitês de bacia. Sabe quantos têm na Bacia do Tocantins-Araguaia? 1
2062lá no afluente do Rio das Mortes. Então nós temos mais de 12% do território
2063nacional com apenas 1 pequeno comitê de bacia. Isso é uma vergonha. Fazendo a
2064paródia. Eu quero muito agradecer a todos. Nós acreditamos que esse trabalho que
2065nós estamos fazendo e que o Conselho Nacional do Meio Ambiente está fazendo
2066aqui, somando com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Ministério, essa
2067vontade de dar uma nova visão desse processo de planejamento, interagindo essas
2068questões é muito importante e nós vamos acompanhar de perto para que os
2069problemas apresentados aqui tenham soluções o mais rápido possível. Muito
2070obrigado a todos.

2071

2072

2073**O SR. OTON NASCIMENTO JUNIOR (Secretaria de Planejamento do Estado de**
2074**Goiás)** – Eu gostaria apenas de reforçar a visão dos estados que o CONAMA está
2075de parabéns, a ANA também, porque com esta ausência de planejamento que nós
2076temos, um planejamento integrado, avançar no planejamento de recurso hídrico já é
2077um fato muito positivo e com relação aos comitês que o Donizete está aqui
2078defendendo com muita intensidade, eu quero dizer que talvez fosse o caso de você
2079buscar uma solução mesmo na sociedade civil. Olha, o Governo tem tanta coisa
2080para ver, tanta coisa para olhar, que eu creio que a sociedade por si mesmo tinha
2081que avançar. Olha a descentralização, por exemplo, de licenciamento ambiental
2082para os municípios. Eu conversava há pouco com o Clarissimo: não é possível que
2083nós continuemos centralizando essas decisões em governos de estado ou Governo
2084Federal. Tem que fortalecer o município, que é a base da sociedade. Muito obrigado.

2085

2086

2087**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estamos concluindo já aqui. Então
2088passo a palavra agora ao Dr. Oscar.

2089

2090

2091**O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (Câmara Técnica do Plano Nacional de**
2092**Recursos Hídricos)** – Eu vou tentar ser bem rápido. Foram intervenções muito
2093pertinentes. Mas eu queria fazer primeiro um esclarecimento: quando eu falei
2094daqueles 3 problemas, 3 questões que estavam críticas ao plano do Araguaia-
2095Tocantins, algumas delas veladas, eu tentei explicitar. O autoritarismo do
2096desenvolvimento é uma crítica que foi feita e eu concluí até que isso não se
2097caracterizava, mas com relação à questão do Francisco Soares, de fato no Brasil
2098nós temos que ter certa clareza que quando nós falamos em planejamento de bacias
2099hidrográficas, existem dois modelos bem diferentes. Existe um, que é o
2100planejamento de uso da água, que prevê uma intervenção mais focada no curso
2101d'água, e é o modelo preconizado pela nossa legislação, Outra coisa é o
2102planejamento de bacias hidrográficas, que tem aí claramente o território. Então, quer
2103dizer, em termos de instrumentos que nós... É o caso da Colômbia, por exemplo. A
2104Colômbia trabalha com planejamento de bacias. Então tem ali uma necessidade de
2105trabalhar essa questão do território. Então são modelos diferentes e acho que é um
2106pouco exagerado cobrar dos planos de recursos hídricos um papel que a legislação
2107na lhe atribui. O Brasil pode rever isso, mas hoje, pela legislação, existe essa
2108diferença de modelos e nós optamos por essa questão do de planejamento de uso
2109dos recursos hídricos. A segunda questão sobre a questão do Estado de Goiás,

2110sobre as hidrelétricas, também é interessante. Eu desconheço em que pé anda esse
2111dossiê. Só para lembrar, por exemplo, que outros países passaram por essas
2112questões de guardar rios naturais, guardar rios selvagens. Me lembro da discussão
2113que houve, muito intensa, há uns 20 anos atrás na França sobre o Rio Luar, que era
2114o único grande rio da Europa que ainda estava, vamos dizer assim, poupado de
2115barragens, de acumulação, de regularização e de fato houve um desejo da
2116sociedade para que se preservasse esse rio nas suas condições naturais e nas suas
2117condições selvagens. Etano isso é, de fato, uma discussão de sociedade importante.
2118Com relação ao Tonhão, que questionou um pouco a eficácia e eficiência dos
2119comitês de bacia, nós temos também que ter certa clareza, concordo, sobre que
2120papel atribui a esses comitês. Muitas vezes se espera dos comitês um papel que a
2121legislação não lhe concede. A gestão do território não é papel dos comitês. E outra
2122coisa também é o seguinte: nós temos que trabalhar um pouco o conceito que eu
2123tenho usado com meus alunos, que é a questão da... A gestão da água tem que
2124trabalhar nas diversas escala, nas escalas do problema, nas escalas administrativas,
2125porque um grande desafio é a articulação dessas escalas. Uma analogia: aquelas
2126bonecas russas, as mamuskas, que fica uma dentro da outra e que tem que estar
2127articuladas para aquele brinquedo ser atrativo, ser lúdico. Eu tenho ações de gestão
2128da água que vão na sua propriedade, no consumo na sua propriedade, até questões
2129que são transbacias. A questão da operação do setor elétrico é claramente uma
2130questão que transcende as bacias. Então nesses diferentes níveis de problema se
2131articulam os conselhos, os comitês, os grupos para que possa se resolver esse
2132problema. Marco Neves elogia os planos de recursos hídricos. Eu concordo que está
2133havendo uma evolução, concordo que é um contínuo aprendizado. Nós não
2134podemos também achar que está tudo bem. Nós estamos com um contínuo
2135aprendizado e eu acho que no caso do Plano Nacional de Recursos Hídricos houve
2136já uma evolução do que foi uma primeira versão e o que está sendo essa segunda
2137versão. Com relação ao Gonçalves, concordo na verdade, com a essa questão do
2138planejamento. Até falei aqui que o nosso grande desafio é o desafio da articulação
2139dos planos. É o que você chamou de planejamento transdisciplinar. Nós temos aí
2140um cabidal de planos previstos para a legislação no município, no estado, planos
2141regionais, planos de bacia e não há diálogo entre esses planos. Então de fato nós
2142temos... O nosso grande desafio hoje é fazer que esse diálogo aconteça. Agora,
2143quanto ao planejamento científico, é muito complicado às vezes. Só ressaltar. O
2144ideal é que nós pudéssemos intervir conhecendo. O problema é combinar com os
2145russos isso, porque é muito complicada a dinâmica da sociedade, a dinâmica
2146econômica. Muitas vezes ela vai impor certas soluções rápidas e nós temos que
2147decidir sem a base científica necessária. Era isso. Obrigado.

2148

2149

2150 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Oscar. Queria agora
2151interromper o nosso painel para passar a palavra para a Dra. Izabella, nossa
2152Ministra.

2153

2154

2155 **SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Desculpe
2156interromper aqui a fala do (...) e do Dr. Oton, mas em função... Eu já saí de uma
2157reunião e vou ter que voltar para a reunião, então eu estou em trânsito. Parece que
2158estou com a ANAC no meu pé. Mas enfim, eu não queria deixar de ter essa
2159oportunidade na 100^a Reunião de fazer de fazer a homenagem ao Dr. Paulo
2160Nogueira Neto, que está ali sentadinho. Eu vou pedir a sua gentileza do senhor fazer
2161uso da palavra sobre o CONAMA e a importância não só do Conselho, mas de tudo

2162aquilo que foi iniciado com o senhor e com o Almirante Ibsen, com o Dr. Jairo, com o
2163Dr. Henrique Brandão Cavalcante, quer dizer, todas as pessoas que são atores
2164importantíssimos para estarmos hoje aqui e em seguida vocês devem receber... Vai
2165estar disponível no *site* da ANA o Plano do Araguaia-Tocantins, o plano estratégico.
2166Esse plano é tão importante que ele viabilizou também decisões sobre exclusão de
2167aproveitamento hidrelétrico, sobre decisões de desenvolvimento na bacia. Isso, do
2168ponto de vista considerando o consenso, não a divergência. Dr. Paulo, por gentileza.
2169Então, é com muito orgulho que eu, como sua funcionária direta...

2170

2171

2172**O SR PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA-SP)** – Quando eu recebo assim uma
2173homenagem tão grande, fico pensando comigo mesmo: afinal de contas, estou
2174recebendo uma homenagem por ter feito e fazer uma coisa que eu sempre gostei,
2175que foi de lutar a favor do meio ambiente. Mas por sorte eu tive oportunidade de ser
2176Secretário Federal do Meio Ambiente durante um curto espaço de tempo de 12 anos
2177e meio. Então nós tivemos tempo de enfrentar uma situação que quando nós
2178começamos, me deram, para tomar conta do meio ambiente, 3 salas e 5 pessoas.
2179Inclusive a Regina Agualda foi uma dessas 5 e nós começamos a pensar: como
2180fazer? Naquele tempo ainda não era o CONAMA. O meio ambiente federal crescer?
2181E nós então começamos a ver vários lugares do Brasil, quais eram os principais
2182problemas ambientais, controle da poluição, que naquele tempo não tinha amarras.
2183Então era muito grande em muitos lugares e aí, em consequência dessas
2184denúncias, desse esclarecimento que nós fazíamos através de entrevistas, porque
2185era uma época politicamente muito difícil, que era um governo autoritário e eu entrei,
2186mas tomei como norma jamais perguntar qualquer pessoa quais eram as suas
2187tendências políticas e as suas predileções por isso e por aquilo sob o aspecto
2188político e tratando apenas dos problemas ambientais. Com isso nós fomos então
2189aumentando a SEMA. Agora, há dois episódios, não quero tomar muito tempo para
2190vocês, mas só para vocês verem algumas das dificuldades que nós enfrentamos.
2191Primeiro nós fizemos, trabalhamos muito na Lei Nacional da Política Ambiental, de
2192proteção... Política Nacional do Meio Ambiente e essa legislação nós, na realidade,
2193apresentávamos um projeto que era um projeto relativamente fraco, mas era o que
2194nós achávamos que poderia passar a ser aprovado naquela época difícil. Mas
2195depois, quando esse projeto começou a ser tratado, foi tratado aquele tempo,
2196oposição e governo. Faziam grandes comissões, eram 35 pessoas nessas
2197comissões, representantes do governo e representantes da oposição e todos os
2198membros da oposição se esqueceram que eram governos e que eram oposição e
2199fizeram essa legislação e o CONAMA é fruto dessa legislação. É um dos artigos
2200dessa Lei criou o CONAMA. Então o CONAMA tem essa origem legal e nessa
2201origem do CONAMA, como eu estava dizendo, todo o país contribuiu. Essa lei foi
2202aprovada praticamente unanimemente. Só dois deputados votaram contra e essa
2203legislação teve uma história um pouco, no começo, interessante, difícil, porque
2204indústria achou que aquilo era o fim da indústria nacional, que o meio ambiente iria
2205impedir o desenvolvimento da indústria do país, que iria ter uma calamidade enorme
2206e essa Lei tinha 26 artigos e a Confederação Nacional da Indústria, que hoje tem
2207uma posição bem diferente, naquele tempo eles pediram 13 vetos, quer dizer,
2208metade dos artigos vetados. O Presidente Figueiredo me mandou dar eu uma
2209opinião. Eu fiquei muito preocupado, porque eu digo: entre a indústria toda poderosa
2210e a minha opinião, vai prevalecer, vai acabar prevalecendo a opinião contrária à
2211minha. Mas com grande surpresa eu dizia para ele, dei um parecer dizendo que nós
2212podíamos atender dois dos pedidos, porque eram coisas secundárias e que
2213realmente havia certa razão para poder ser aperfeiçoado e não pôr em vigor, mas

2214que 11 dos pedidos não deviam ser atendidos. Com grande surpresa para mim,
2215entre a indústria toda poderosa e a minha opinião humilde, digamos assim, nesse
2216contexto, ele ficou com a minha opinião e não vetou. Então esse foi um dos
2217aspectos. Agora, outro aspecto interessante foi que o CONAMA sempre se
2218destacou, pelo exemplo do que estamos fazendo hoje aqui, problemas de extrema
2219complexidade, de referência à ocupação do território, prioridades nacionais
2220extremamente importantes que estão em discussão. O CONAMA então tem essa
2221função muito importante. Um dia havia um projeto que já estava na Câmara, já tinha
2222sido apresentado e esse programa sobre os agrotóxicos era muito permissivo em
2223relação aos agrotóxicos. Então convocamos uma reunião do CONAMA para
2224examinar esse programa. Nessa noite que nós mandamos isso para ser examinado,
2225o meu superior hierárquico, que era o Ministro André Asa telefonou para a minha
2226casa e disse: Paulo, o que você foi fazer? Eu disse: o que eu fiz, Ministro? Você vai
2227convocar uma reunião contra o governo no meu Ministério. Eu disse: Olha, Ministro,
2228vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer a reunião do CONAMA fora do auditório do
2229Ministério, vamos examinar com toda atenção e se por acaso o senhor achar que a
2230nossa conclusão está errada, o senhor me demite. E ele aceitou esse projeto, quer
2231dizer, se desse errado ia demitir mesmo. Então de manhã cedo nós tínhamos
2232dificuldade de arranjar ônibus para pôr os membros do CONAMA dentro do ônibus
2233para ir para outro auditório que nós arranjamos às presas e fizemos a reunião e com
2234toda seriedade, toda serenidade fizemos uma porção de críticas. O que aconteceu?
2235Aconteceu que o Presidente Figueiredo... O projeto já estava no Congresso. Ele
2236retirou o projeto do Congresso. Quer dizer, o CONAMA teve uma participação assim,
2237decisiva e uma aparência muito difícil de ser conseguida. Então o CONAMA,
2238realmente na história do país, conseguiu compatibilizar o meio ambiente com a
2239necessidade de desenvolvimento. Inclusive naquele tempo eu fui membro também
2240da Comissão (...) das Nações Unidas, que é a Comissão onde surgiu a expressão
2241“desenvolvimento sustentável”. Essa Comissão realmente, com grande surpresa da
2242Comissão, que nós nunca esperávamos isso, teve assim um alcance, um resultado
2243que hoje qualquer pessoa, de qualquer país fala em desenvolvimento sustentável.
2244Então, isso também começou nessa época. Foi uma época assim, de grandes
2245iniciativas, de grandes necessidades de resolver grandes problemas e acontece que
2246eu tinha, entre as minhas funcionárias, aqui a Ministra Izabella. Então ela colaborou
2247muito com tudo isso e ela é uma pessoa, como nós sabemos, já vimos através da
2248sua atuação aqui no CONAMA, é uma pessoa que procura acertar e tem autoridade,
2249base científica, que a autoridade deve ser a melhor maneira de poder conciliar
2250opiniões que às vezes não são exatamente iguais, mas que merecem ser debatidas
2251no ambiente calmo. Uma das coisas que mais me impressionou aqui, vindo da
2252Presidência aqui da nossa Ministra foi uma ocasião que vocês devem ser lembrar
2253também, que havia uma discussão em que 2 membros do CONAMA estavam
2254discutindo muito asperamente um contra o outro e ela declarou: fica suspensa a
2255sessão. Vocês dois vão dar... Um vai dar a mão para o outro e vão fazer as pazes. E
2256assim foi feito. E todo o CONAMA bateu Palma. Quer dizer, uma queira inteiramente
2257inesperada em matéria de presidência de Comissão, mas deu certo, quer dizer, ela
2258impôs autoridade, resolveu o problema como deveria ser resolvido. Não tinha
2259cabimento a decisão que estava havendo. Então eu tenho assim, pela Ministra
2260Izabella uma feição muito grande e sou um grande admirador dela pelo que ela nos
2261ajudou no passado e pelo que ela está continuando a nos ajudar no presente. Muito
2262obrigado.

2263

2264

2265A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA) – Eu agradeço
2266as palavras sempre amigas e encorajadoras do Dr. Paulo, que será sempre meu
2267primeiro chefe e o chefe de todos nós. Acho que quando ele publicar as memórias
2268dele, terá um novo paradigma de meio ambiente no Brasil, porque ele anotou tudo
2269nesses anos todos. Ele tem um diário, um arquivo pessoal que ele registrou todos
2270nós. Então cuidado, porque estamos todos nós na história e mais sério: estaremos
2271no *Google* brevemente, a partir de Dr. Paulo Nogueira Neto. Acho que o depoimento
2272dele é extremamente importante não só para contar... A histórica explica muitas
2273coisas, esclarece coisas que as pessoas às vezes não têm percepção. A Política
2274Nacional do Meio Ambiente nasceu exatamente na transição do governo da ditadura
2275para a democracia e acabou se consolidando no período democrático e esse
2276Conselho teve um papel absolutamente estratégico na consolidação do processo
2277democrático no Brasil. Eu particularmente... e foi bom ele contar essa história,
2278porque era em uma época que a CNI era contra e hoje a CNI é uma das instituições
2279mais atuantes nesse Conselho, como tantas outras instituições do setor empresarial,
2280como também no setor não-governamental, à época também nós tínhamos uma
2281mobilização das ONGs e eu me lembro no início da minha carreira, que era o
2282pessoal do Rio de Janeiro, a (...) que vinha com os cachorrinhos para a reunião do
2283CONAMA, e outros tantos, o Almirante Ibsen, a FBCN sempre foi, com o Dr. Jairo e
2284o Almirante Ibsen... Assumiram papéis absolutamente estratégicos na condução
2285daquilo que era o diálogo com a sociedade civil e que hoje está aqui representada
2286na sua diversidade, como também a academia. Me lembro, o senhor mesmo tem a
2287sua origem na academia, na USP e sempre teve um respeito. Esse Conselho
2288sempre teve um respeito muito grande na interlocução técnico-científica e com o
2289setor acadêmico. Acho que esse Conselho deve ser adensado do conhecimento
2290técnico-científico. É importante que as discussões, numa época que vai ser pautada
2291pela implementação do desenvolvimento sustentável, teremos Rio + 20 que não
2292falará do passado, falará do futuro. Não entendo que seja uma Conferência para
2293discutir o passado, o paradigma já está estabelecido, que é o paradigma do
2294desenvolvimento sustentável e eu me lembro da Comissão (...) sendo instituída em
229586, vindo ao Brasil, 86/87 para os debates no antigo MDU, Ministério do
2296Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que foi o primeiro ministério a ser criado
2297como ministério, sendo que o Dr. Paulo foi o primeiro Ministério de Meio Ambiente,
2298que era o Secretário Nacional Especial do Meio Ambiente, que tinha o status
2299equivalente a Ministério, porque tinha um Ministro do Interior que coordenava toda
2300essa pasta. Mas essa sua influência perante a Presidência da República e todos nós
2301é também por status ministerial que a Secretaria sempre trabalhou com os estados e
2302com a visão da Federação. Isso é um papel importante e nunca se furtou ao diálogo.
2303Isso é um ensinamento dele, que nós tínhamos que conversar com todo mundo. E
2304pegar avião para identificar a área que podia ser protegida. Aliás, recentemente eu
2305identifiquei uma aqui perto e já estamos lá desenhando. Manda ver isso e
2306começamos a rir. Estava o Rômulo comigo e começamos a rir, falando: olha,
2307influência de Paulo Nogueira Neto. Estamos vendo aqui um conjunto importante,
2308vamos ver se isso está protegido. Enfim, também nessa Mesa tem uma feliz
2309coincidência sentados aqui à Mesa o Secretário de Planejamento do Estado de
2310Goiás, Dr. Nascimento, goiano, portanto ele é *frog from* Goiás, viu, Clarismino? A
2311sua é mais perversa que nós possamos imaginar e tem na Carmem, a minha Chefe
2312de Gabinete uma prima e tem, no Primeiro Consultor Jurídico do Ministério do Meio
2313Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Luís Sampaio, irmão dela. O nepotismo
2314ambiental é impressionante. De Goiás então nem se fala. Um homem que ajudou a
2315colocar em prática, do ponto de vista jurídico no âmbito do primeiro Ministério do
2316Meio Ambiente, as questões da Política Nacional de Meio Ambiente. Então nós

2317temos uma influência goiana difícil de ser superada e por coincidência o senhor está
2318nesse momento, que é um momento histórico da 100ª Reunião do CONAMA
2319discutindo recursos hídricos e meio ambiente. O Oscar estava aqui falando.
2320Desculpe, eu não pude estar aqui antes, mas enfim, eu fico muito feliz que eu possa
2321estar presidindo essa homenagem ao senhor e acho que aposto aí mais 100
2322reuniões, no mínimo, para uma dupla homenagem. Então eu quero agradecer mais
2323uma vez a todos vocês, o setor empresarial, setor acadêmico, o setor não-
2324governamental, todos os setores que fazem parte dessa biodiversidade do
2325CONAMA. O setor governamental talvez seja o mais “biodiverso”, mas essa
2326complexidade da negociação da lei e de tantas outras coisas que refletem a solidez
2327política desse Conselho. Como eu fiz referência mais cedo, tentaram minimizar o
2328CONAMA. Vocês não deixam. Vamos em frente. Boa tarde.

2329

2330

2331**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos só retomar aqui a reunião para
2332as considerações finais do Dr. Ariel e o Dr. (...), que eu tenho essa incumbência.
2333Bom, eu só queria aqui, devido ao adiantado e se alguém tiver alguma questão que
2334não foi debatida, fique à vontade para conversar com o Dr. Ariel e o Dr. José Luís e
2335nós encerraremos então o painel agora, nesse momento, e retomaremos às 14h 30,
2336lembrando que a ordem do dia começa pelas 4 moções. Obrigado.

2337

2338

2339(*Intervalo para o almoço*)

2340

2341

2342**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Senhores Conselheiros,
2343quero pedir só um minuto da atenção dos senhores enquanto não retomamos a
2344pauta, todos os senhores receberam um kit da equipe do PrevFogo aqui do IBAMA e
2345é um material muito bom, que aliás vem a calhar, porque nós vamos discutir uma
2346moção exatamente sobre o tema das queimadas, incêndios florestais. Então o
2347professor Genivaldo fez questão de encaminhar esse kit a todos os Conselheiros e
2348nós gostaríamos brevemente que a Lara, do PrevFogo, fizesse uma referência aqui,
2349eu peço a atenção dos Conselheiros, ela vai explicar o que exatamente significa
2350esse material.

2351

2352

2353**A SRª. LARA STEIL (PrevFogo)** – Boa tarde a todos e a todas. Como o secretário
2354Nilo Diniz anunciou, eu sou a Lara, eu sou chefe substituta do PrevFogo, minha
2355presença aqui é bastante breve e ela se justifica no sentido de que nós estamos aqui
2356com uma singela homenagem a este Conselho pela 100ª reunião e nós trouxemos
2357essa homenagem aqui na forma de um kit, com alguns dos materiais que o Núcleo
2358de Educação Ambiental do PrevFogo desenvolveu e que vem sendo utilizado pelo
2359PrevFogo como forma de prevenção aos incêndios florestais. Então, no material que
2360os senhores e senhoras receberam tem uma plataforma de análise sistêmica,
2361mudanças climáticas globais, queimadas e incêndios florestais, que é um material
2362que faz uma análise de quais são as causas dos incêndios florestais e quais são as
2363conseqüências e como essas conseqüências alimentam essas causas, maximizando
2364a possibilidade de ocorrência de incêndios florestais, a não ser que a gente, numa
2365atividade de prevenção aos incêndios, elabore ações para interferir nessas causas e
2366aí consigamos então uma diminuição dos incêndios florestais. Além dessa
2367plataforma de análises sistêmicas, tem um vídeo: Fogo, Clima e Vida que na
2368verdade trans-codifica essa plataforma de análise sistêmica na forma de imagens e

2369sons, mostrando essas mesmas conexões: incêndios florestais, suas causas, suas
2370conseqüências e como as conseqüências alimentam as causas, aumentando os
2371incêndios florestais e quais atividades poderiam ser desenvolvidas para que a gente
2372possa minimizar o problema de incêndios florestais. Por fim, tem um livreto que se
2373chama: Fogo na Vida, que faz uma análise do ponto de vista sócio-ambiental e da
2374utilização do fogo como forma de manejo no meio rural, quais são os danos que isso
2375provoca, porque isso acontece e como pode haver também uma ação do Estado, do
2376Governo para que a gente possa minimizar esses problemas. Então esse é o
2377material que tem no kit, eu gostaria de dizer que esse material é um material que
2378nós temos disponível para o nosso trabalho, mas que ele também pode ser
2379reproduzido por qualquer outra instituição governamental ou não, é só entrar em
2380contato com a gente e a gente fornece o material já na forma de ir para a gráfica e
2381pode ser reproduzido por qualquer instituição, inclusive incluindo o logo dessa
2382instituição. A minha participação era bastante breve mesmo, era só para trazer essa
2383homenagem do PrevFogo a esse Conselho, então eu gostaria de agradecer à Mesa
2384pela oportunidade de participação e também a cada um dos senhores e das
2385senhoras pela atenção de vocês. Muito obrigada. (*Palmas*)

2386

2387

2388**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado, Lara, parabéns
2389pelo trabalho do PrevFogo.

2390

2391

2392(*Corte na gravação*)

2393

2394

2395**O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Boa tarde a todas e a
2396todos. Eu queria cumprimentar os senhores Conselheiros e as senhoras
2397Conselheiras do CONAMA, fazer uma saudação de apreço e respeito a este
2398Conselho reiteradamente, eu não pude estar na parte da manhã em razão de estar
2399retornando de uma viagem ao exterior representando o MMA, a Ministra Izabella e
2400reassumo aqui então a função de presidir esse Conselho, muito honrosamente, e
2401queria já, na sequência, passar a palavra ao Nilo Diniz, nosso Secretário-Executivo,
2402para que ele dê sequência à Ordem do Dia.

2403

2404

2405**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado secretário José
2406Machado, nós concluímos o item 2 da pauta, que foi o painel sobre política integrada
2407do plano de recursos hídricos e gestão ambiental. Passamos então ao item 3 da
2408pauta, que é discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 99ª Reunião
2409Ordinária, de 25 e 26 de agosto de 2010. Pergunto se algum Conselheiro tem
2410alguma observação, caso tenha lido a transcrição que estava disponibilizada na
2411internet, conforme o prazo regimental. Alguma observação? Não havendo
2412observação, podemos considerar esta transcrição aprovada, bem como o resultado?
2413Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovada então a
2414transcrição. Apresentação de novos Conselheiros. Vou proceder aqui, Presidente, à
2415leitura dos Conselheiros que tomam posse hoje, nesse Plenário. O Governo de
2416Minas está fazendo uma alteração na suplência da sua representação, mas o ofício
2417de ordem do governador ainda não chegou, deve estar à caminho. Nós vamos
2418solicitar aqui, Presidente, que a gente dê posse aos demais e aguarde o ofício do
2419Governo de Minas. Bem, então tomando posse hoje: Alexandre Araújo Godeiro
2420Carlos, Ministério das Cidades, como suplente. Peço que os que estiverem presente,

2421que se identifiquem, por favor. Aline Figueiredo Freitas Pimenta, Ministério dos
2422Transportes, como suplente. Gonzalo Enrique Vasquez Enriquez, Ministério do
2423Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como suplente. Américo Ribeiro Tunes
2424pelo IBAMA, como suplente. Fernando da Costa Marques, também pelo IBAMA,
2425como suplente. Nilson Antônio Carvalho Figueiredo Filho, pelo Ministério do
2426Planejamento, como titular. Marcel Olivi Gonzaga Barbosa, também pelo Ministério
2427do Planejamento, como suplente. Eliane Margareth S. Bearzi, pelo Ministério da
2428Integração, como suplente e Jaqueline Barbosa Dutra, pelo Ministério da Integração,
2429também como suplente. Dalmo Vieira Filho, Ministério da Cultura, como titular. E
2430pelos Governos Estaduais, Rodrigo Studart Correa, Governo do Distrito Federal,
2431como suplente. Júlio César Bachega, Governo do Mato Grosso, como suplente.
2432Leonardo Bezerra de Melo Tinôco, pelo Governo do Rio Grande do Norte, como
2433suplente e Ivanosca Rocha Miranda, Rio Grande do Norte também, como suplente.
2434Está aqui presente. Pelas entidades empresariais nós temos: Nelson Ananias Filho,
2435pela Confederação Nacional da Agricultura, como suplente e Marcos Abreu Torres,
2436pela Confederação Nacional da Indústria, também como suplente. Então nós damos
2437boas-vindas a esses novos Conselheiros, agradecendo também o trabalho daqueles
2438que foram substituídos por eles. Passando ao item 5 da pauta, são
2439encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA, são rápidos, breves
2440informes que eu vou prestar a partir de agora e eu peço a atenção dos senhores.
2441Primeiro quero informar que ontem o Governo do Estado do Pará nos encaminhou
2442um trabalho, um informe a respeito da aplicação das recomendações que o
2443CONAMA fez ao Zoneamento Econômico Ecológico da BR 163. Foi aprovada uma
2444recomendação aqui no ano passado e essa recomendação listava uma série de
2445procedimentos que os Conselheiros do CONAMA entenderam que seriam
2446pertinentes, oportunos, que fossem observados na implantação do Zoneamento na
2447região da BR 163. Isso vem sendo feito pelo Governo do Estado e o informe
2448completo a respeito dessas recomendações já estará, a partir de amanhã,
2449disponibilizado no site dos Conselheiros. A gente recebeu por e-mail, ainda não
2450disponibilizou. Então peço que a equipe técnica aqui me... Amanhã mesmo a gente
2451providencia a disponibilização no site. Quero informar também aos Conselheiros que
2452no mês de março de 2011 fazemos a renovação das Câmaras Técnicas do
2453CONAMA. Nós esperamos que essa renovação já seja feita sob a égide do novo
2454Regimento Interno, que foi aprovado pelo CIPAM, mas ainda passará pela Câmara
2455de Assuntos Jurídicos e depois pelo Plenário, naturalmente que para poder chegar
2456na Plenária de março com o novo Regimento, nós teríamos que realizar uma reunião
2457extraordinária entre final de fevereiro e início de março e isso vai caber naturalmente
2458à nova equipe, que assume a partir de 1º de janeiro. Mas de qualquer forma, seja
2459com o Regimento atual, seja com o novo Regimento, em março obrigatoriamente
2460teremos novos integrantes nas Câmaras Técnicas, ou antigos integrantes que
2461possam ter seu mandato renovado, que o Regimento prevê renovação uma única
2462vez por 2 anos de integrantes das Câmaras Técnicas. No mês de março também
2463devem assumir as novas entidades ambientalistas que serão eleitas em fevereiro.
2464Amanhã provavelmente será publicada a Portaria de eleição das entidades
2465ambientalistas que representam em âmbito nacional, mas também regionalmente o
2466movimento ambientalista nacional e essa eleição, a Portaria saindo e sendo
2467publicada, será realizada nesse período até fevereiro, quando a apuração acontece
2468e aí a gente terá novos Conselheiros ambientalistas na próxima reunião plenária.
2469Outra informação também rápida, é que nós estamos organizando para que comece
2470a funcionar neste final de ano ou no início do ano que vem uma nova página do
2471Ministério, do CONAMA, com uma lista também de discussão envolvendo
2472colegiados ambientais, sejam Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos

2473Estaduais, Conselhos de âmbito federal ou até Comitês de Bacias também, vão ser
2474convidados a integrar o que o encontro de 2007 chamou de Rede Nacional de
2475Colegiados Ambientais. A sigla na época sugerida foi RENCA, Rede Nacional de
2476Colegiados Ambientais, alguns aqui participaram e devem se lembrar. Então nós
2477estamos junto com o departamento de coordenação do SISNAMA, já estivemos
2478conversando com a secretária Samira, já discutindo algumas idéias para a formação
2479dessa lista de discussão e de intercâmbio entre os Conselhos de todo o país, vai ser
2480uma iniciativa muito positiva atendendo a uma demanda do setor. O Grupo de
2481Trabalho, uma outra informação, o Grupo de Trabalho que é coordenado pelo nosso
2482Conselheiro Marcílio Caron, quer você mesmo dar o informe, Marcílio?

2483

2484

2485**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**
2486**Florestas)** – Sr. Presidente, boa tarde. Conselheiros, Conselheiras, boa tarde. Eu
2487sou coordenador do Grupo instituído pela Câmara Técnica de Gestão Territorial e
2488Biomás que versa sobre o monitoramento e análise dos efeitos da Resolução
2489CONAMA 369/2006. Essa exigência está configurada no § 1º e 2º do Art. 15, esse
2490Grupo de Trabalho foi instituído em 2007 e perseguimos essa discussão, junto com
2491a ABEMA, ANAMMA e o próprio IBAMA e não conseguimos concluir esse trabalho
2492devido à falta efetiva da participação dessas instituições, que é de suma importância
2493as informações geradas pelos licenciamentos. Então o meu apelo aqui para a
2494Presidenta da ABEMA e para o Presidente da ANAMMA e para o Presidente do
2495IBAMA, que decide o diretor de licenciamento do IBAMA, a participarem desse
2496Grupo de Trabalho. Se nós não tivermos a participação efetiva das OEMAs e do
2497IBAMA, nós não teremos condições de prosseguir o trabalho dentro desse Grupo de
2498Trabalho. Então esse é o apelo que eu faço. O IBAMA, o DCONAMA fez um esforço
2499muito significativo no período de 2007 até 2009, para que a gente pudesse concluir
2500isso, não foi possível, então nós estamos fazendo mais uma tentativa, mas existe
2501essa necessidade de nós recebermos dessas organizações o feedback para que a
2502gente possa realmente criar o Grupo de Trabalho. Está previsto o workshop para o
2503ano que vem, nós gostaríamos de sentar com os senhores para discutir, para que a
2504gente possa discutir a metodologia, o encaminhamento, a inserção no cinema,
2505enfim, discutir sobre a constituição e a consolidação dessas informações. Era isso
2506que eu tinha. Obrigado.

2507

2508

2509**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Conselheiro Caron.
2510Apenas para concluir aqui o informe da Secretaria, a secretária Samira Crespo
2511também pediu que fosse reforçado e lembrado a todos os Conselheiros e demais
2512participantes aqui desta reunião de que o Plano Nacional de Produção e Consumo,
2513lançado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria de Articulação
2514Institucional para consulta pública, permanece em consulta pública até o dia 30 de
2515novembro. Então ela fez um apelo para que os Conselheiros e demais participantes
2516possam, pela via página do Ministério do Meio Ambiente, acessar o plano, mandar
2517sugestões, comentários, críticas, enfim, o que os Conselheiros entenderem
2518oportuno. Então vai até o dia 30 de novembro. E concluindo agora, nós estamos
2519fazendo uma consulta ao plenário a respeito da participação hoje às 19 horas aqui
2520do lado, no Centro Comunitário da UnB, da solenidade de entrega do prêmio Chico
2521Mendes, porque é preciso confirmação, pelo menos uma estimativa de quantos
2522Conselheiros estarão presentes, porque teremos lá também um coquetel, depois
2523tem um show. Então para a gente, a organização lá ter uma previsão de número de
2524pessoas. Quero mais uma vez fazer um apelo que os Conselheiros estão sendo

2525especialmente convidados para essa solenidade desse ano em função da 100ª
2526reunião do CONAMA e também porque há uma intenção de alguma maneira
2527homenagear a todo o Conselho nessa entrega do prêmio hoje. Então eu peço que
2528levantem aí os crachás aqueles Conselheiros que estejam, espero que todos,
2529presente hoje às 19 horas, que nós vamos terminar a reunião às 18h00min, então dá
2530tempo tranquilo para estar lá. Então, por favor, só para a gente fazer uma breve
2531contagem agora, nós vamos contar, então eu peço que mantenham os braços
2532erguidos. Quem não é Conselheiro também, que por acaso vá participar, eu peço
2533que levante a mão também, porque o coquetel não vai precisar apresentar crachá
2534não. Então, por favor, levantem as mãos. O local é aqui no Centro Comunitário da
2535UnB, parece um circo que tem aqui bem próximo, na L4 mesmo, nessa mesma
2536avenida, só que um pouco mais descendo, bem próximo do *campus* da UnB. Então
2537nós vamos passar lá um número de 40 pessoas, esperando que esse número ainda
2538possa aumentar um pouco. É isso, secretário, agradeço. Passamos então à tribuna
2539livre agora.

2540

2541

2542**O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Quantos Conselheiros
2543estão inscritos?

2544

2545

2546**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós temos aqui inscritos... 8
2547Conselheiros inscritos.

2548

2549

2550**O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Vamos estabelecer aí
2551um tempo médio de 2 a 2 minutos e meio para cada Conselheiro, porque eu acredito
2552que podemos atender a todas as inscrições, desde que sejam comunicados bem
2553objetivos e que respeitem o limite de tempo. Então eu passo a palavra ao Nilo para
2554proceder à chamada dos inscritos.

2555

2556

2557**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu vou aqui ler os nomes,
2558secretário, para facilitar e o pessoal já ficar próximo. O Soares da FURPA, inscrito,
2559ECODATA, Donizete, Lisiane, MIRA-SERRA, Elder, do Ministério de Minas e
2560Energia; pelo GDF é a Lila, Luiza Alice ou é o Gustavo, era o Gustavo que tinha feito
2561a inscrição, eu não estou vendo ele aqui. ANAMMA, o Mauro Buarque se inscreveu,
2562Tadeu pela Sócio da Natureza e o Alan pelos Novos Curupiras. Então eu acho que
2563tem 7.

2564

2565

2566**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom, eu quero colocar aqui
25673 temas que são bons para o conhecimento de vocês. A primeira informação é que
2568no Piauí agora, essa semana, a operação Mercadores, desencadeada pela Polícia
2569Federal prendeu um juiz e 12 integrantes da maior quadrilha de tomada de terra da
2570região da serra vermelha, área de Unidade de Conservação e que eu peço aqui uma
2571intervenção do IBAMA e também do Governo Federal para proteger aquela área que
2572está sendo destruída e desmatada. O outro é pedir e recomendar que não sejam
2573liberadas as 5 hidroelétricas na Bacia do Rio Parnaíba, previstas para o dia 17 de
2574dezembro através da ANEEL e que os estudos foram falsos, não atendem às
2575necessidades, não têm eclusa e nem tampouco escala da subida do peixe. Então
2576nós esperamos que o Ministério do Meio Ambiente não libere, recomende ao IBAMA

2577para não liberar a licença prévia para a ANEEL não levar isso. O outro é a questão
2578da Serra Vermelha, a ampliação através da área do parque da Serra das Confusões,
2579que não contempla a Serra Vermelha. Isso significa dizer que a Serra Vermelha vai
2580se transformar, vai voltar a ser carvoaria e com a denúncia que aconteceu do
2581procurador do (...) do Piauí, a região está dentro da área de áreas públicas que
2582foram griladas e o Ministério do Meio Ambiente, que está aprovando, homologando a
2583ampliação do parque da Serra das Confusões, o Rômulo, do Instituto Chico Mendes,
2584cometeu uma grande falha em não incluir a região da Serra Vermelha. Dessa forma,
2585existe aí proposta do Governo do Estado do Piauí em devolver a área para o grupo
2586J. B. Carbon que já vinha fazendo carvão. Para isso, o Governo do Piauí tentou a
2587negociação de 274 milhões para vender áreas que vão só proteger top de morro,
2588APP e reserva legal. A biodiversidade do Nordeste mais rica da Serra Vermelha não
2589está sendo contemplada, porque é para devolver para as carvoarias. Dessa forma, o
2590Projeto de Lei 2.010, que está no Congresso Nacional, o relator da Comissão mista
2591está aqui, avaliando não 274 milhões, como o Governo do Piauí queria, mas 150
2592milhões está em fase de aprovação e seria um calote ao contribuinte brasileiro para
2593pagar, indenizar 150 milhões de áreas de APP, área de reserva legal, de top de
2594morro, área totalmente desmatada, enquanto a área mais rica da biodiversidade foi
2595excluída. Eu gostaria que o doutor Rômulo estivesse aqui, que o ICMBio poderia ter
2596dado uma grande contribuição para a biodiversidade do Piauí do Nordeste, uma vez
2597que a missão do Chico Mendes é proteger a nossa biodiversidade e nada foi feito,
2598está quase saindo o Decreto, o Presidente Lula não assinou o Decreto ainda, porque
2599precisava algumas coisas, porque eu acho que ele abriu divergência entre a
2600proposta técnica da Diretoria de Unidade de Conservação e a proposta do Chico
2601Mendes, de maneira que o Rômulo, ao invés de atender à proposta técnica do MMA,
2602preferiu ir nas demandas políticas para atender negociata de interessados em
2603grilagem de terras do sul do Piauí, deixando a Serra Vermelha fora e 150 milhões de
2604reais é muito dinheiro para comprar pouca coisa. Fiquem os Conselheiros atentos
2605para essa razão, porque seria uma coisa que já está quase consolidando no
2606Congresso Nacional, a aprovação de 150 milhões para comprar nada, deixando a
2607Serra Vermelha. Ainda bem que o J. B. deve ser pego na próxima prisão que está
2608sendo desencadeada pela Polícia Federal. (*Palmas!*)

2609

2610

2611**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Sr. Presidente, doutor Nilo
2612também, coordenando a Mesa, senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras. Há
2613poucos dias nós provocamos uma reunião com o Conselho Federal da Ordem dos
2614Advogados do Brasil, onde o doutor Nilo e a doutora Adriana aqui deste Conselho
2615participaram da reunião, na oportunidade discutimos com o Presidente da Ordem a
2616participação da Ordem dos Advogados do Brasil de uma forma mais próxima aqui no
2617CONAMA e nós estamos aguardando ainda, doutor Machado, a marcação da
2618reunião com o senhor, para que sejam discutidas e aproximadas essas duas
2619instituições que eu considero de muita relevância para o País e a OAB, pelo seu
2620histórico de grandes lutas, poderá também somar força conosco aqui, já que temos
2621tantos Conselheiros aqui advogados, eu não sou advogado, mas eu entendo que a
2622participação da OAB é fundamental nesse processo. Então um dos temas que eu
2623gostaria de fazer esse relato da reunião que tivemos lá e aguardamos a agenda para
2624essa reunião com o senhor, ou com a própria Ministra para debater com o Conselho
2625Federal da OAB. Outra questão, nós tivemos uma reunião de planejamento da
2626Frente Parlamentar Ambientalista, da qual nós participamos, não como parlamentar,
2627mas como representantes da Sociedade Civil e nós colocamos como ponto
2628prioritário da Frente Parlamentar Ambientalista, além da manutenção do Código

2629Florestal, também o fortalecimento do SISNAMA e conseqüentemente do CONAMA.
2630E adotaram essa proposta nossa para debater com os novos parlamentares, que a
2631gente vai ter uma mudança significativa do Congresso Nacional e também gostaria
2632de informar e solicitar ao mesmo tempo que a Frente Parlamentar vai elaborar uma
2633agenda e disponibilizou já para o CONAMA uma página para colocar lá um relatório
2634que será distribuído também a todos os membros, a todos os parlamentares que
2635estão assumindo, a todos os deputados e senadores. Então com isso, eu entendo
2636que cada um de nós podemos ter ações para o fortalecimento dessa instituição, e
2637que está sendo ameaçada por também membros do Congresso Nacional. Então,
2638nos colocamos à disposição para encampar esses trabalhos e solicitar de cada
2639colega Conselheiro ou Conselheira que evidencie esforços à medida do possível
2640com os parlamentares, para que o Congresso Nacional, primeiro, fortaleça o
2641CONAMA, mas também não mude o Código Florestal da forma que foi apresentada
2642pelo relatório do deputado, que foi inclusive premiado aqui agora recentemente com
2643o prêmio de um dos parlamentares ambientalistas. Muito obrigado a todos.
2644(*Palmas!*)

2645

2646

2647**A SR^a. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Boa tarde. Eu venho aqui à frente para
2648fazer um alerta a essa Plenária no sentido de uma moção que nós vamos entrar
2649sobre a eminente aprovação de uma análise no Conselho Nacional de Recursos
2650Hídricos para diretrizes de vazão mínima, que não teria passado ainda pelo
2651CONAMA. Então no sentido da moção que vai ser apresentada hoje é que sejam
2652discutidos esses parâmetros dentro do CONAMA, uma vez que a proposta não
2653elencar nenhum critério e vai causar grandes problemas até para os órgãos
2654ambientais que vão ter que monitorar os pontos. Então eu vou pedir depois que, a
2655gente já discutiu ontem sobre inversão de pauta, ou se não for possível que se
2656mantenha o quorum para a gente aprovar essa moção. Obrigada.

2657

2658

2659**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, José
2660Machado, doutor Nilo. O Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Geologia e
2661Mineração faz uso dessa tribuna para trazer, em nome do Ministro de Estado e do
2662Secretário Geral de Geologia e Mineração e Transformação Mineral, a respeito do
2663Plano Nacional de Mineração que está disponível no site do Ministério de Minas e
2664Energia para consulta pública. Agradecemos ao nosso amigo Nilo que disponibilizou
2665e também ao CNRH, ao Silvano que eu não estou vendo agora aqui, esse apoio na
2666disponibilização. Esse Plano Nacional prevê, ele tem uma previsão para 20 anos e
2667tem um tripé que é muito diferente dos outros planos que foram trabalhados, onde
2668no primeiro ponto você tem a relevância, a importância da governança em qualquer
2669lugar do País. O segundo ponto, principalmente agregação de valores, mas não só
2670valores econômicos que também são fundamentais, mas como também agregação
2671de valores do conhecimento científico da geodiversidade do País. E por último e um
2672grande avanço que tem é a questão da sustentabilidade com a exploração mineral e
2673a importância desta para a sociedade. Então, o Ministério de Minas e Energia se
2674sentiria honrado com a presença e a participação dos senhores e ainda mais,
2675colocar à disposição que para a próxima reunião, alguma outra próxima reunião do
2676CONAMA, o Ministério de Minas e Energia por meio da Secretaria de Geologia e
2677Mineração venha apresentar esses resultados do Plano Nacional de Mineração.
2678Obrigado.

2679

2680

2681 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Helder. Passo a
2682 palavra ao representante do GDF, Gustavo Maior, se encontra presente? Não.
2683 ANAMMA, Mauro Buarque. Perdão, perdão, eu acho que tem o Tadeu aqui antes.

2684

2685

2686 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Boa tarde.
2687 Saudar o Presidente Machado, o Nilo e os demais Conselheiros. Primeiro
2688 demonstrar da nossa satisfação de estar compondo essa 100ª reunião aqui do
2689 CONAMA e já praticamente me despedindo dos Novos Curupiras, por conta que é o
2690 segundo mandato e vamos ter o processo eleitoral. Bom, existe um tema que teve
2691 agora esse segundo semestre que é oportuno vir até a tribuna livre para pedir
2692 maiores esclarecimentos, que é principalmente por estar aqui na Casa de quem
2693 libera o licenciamento, no caso o IBAMA, sobre Belo Monte. Houve o seguinte
2694 comentário pela imprensa: o consórcio Messa não cumpriu as condições impostas
2695 pelo IBAMA para a instalação do canteiro da usina. Restam condicionantes e ações
2696 antecipatórias, cujo não atendimento compromete o início da implantação das
2697 instalações iniciais. Diz o parecer de 10 de outubro: não é recomendada a emissão
2698 de licença para instalações iniciais, assim como foi um manifesto, e aí as falas do
2699 procurador federal Felício Ponte: canteiro é obra e eu gostaria que o IBAMA
2700 pudesse esclarecer o que é essa licença fracionada e o que foi esse
2701 encaminhamento para esse egrégio Conselho tomar ciência sobre licenciamento
2702 prévio e o que é licenciamento de fato. Obrigado.

2703

2704

2705 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Alan. Tadeu,
2706 Sócios da Natureza.

2707

2708

2709 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Boa tarde a todos, à Mesa, ao
2710 público. Deixar registrado aqui a importância da 100ª reunião e ficar registrado os
2711 parabéns aos homenageados, ao doutor Paulo Nogueira e ao Dr. Jairon Costa. A
2712 Ministra agora ao sair nos convocou, a bancada ambientalista, e de uma certa forma
2713 justificou o porquê do não apoio do Ministério do Meio Ambiente à solicitação da
2714 realização do ENEA previsto para após as eleições. Mas ela deu o entender de que
2715 de que deixou ordem para o Secretário, não sei, que para o ano que vem então
2716 haverá uma rediscussão para a realização desse encontro, que é de extrema
2717 importância para a questão ambiental do País, para que haja uma aproximação
2718 entre as ONGs, para que as ONGs fortaleçam os coletivos sócio-ambientais e que
2719 fortalecidos possam trabalhar na formulação de políticas públicas mais equilibradas
2720 na questão ambiental, que tantos problemas tem gerado na questão de
2721 licenciamento, polêmicas, discussões, EIA/RIMAS facilitados, licenças e uma série
2722 de confluências na questão do licenciamento. Concluindo, eu queria fazer um apelo,
2723 a gente hoje protocolou no Ministério do Meio Ambiente um ofício encaminhado à
2724 Ministra para que a Ministra e que os Conselheiros, quando a proposta da Câmara
2725 Temática de Mineração, de Atividades Minerárias e Energéticas e Infra-Estrutura vir
2726 ser colocada em votação, porque houve uma reunião do CIPAM pedindo a extinção
2727 dessa Câmara. Essa Câmara só foi, depois de dois anos, reativada, no mês
2728 passado, na qual a representante do Ministério de Minas e Energia, a nossa
2729 Presidente, e a Sócios da Natureza, eu fiquei como Vice-Presidente. Só que a gente
2730 não pôde fazer nenhum encaminhamento porque depende dessa votação, dessa
2731 proposta do CIPAM para ou extinguir ou passar para outra Câmara Temática. Nós
2732 rogamos para que o Ministério mantenha essa Câmara Temática devido à

2733 importância da questão da mineração no País, tanto mineração do carvão no sul do
2734 País, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, quanto a mineração de outros produtos
2735 naturais no resto do País. Concluindo, a questão também energética, que não se
2736 admite mais que a matriz energética brasileira permita a queima de combustíveis
2737 fósseis e a queima de combustíveis fósseis não está apenas em Santa Catarina, ela
2738 poderá vir para o Pará, para o Maranhão e para o Ceará. Então é preciso que o
2739 Estado reveja essa questão da matriz energética e passe a apoiar, ao invés de
2740 apoiar a estação de usinas termoeletricas a carvão, que apóie as energias
2741 renováveis. Era isso.

2742

2743

2744 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado. Agradeço aos
2745 Conselheiros, Secretário, que cumprimos rigorosamente os 15 minutos. Perdão,
2746 Mauro, da ANAMMA.

2747

2748

2749 **SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA)** – Boa tarde a todos e a todas. Certamente
2750 eu serei também tão obediente como todos foram aqui. Parabenizar a todos os
2751 Conselheiros da Mesa por essa sessão solene, estendendo a homenagem que foi
2752 feita aos agraciados do dia também, na verdade só é um assunto e dois avisos
2753 breves. Um assunto que me faz pedir um breve tempo nessa tribuna é um assunto
2754 que já vem sendo tratado por vários anos pela ANAMMA, pela ABEMA, pelo próprio
2755 Ministério e infelizmente, para usar até um termo dos advogados, acredito eu que já
2756 está até pacificado que é a municipalização do licenciamento ambiental e de todas
2757 as ações de controle. Infelizmente a gente ainda tem tido movimentos por alguns
2758 bancos estatais, especialmente o BNDES, isso foi trazido especialmente por um
2759 assunto tratado pela ABEMA, ademais a gente vê em várias situações da CEF, nos
2760 licenciamentos do “Minha casa, minha vida”, ainda há algum tipo de rejeição à
2761 licença municipal. Então eu queria, ao trazer esse assunto aqui, propor ao secretário
2762 Machado, que também coordena a tripartite nacional, uma reunião da tripartite
2763 nacional com os representantes dos bancos estatais, para mostrar que esse assunto
2764 já está completamente vencido, é uma questão constitucional, tratada pela 237 e
2765 completamente incorporada pelo SISNAMA. Dois informes, o primeiro, um informe
2766 triste, nós perdemos agora recentemente, no começo de novembro, nossa querida
2767 colega que foi Conselheira dessa Casa, Elizete. Foi Secretária-Executiva da
2768 ANAMMA, foi Secretária de Meio Ambiente do município de Vitória, do Espírito
2769 Santo e mais recentemente, já nessa reta final, ela estava engrossando fileiras nas
2770 ONGs, uma baluarte dos planos municipais de recuperação de Mata Atlântica e
2771 certamente hoje ela estaria muito feliz em saber que João Pessoa aprovou seu
2772 plano na semana passada, o primeiro município que aprova o plano de recuperação
2773 da Mata Atlântica. Então, de fato uma grande perda para este Conselho, para a
2774 ANAMMA e para o meio ambiente aqui no Brasil. E mais um informe, para o ano a
2775 ANAMMA está completando 25 anos, uma entidade que foi criada em 1986, na
2776 cidade de Curitiba, nós estamos preparando um encontro que acredito eu que deva
2777 ser em São Paulo, a gente está definindo o município e queríamos contar com o
2778 apoio de todos, estamos querendo não coincidir com as agendas dos encontros que
2779 certamente têm muitos que se fazem, nós estamos definindo com bastante
2780 antecedência. Temos duas propostas de prazo, mas eu queria deixar que o mais
2781 certo é a meados de setembro, para que não coincida com as agendas do
2782 CONAMA, das Câmaras Técnicas para que de fato a gente tenha a participação de
2783 todos os colegas de gestão ambiental desse País, das ONGs, do setor produtivo, do

2784Estado, do Governo Federal e de todos os municípios. Então agradeço o espaço e
2785boa tarde a todos. (*Palmas!*).

2786

2787

2788**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Só acrescentando aqui, com
2789a permissão do Secretário, que a Elizete Siqueira foi uma colega nosso que militou
2790por muito tempo na área ambiental, muitos aqui se lembram dela, foi colega nossa
2791aqui, foi com sentimento de muita tristeza que a gente soube do ocorrido com ela, foi
2792uma doença fulminante, de um mês ela ficou sabendo, 30 dias depois faleceu, no
2793dia 6 de novembro, agora recente. Para quem não está se lembrando, ela foi
2794Presidente da rede de ONGs da Mata Atlântica, assessorou a ANAMMA também,
2795trabalhou muito nas Resoluções referentes À Resolução 303, 302 sobre APP e
2796outras e presidiu também o Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica e foi Secretária
2797de Meio Ambiente de Vitória, no Espírito Santo. Foi uma pessoa muito querida e
2798com um sentimento assim a gente deseja que ela esteja em paz. Vamos seguindo,
2799eu quero só alertar a todos os Conselheiros que fizeram uso da tribuna que nós
2800temos uma colega da equipe do CONAMA que anota todas as observações trazidas
2801na tribuna livre para eventuais encaminhamentos ou eventuais esclarecimentos,
2802então na próxima reunião, no que for possível, a gente volta com informações sobre
2803essas manifestações que foram feitas aqui, pelo menos as que possivelmente a
2804gente consiga buscar informações. Obrigado.

2805

2806

2807**O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Vencemos o item 6 da
2808pauta. Então agora temos o item 7, apresentação à Mesa por escrito de
2809requerimentos de urgência e inversão de pauta ou retirada de matéria. Com a
2810palavra o Secretário-Executivo.

2811

2812

2813**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós temos novas matérias
2814aqui que foram apresentadas, eu vou passar à uma leitura dinâmica aqui, resumida.
2815Inicialmente nós temos uma proposta de Resolução, aliás, essa plenária de hoje, o
2816próprio Secretário-Executivo aqui, José Machado, havia feito uma comunicação às
2817áreas do Ministério e às entidades vinculadas para que caso houvesse novas
2818proposições ao CONAMA, que fossem apresentadas nesta reunião 100, até por ser
2819uma reunião comemorativa. Então nós estamos recebendo apenas para informação
2820dos Conselheiros. Nós estamos recebendo propostas de Resolução do IBAMA,
2821estamos recebendo uma proposta referente a máquinas agrícolas e rodoviárias,
2822essa proposta será brevemente disponibilizada, porque está recebendo ainda
2823parecer da unidade do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudanças
2824Climáticas e também o IBAMA está apresentando uma nova fase, uma proposta de
2825nova fase 2014-2016 para o PROMOT, o PROMOT 4, aquela parte daquelas
2826Resoluções referentes às emissões de motocicletas. Além disso, a nossa Secretaria
2827de Mudanças Climáticas está apresentando uma proposta de revisão da Resolução
282823/96, sobre controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seus
2829depósitos, conforme Convenção da Basileia. Também a revisão da Resolução
2830316/2002, sobre procedimentos e critérios para funcionamento dos sistemas de
2831tratamento térmico de resíduos e revisão da Resolução 264/99 sobre licenciamento
2832de fornos rotativos de produção de (...) clinkers para atividades de co-
2833processamento de resíduos. Além disso, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas
2834está apresentando uma proposta nova de Resolução sobre gestão de água de lastro
2835nos portos brasileiros. E a Secretaria de Articulação Institucional, a SAIC, está

2836apresentando uma recomendação para adoção da estratégia nacional de
2837comunicação e educação ambiental em Unidade de Conservação. O Jardim
2838Botânico do Rio de Janeiro, que é também entidade vinculada ao Ministério,
2839apresenta revisão da Resolução CONAMA 339/2003 que trata de criação,
2840normatização e funcionamento dos Jardins Botânicos. Além disso, estamos
2841recebendo também uma proposta, já chegou ao CONAMA, uma proposta da ONG
2842EcoJuréia, de revisão da Resolução 03/90, que estabelece padrões de qualidade do
2843ar, sugerindo inclusive criação de GT. A ECODATA está apresentando uma
2844proposta de Resolução sobre PCHs e o setor empresarial também, a Confederação
2845Nacional da Indústria, apresenta também uma alteração, uma proposta de alteração
2846da tabela 3 do anexo 1 da Resolução 418, que trata de limites máximos de emissão
2847de monóxido de carbono. Nós temos, ainda em relação a novas Resoluções, temos
2848também aqui um requerimento de urgência, de pedido de urgência que apresenta à
2849ABEMA, aos estados que compõem a ABEMA e diz o seguinte: vimos, pelo presente
2850solicitar nos termos do Art. 14, § 3º do Regimento Interno do CONAMA, tramitação
2851em regime de urgência na 100ª reunião do Conselho, da proposta de Resolução que
2852prorroga o prazo estabelecido no Art. 5, *caput* e § 1º da Resolução CONAMA 418
2853que dispõe sobre critérios para a elaboração de plano de controle de poluição
2854veicular, PCPV e para a implantação de programa de inspeção e manutenção de
2855veículos em uso pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente que
2856determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado da
2857manutenção dos veículos em uso. Esta proposta de requerimento de urgência lança
2858mão do Art. 14 do Regimento Interno do CONAMA, que eu vou fazer a leitura para o
2859entendimento dos Conselheiros. O art. 14 do Regimento, § 3º, no *caput* diz assim:
2860poderá ser requerido o regime de urgência na apreciação pelo Plenário de qualquer
2861matéria não constante da pauta. No § 3º, diz: nas reuniões ordinárias, em casos
2862excepcionais, assim reconhecidos pelo plenário, em que se comprove o caráter
2863relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do Conselho, poderá
2864ser requerida a análise da matéria e sugeridas ao Presidente as ações pertinentes.
2865Então, Presidente, tem outras propostas aqui que eu faço a leitura em seguida, mas
2866essa proposta da ABEMA nós precisaríamos ouvir a justificativa, está aqui a
2867Presidente da ABEMA, a Glória, para que o plenário entenda, porque nós vamos ter
2868que decidir aqui duas coisas: primeiro o plenário tem que avaliar o pedido da
2869urgência para tratamento dessa questão aqui mesmo, nesta reunião, não neste
2870momento, no momento da Ordem do Dia, mas para isso precisa que o plenário
2871aceite pautar essa matéria, essa proposição da ABEMA hoje. Em seguida, se
2872eventualmente o plenário assim reconhecer, nós vamos tratar efetivamente dessa
2873alteração na Ordem do Dia, no momento em que o plenário aprovar também.

2874

2875

2876**A SRª. MARIA DA GLÓRIA BRITO ABAURRE (Presidente da ABEMA)** – Boa
2877tarde senhores. Eu queria a atenção dos senhores e a nossa solicitação, que se
2878vocês devem lembrar, que esse artigo que nós estamos falando especificamente
2879dizia prazo para os estados entregarem seus planos de controle de poluição
2880veicular, para daí implementar ou não, em algumas regiões, o programa de
2881inspeção. O que nós queremos colocar para os senhores é que esse prazo, para
2882que a gente faça um trabalho bem feito, como a gente acha que um instrumento
2883como esse deve ser feito, nós, nem todos os estados conseguiram atender ao prazo
2884que vence amanhã, dia 25. São as principais justificativas para isso e que nós já
2885tínhamos identificado, estamos tentando ajustar, mas ainda o tempo não foi
2886suficiente. Dizem respeito principalmente a justificativa em relação a duas questões:
2887uma, um melhor entrosamento entre os órgãos ambientais e os órgãos de trânsito.

2888 Para isso, fizemos em conjunto com a CNT um encontro onde chamou-se os
2889 DETRANs, chamou-se os órgãos estaduais e nós discutimos essa necessidade de
2890 fazermos juntos esses planos de controle de poluição veicular. Em alguns estados
2891 tinham problemas em relação a essa relação, órgãos estaduais e órgãos de trânsito,
2892 mas a reunião nos ajudou muito a vencer isso, mas ainda não foi suficiente. A outra
2893 questão é que a Resolução diz que é necessário, para fazermos o PCPV, que
2894 tivéssemos um inventário de fontes móveis dos Estados e não existia claro para os
2895 Estados uma metodologia para realizar esse inventário. Então juntamos, pedimos o
2896 apoio ao Ministério do Meio Ambiente, no qual fomos bem atendidos e
2897 conjuntamente fizemos uma oficina para os técnicos do órgão ambiental junto com o
2898 MMA, o Instituto de Energia e Meio Ambiente, para que passassem para nós,
2899 estados, a metodologia que o Governo Federal utilizou, que acabou recentemente
2900 só de fazer esse inventário dessas fontes móveis, para que a gente pudesse ter
2901 essa coisa de forma mais ou menos harmonizada, pelo menos, que cada Estado
2902 não tivesse uma metodologia diferente. Então esses dois momentos são os motivos
2903 que nos levaram, até por querermos fazer um instrumento que é muito importante,
2904 esse plano mexe com as pessoas, alguns estados têm inclusive rejeições da
2905 sociedade que acham que vai ser mais uma taxa. Então nós precisamos estar com
2906 isso muito bem subsidiado tecnicamente, que nós vamos conseguir com esse plano
2907 e com os programas de inspeção melhorar a qualidade do ar das grandes
2908 metrópoles, enfim, e coincidiu também que esse prazo venceu nessa mudança de
2909 Governo. Então muitos estados, apesar de estarem alguns com os seus planos
2910 prontos, outros em fase de elaboração, mas todos já iniciaram, todos muito
2911 preocupados em não estarem conseguindo cumprir esse prazo e nós ontem, na
2912 nossa reunião da ABEMA, definimos e também temos o apoio não só dos órgãos
2913 estaduais de meio ambiente, mas também de outras instituições que são
2914 Conselheiros aqui, da ANAMMA, da própria CNT, da CNI, que nós tivéssemos o
2915 prazo de mais 1 ano para que a gente conseguisse, quando aprovássemos esses
2916 planos, que eles tivessem consistência, e que não fosse mais um documento que a
2917 gente dissesse: olha, terminamos, está aqui o plano e depois não conseguíssemos
2918 implementá-los. Então nós vimos pedir a atenção, a colaboração dos senhores, no
2919 sentido de permitir, como disse o Nilo, que no primeiro momento isso entrasse em
2920 regime de urgência, pois vence o prazo amanhã, por isso nós estamos pedindo a
2921 urgência, e segundo justificar porque a mudança que se tem na proposta nossa de
2922 Resolução é só esse artigo. Fica estendido o prazo por mais um ano para que os
2923 estados entreguem seus planos de controle de poluição veicular. Então é isso que
2924 nós esperamos, que a gente possa ser bem recepcionados pelos senhores, porque
2925 com certeza eu acho que mais um ano isso não faz muita diferença, fizemos até um
2926 cálculo de pedir 6 meses, achamos que não valia a pena, porque mudança de
2927 Governo os dois primeiros meses demoram para acontecer e mostrar que nós,
2928 órgãos, não estamos parados, não ficamos esperando a coisa cair do céu. Nos
2929 unimos com o apoio que eu até faço menção aqui, a Conselheiro Patrícia Bozon, da
2930 CNT, que muito nos auxiliou para fazer essa articulação do setor de transporte com
2931 o setor ambiental e também ao MMA, que também, o Rudolph e todas as pessoas
2932 que nos ajudaram a tentar passar uma metodologia que seria básica para todos os
2933 estados e nós estamos nesse ponto agora e por isso pedimos, se vocês acharem
2934 adequado, que nos permitam que tenhamos mais um ano para que todos os estados
2935 entreguem isso no prazo, não nos interessa competição também dos estados: tal
2936 entregou, outro não entregou, esse entregou correndo para dizer que chegou...
2937 Então é isso e eu agradeço a atenção.

2938

2939

2940 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Glória. Nós temos
2941 um pedido aqui do Conselheiro Volney, que o Rudolph, técnico e gerente da
2942 Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA quer fazer uma observação a respeito
2943 desse requerimento de urgência.

2944

2945

2946 **SR. RUDOLPH (SMA/MMA)** – Sr. Presidente, José Machado, colegas Volney e
2947 Nilo, senhoras e senhores. Nós estamos aqui frente a um fato consumado. Há um
2948 ano atrás houve a edição da Resolução 418 que tratava dos PCPVs, tratava dos
2949 programas de inspeção veicular e também de novos limites máximo de emissão
2950 para esses programas. Naquele momento se imaginava que um ano depois nós
2951 teríamos a entrega dos planos aos Conselhos estaduais por parte das 27 Unidades
2952 da Federação. O prazo termina amanhã e o fato é que isso não ocorreu pelas
2953 razões que a Secretária Glória aqui já relatou. Nós tivemos durante esse período um
2954 acompanhamento muito próximo das ações dos estados, a ABEMA teve uma ação
2955 muito presente, a Secretária Glória esteve aqui conosco em diversas oportunidades,
2956 nós nos reunimos diversas vezes, alguns seminários aconteceram, o último foi aqui
2957 nesse auditório, estivemos com 17 Estados naquele momento, repassando a eles o
2958 que seria uma metodologia de inventário nacional, que não é exatamente o que os
2959 estados deveriam ter feito, que seria um inventário de outra natureza, ainda mais
2960 complexo, mas no encontro anterior, que ocorreu nas instalações da CNT, onde
2961 houve uma aproximação importante com os órgãos de trânsito, nós observamos que
2962 o grande problema não era em si a elaboração do plano, do plano de controle de
2963 poluição veicular, mas sim o que embasaria tecnicamente esses planos, porque a
2964 Resolução prevê que devem ser feitos inventários e, quando houver, os dados das
2965 redes de monitoramento de qualidade do ar, que infelizmente são poucas no Brasil.
2966 O que nós tínhamos a oferecer era a metodologia que fizemos no Governo Federal
2967 de um inventário nacional, inventário esse que já foi lançado ainda pelo Ministro
2968 Minc e que traz subsídios que são extremamente importantes para os programas
2969 federais, principalmente para o PROCONVE em suas fases voltadas para veículos
2970 novos. Mas os programas estaduais têm outra característica, têm outra finalidade e
2971 esses inventários ou inventários globais dos estados ou por regiões metropolitanas
2972 ou por municípios são mais complexos e têm outra finalidade que é subsidiar
2973 programas de inspeção veicular. Hoje há uma preocupação, os senhores se
2974 lembram há um ano atrás, que se fossem feitos programas de inspeção caça-
2975 níqueis em qualquer lugar com qualquer tipo de veículo apenas para arrecadar mais
2976 uma taxinha e por isso então se decidiu que tinha que haver uma base técnica para
2977 justificar a existência dos programas. E foi aí que houve realmente o problema
2978 maior. Alguns estados fizeram trabalhos muito bons, o próprio Espírito Santo, Rio
2979 Grande do Sul, o pessoal de Alagoas têm estado sempre conosco e tantos outros.
2980 Alguns estados simplesmente não começaram nada e outros estão em estágios
2981 intermediários. O que eu queria aqui aos Conselheiros indicar é que para nós do
2982 Ministério do Meio Ambiente o fato está consumado e que é importante que hoje se
2983 faça a apreciação do pleito e que haja hoje a votação porque o prazo é amanhã, e
2984 se a gente deixar para a próxima reunião que é em março, a gente vai deixar os
2985 estados descumprindo a Resolução durante 5 meses, com as conseqüências
2986 cabíveis, o que eu acho que não é adequado, já que temos a oportunidade hoje de
2987 alterar o artigo da Resolução que previa o prazo. Então é isso. Presidente, acho que
2988 num segundo momento eu gostaria também de falar sobre o mérito da proposta de
2989 revisão, mas o que eu acho que é importante nesse momento é o nosso endosso da
2990 necessidade de que se vote hoje uma prorrogação. Obrigado.

2991

2992

2993**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado. Estamos
2994recebendo a inscrição da Conselheira Ana Cristina, do Ministério Público Federal.

2995

2996

2997**A SR^a ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – Muito me
2998surpreende essa colocação da ABEMA. Por um lado eu fico feliz de saber que vários
2999estados fizeram a lição de casa. Essa questão da inspeção veicular já representava
3000um atraso para os estados de mais de 15 anos, que já era uma Resolução antiga,
3001que já foi feita uma nova Resolução e uma nova Resolução e agora se pensava
3002numa Resolução que vai ser cumprida e vem aqui pedir mais um prazo de moratória.
3003Os estados que trabalharam, como disse o Rudolph, alguns estados trabalhara,
3004alguns estados se empenharam para cumprir a norma e fizeram e conseguiram. Por
3005que esse Conselho vai simplesmente mudar a data, penalizando aqueles estados
3006que se esforçaram e trabalharam para favorecer os estados que nada fizeram? Tem
3007estados aqui que nada fizeram. A minha sugestão é em vez de mudar a data, que
3008cada Estado venha individualmente, os estados que não fizeram nada, os estados
3009que não têm condições hoje de cumprir a norma, venham aqui e peçam uma
3010moratória em relação a essa norma, mas venham aqui dar a cara, venham aqui
3011falar: o meu Estado não conseguiu, eu peço um prazo e isso seja concedido. Mas
3012não simplesmente apagar o que foi feito (*Palmas!*). Aí todos saberão quais são os
3013estados que trabalham e os estados que não estão nem aí para esse tema de
3014poluição do ar que tanto se debruçou ano passado e o anterior nesse Conselho.

3015

3016

3017**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado, Conselheira.
3018Pergunto se algum Conselheiro quer fazer... Nós não estamos discutindo ainda o
3019mérito da proposição, apenas se ela vai ser ou não pautada na Ordem do Dia dessa
3020reunião. Então quero saber se algum Conselheiro quer se manifestar a respeito
3021dessa questão preliminar.

3022

3023

3024**O SR. ARMANDO (Ministério das Comunicações)** – Eu só queria reforçar aqui o
3025que a assessora se referiu, é que aquele Estado que já concluiu esse trabalho, que
3026venha e apresente esse trabalho. Os demais posteriormente se manifestassem,
3027apenas isso.

3028

3029

3030**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu queria dizer que,
3031lembrar uma frase do meu pai que dizia que na vida tem gente que só fica na
3032arquivancada, para aplaudir ou para vaiar e tem gente que vai para o campo e joga.
3033Ir para o campo jogar é diferente de ficar numa arquivancada apontando porque que
3034fez, porque que fez, porque deixou de fazer. Então eu acho que as pessoas
3035precisam ir para o campo jogar para poder acusar, dizer que uns estados merecem
3036aplausos, outros não merecem. Eu acho que as pessoas precisam conhecer as
3037realidades para poder saber exatamente quais são as dificuldades do processo.
3038Essa proposta tem o seguinte mérito: fazer PCPV é fácil, bastava um Estado colocar
3039o PCPV na internet, os outros todos copiavam e estava todo mundo com PCPV, é
3040muito simples fazer PCPV e tem Estado que fez PCPV mais ou menos dessa forma,
3041para cumprir tabela, para dizer: eu cumpri. Pego, corto, colo, hoje com a internet,
3042muito simples, fácil, mas o que se fez durante todas as discussões era fazer um
3043plano que não era para ter uma arrecadação maior para o Estado, era um plano que

3044realmente cooperasse com a qualidade do ar daquele Estado. E tem muito Estado
3045que nem precisa fazer inspeção veicular, porque a qualidade do ar não está
3046associada à inspeção veicular, ele precisa fazer outra coisa e o PCPV precisa prever
3047isso, porque o PCPV não é para colocar uma maquininha de dinheiro para o carro
3048passar lá arrecadar e medir. O PCPV não, o PCPV era para avaliar a relação da
3049frota daquele Estado com a questão da qualidade do ar. Isso não se faz da noite
3050para o dia. Isso não se faz nem com 15 anos. Outro ponto que esse plenário precisa
3051saber, que é complicadíssimo, é a relação do órgão ambiental com os órgãos de
3052trânsito. Isso é muito complicado e não é complicado porque a Secretaria de Meio
3053Ambiente, que tem sensibilidade para a questão da qualidade do ar e quer resolver o
3054problema não quer. Quantas vezes, eu saí da Fundação Centro Tecnológico de
3055Minas Gerais em 1997, isso para vocês terem uma ideia. Eu iniciei lá uma discussão
3056de termo SETEC essa inspeção veicular para o órgão de trânsito repassar. Só eu
3057participei de 5 convênios que na hora de serem assinados, não foram assinados e a
3058CNT conseguiu promover, como a gente teve uma aproximação muito grande com o
3059órgão de trânsito, ofereceu essa interlocução e essa interlocução foi riquíssima, pela
3060primeira vez no País, por uma questão de circunstância, porque o homem não é só
3061ele, ele é ele e as circunstâncias, por uma questão de circunstância conseguiu uma
3062aproximação que nunca se viu, de tão boa essa aproximação. Então o que os
3063estados estão pedindo aqui não é dizer qual é o bonzinho, qual é o mau, qual o que
3064faz bem, o que não liga, até porque a Plenária vai cair para trás de quantos vão dizer
3065aqui que fizeram em relação a quantos não fizeram. Nós estamos aqui com uma
3066oportunidade ímpar de fazer um PCPV que não é corta e cola, que é específico para
3067cada Estado e com o objetivo que ele deve ter, que é de fazer a relação entre frota,
3068qualidade do ar e gestão ambiental e não simplesmente cumprir tabela. Obrigado.
3069(*Palmas!*).

3070

3071

3072**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Conselheira. Ainda
3073tem a inscrição do Carlos, a gente vai assegurar, mas apenas para encaminhamento
3074eu quero dizer o seguinte: nós apenas, neste momento, vamos decidir se inclui ou
3075não incluiu na Ordem do Dia. É evidente que o mérito vem nessa discussão, ele
3076aparece porque os Conselheiros estão avaliando se realmente pelo mérito vale a
3077pena discutir a matéria, mas nós não vamos alongar a discussão do mérito agora,
3078até porque se o Plenário em maioria entender que cabe a discussão na Ordem do
3079Dia, nós vamos voltar à discussão do mérito no momento que for definido. Depois da
3080fala do Carlos, a Mesa entende que podemos votar o requerimento de urgência.

3081

3082

3083**O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJURÉIA)** – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar o
3084que me faz falta nesse processo é a justificativa. Quais os estados... Por que essas
3085metas não foram atingidas? Essa clareza de porque que essa medida não é tomada
3086nesse momento leva o Conselho a uma deliberação genérica, temerária, sem dados
3087suficientes que nos façam formar opinião. Eu lembro que a questão veicular, uma
3088matriz movida a combustível fóssil é hoje o grande miasma da sociedade, pelo
3089menos da sociedade onde eu habito, que é região metropolitana de São Paulo e se
3090nós tivemos desafios de peste negra na idade média e etc., hoje esse é o grande
3091desafio que é o miasma que a poluição e hoje não é mais de uma ameaça invisível
3092que você não consegue identificar, mas você tem identificação daquele poluente
3093específico que gera danos à saúde pública e etc. Então, essa questão é tão
3094importante para a região metropolitana de São Paulo, para outras regiões
3095metropolitanas do país que sem uma justificativa mais palpável, eu acho muito difícil

3096que um Conselheiro vote pela prorrogação do prazo em função dessa insuficiência
3097de justificativa. Cada decisão de postergação do CONAMA deve ser absolutamente
3098justificada para que ela faça sentido, inclusive para a sociedade brasileira.

3099

3100

3101**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Ok, então nós vamos
3102encaminhar a votação do requerimento e aí, em seguida, se for aprovado, avaliar
3103com o Plenário, pelo menos vamos fazer uma sugestão de inclusão num
3104determinado momento da Ordem do Dia, senão está prejudicado e aí a matéria pode
3105ser repensada para um outro momento de discussão. Eu pergunto aos Conselheiros
3106se estão todos esclarecidos para votar o requerimento de urgência sobre esse pleito
3107dos estados por intermédio da ABEMA. Todos esclarecidos? Podemos votar? Os
3108Conselheiros que votam favoravelmente ao requerimento da ABEMA para a inclusão
3109na Ordem do Dia nesta reunião desta matéria, peço que levantem o crachá. Ok,
3110podem abaixar. Os Conselheiros que são contrários ao requerimento de inclusão
3111dessa matéria na Ordem do Dia, por favor, levantem o crachá. Obrigado.
3112Abstenções. Então o requerimento está aprovado e apenas a sugestão que a Mesa
3113faz é que ele seja, a matéria seja incluída, se houver concordância aqui dos
3114proponentes e do Plenário, a matéria seja incluída na Ordem do Dia logo após a
3115Resolução 8.9, que institui o calendário de reuniões do CONAMA, ok? Então se não
3116há contrariedade fica incluída na pauta, nós solicitamos que...

3117

3118

3119**O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (MJ)** – Nilo, só uma questão de
3120esclarecimento. As matérias com urgência não têm prioridade não? As matérias com
3121regime de urgência não têm prioridade com relação às outras matérias.

3122

3123

3124**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Exatamente por isso nós
3125estamos propondo... Mas ela foi aprovada a urgência, nós temos que ver aqui o
3126Regimento. Atenção regimentalistas. É porque nós temos na pauta, Conselheiro, o
3127seguinte: na pauta dessa plenária, na Ordem do Dia, após as moções, nós temos a
3128primeira Resolução que é de licenciamento de Unidades de Conservação, que ela já
3129foi pedido vistas, ela foi apresentada na Plenária de março, foi pedido vistas,
3130constituído um Grupo Assessor, esse grupo teve prazo até a Plenária de maio para
3131apresentar um resultado para discussão. Solicitou prorrogação de 120 dias, foi dada
3132a prorrogação, ela já venceu em setembro, portanto ela também está, na prática, em
3133urgência, porque ela já, inclusive venceu o prazo de visto e o prazo dado ao Grupo
3134Assessor, então ela tem que ser apreciada em primeiro lugar. A segunda Resolução,
3135sobre movimentação interestadual de resíduos perigosos também foi retirada de
3136pauta na reunião passada pelo Presidente da Câmara Técnica de Saúde e
3137Saneamento. Então ela obrigatoriamente também tem que voltar nessa reunião
3138como se estivesse também em regime de urgência. E a Resolução 8.7, que é a 303,
3139também está em regime de urgência, que trata da revisão da Resolução 303. Aí
3140resta a Resolução 357, que não está em urgência. Então eu acho que procede a
3141observação do Conselheiro, essa que foi aprovada a urgência teria que ser a novo
3142item 8.8, ok? Então nesse caso, com a observação que o Conselheiro faz, eu refaço
3143aqui, retifico a proposta da Mesa de inclusão como um novo item 8.10 e passaria a
3144ser o novo item 8.8 porque as Resoluções que estão, as duas últimas da Ordem do
3145Dia, não estão em regime, então a que foi aprovada agora precede essas duas, mas
3146apenas essas duas porque as anteriores também, na prática, estão no regime de
3147urgência, e precedem no calendário de discussão do Conselho.

3148

3149

3150 **SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (MJ)** – Quer dizer, eu não conheço o
3151 Regimento com esse detalhamento. Mas se é assim é assim.

3152

3153 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós podemos lhe fornecer
3154 imediatamente uma cópia do Regimento, se você quiser dá uma olhada, mas eu lhe
3155 asseguro que esse é o encaminhamento que nós quebramos a cabeça normalmente
3156 no DCONAMA para fazer essas coisas na ordem absolutamente regimental. Então
3157 passa a ser, aí eu peço à equipe que ajuste depois na pauta o item 8.8,
3158 requerimento de urgência, agora aprovado por proposição dos estados. Passamos
3159 então à apresentação das novas proposições aqui, que estão sendo apresentadas,
3160 EcoJuréia está apresentando também uma novo proposta de Resolução que
3161 inclusive sugere a criação de um Grupo de Trabalho, mas que depois de uma série
3162 de considerandos aqui propõe que, solicita ao CONAMA providências para a criação
3163 de um Grupo de Trabalho visando à elaboração de Resolução específica para
3164 estabelecer critérios de avaliação da capacidade de suporte ambiental das regiões
3165 metropolitanas do Brasil. Eu não vou ler toda a proposta, que tem uma série de
3166 considerandos, mas em resumo ela apenas pretende que o CONAMA inicie uma
3167 discussão sobre esse tema da capacidade de suporte. Em seguida nós temos aqui
3168 uma proposta de moção apresentada pela FURPA, que manifesta repúdio ao
3169 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pela proposta de
3170 ampliação do parque da Serra das Contusões no sul do Piauí, por não incluir na
3171 ampliação a área da Serra Vermelha, a mais rica em biodiversidade da região e dá
3172 outras providências. Lembro que as moções apresentadas na Plenária serão
3173 discutidas ao final da Ordem do Dia, se houver tempo. Uma nova proposta de
3174 moção, aqui apresentada também pela FURPA recomenda a não liberação da
3175 licença prévia pelo IBAMA para a construção de 5 hidroelétricas na bacia do rio
3176 Parnaíba e aí com todos os considerandos e demais manifestações. Uma outra
3177 proposta da FURPA, proposta de moção ao plenário do CONAMA, recomenda a
3178 intervenção federal através do IBAMA e da Polícia Federal em Áreas de Proteção
3179 Ambiental, APP e de reserva legal em área de proteção da região da Serra
3180 Vermelha. Temos também uma proposta de moção, uma série de entidades que
3181 assinam, encabeçada pela ECODATA, Donizete, que propõe, após uma série de
3182 considerandos que, recomenda, aliás, que o termo "floresta" e suas diversas
3183 variações utilizadas nas publicações e em documentos do Ministério do Meio
3184 Ambiente, dos órgãos vinculados sejam utilizados somente e rigorosamente quando
3185 designar formações florestais, e não para designar todos os tipos de formações
3186 vegetais. Ok? Dada entrada. Uma moção de protesto contra a usina de carvão
3187 USITESC, é uma proposta de moção da ONG Sócios da Natureza, apresentada pelo
3188 Tadeu e ela exatamente protesta, é uma moção de protesto como forma de alertar o
3189 empreendedor e o órgão licenciador em relação a essa usina de carvão. Finalmente
3190 uma moção de apoio, em caráter de urgência, para análise pelo CONAMA da
3191 definição de vazões mínimas remanescentes. Essa moção é apresentada pela
3192 MIRA-SERRA e vem solicitar a suspensão da votação da proposta de Resolução
3193 que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas
3194 remanescentes, a ser votada na reunião do CNRH de 16 de dezembro de 2010, até
3195 que o CONAMA aprecie a matéria. Então, havendo tempo, foi solicitada pela
3196 bancada ambientalista que caso dê tempo de apreciar essas moções, essa moção
3197 aqui, em função da data, tenha prioridade em relação às demais. Essas são as
3198 matérias que nós temos. Se houver tempo, a gente avalia juntos essa prioridade.

3199

185

186

3200

3201 **O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJURÉIA)** – Eu gostaria de já consignar o nosso
3202 pedido de vistas à proposta complementar da Resolução 357/2005, que dispõe
3203 sobre a classificação dos corpos d'água e condições, e lançamentos de efluentes e
3204 etc. Eu acho que seria interessante já deixar consignado para que todos possam se
3205 programar, porque é um pedido de vistas da EcoJuréia. E também fazer um apelo,
3206 Nilo, conforme eu havia conversado com você, estabelecer critérios para uma
3207 Resolução que estabeleça perspectivas de avaliação de capacidade de suporte de
3208 grandes regiões metropolitanas em território nacional é um desafio muito grande,
3209 envolve visões de urbanismo, saúde pública e questões ambientais e eu creio que
3210 será uma grande oportunidade para realmente a gente exercer no CONAMA uma
3211 capacidade catalizadora, trazendo esses outros Ministérios que poderiam ser
3212 envolvidos nessa discussão e que em função da grande quantidade de população
3213 brasileira que se abriga hoje em cidades, é impossível que a gente continue falando
3214 de meio ambiente sem considerar esses grandes conglomerados, não só
3215 metrópoles, mas macrometrópoles, como se dá em várias regiões e temos que
3216 enfrentar esse desafio em termos de qualidade ambiental e saúde pública e não há
3217 elementos hoje para diagnosticar, planejar essas regiões. Então eu creio que o
3218 CONAMA é sua atribuição precípua estabelecer esses instrumentos que possam
3219 nos dar essa qualidade de percepção para a sociedade, e também informar à
3220 sociedade sobre essas regiões aonde vivem.

3221

3222

3223 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Conselheiro. Só
3224 para confirmar então, a EcoJuréia está pedindo vistas ao processo 1876/2008-64
3225 que trata de propostas complementares à Resolução 357 e 397 que dispõem sobre
3226 classificação de corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento,
3227 bem como estabelece condições e padrões de lançamento de efluentes. Isso quer
3228 dizer que pedido vistas, nós aguardamos parecer da EcoJuréia para discussão
3229 dessa matéria na Plenária de março de 2011.

3230

3231

3232 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Boa tarde Nilo, a CNI também
3233 gostaria de pedir vistas do processo.

3234

3235

3236 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – CNI está pedindo vistas.

3237

3238

3239 **A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Boa tarde, o
3240 Ministério também solicita vistas ao processo.

3241

3242

3243 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Minas e Energia também
3244 pede vistas.

3245

3246

3247 **O SR. ERIC FISCHER (Ministério da Saúde)** – A gente também vai pedir vistas.

3248

3249

3250 **O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – A Secretaria
3251 de Portos também pede vistas.

3252

3253

3254 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ministério do Meio Ambiente também
3255 pede vistas.

3256

3257 **O SR. MARCEL OLIVI GONZAGA BARBOSA (MPOG)** – O Ministério do
3258 Planejamento também pede vistas para essa Resolução.

3259

3260

3261 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Bem, eu quero apenas
3262 informar aos Conselheiros em relação à outra Resolução em pauta, que trata da
3263 movimentação interestadual de resíduos perigosos. Esta Resolução foi retirada de
3264 pauta pelo Presidente da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de
3265 Resíduos Sólidos, Dr. Tiago Camargo. Ele fez uma solicitação de que
3266 informássemos ao plenário neste ponto número 7, que trata exatamente da pauta,
3267 como o Regimento pede, o Presidente de Câmara Técnica tem o direito de retirar de
3268 pauta matéria que ainda não tenha sido pedido vista, no caso, mas ele tem que
3269 necessariamente apresentar um parecer na reunião seguinte quando a matéria é
3270 pautada. Então houve um parecer enviado ao CONAMA, ao Departamento de Apoio
3271 ao CONAMA, por parte do Tiago, que pede que o plenário da 100ª reunião analise a
3272 pertinência de encaminhamento desta matéria para a reunião 101 do CONAMA, em
3273 março de 2011, quando provavelmente teremos publicado o Decreto que
3274 regulamenta a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, podendo o Conselho ter
3275 maior garantia de que as propostas de minuta de Resolução, que essa proposta de
3276 minuta de Resolução tenha compatibilidade com os demais instrumentos normativos
3277 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então a razão essencialmente do parecer
3278 do Conselheiro tem a ver com o fato de que havia uma previsão de que nesta
3279 reunião nós já teríamos o Decreto assinado, publicado, portanto, já conhecendo, no
3280 Decreto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como que seria a interferência
3281 eventual nessa Resolução. Como o Decreto não foi assinado, ele recomenda ao
3282 plenário o seu adiamento para a próxima reunião. Com a palavra Volney Zanardi
3283 pelo MMA.

3284

3285

3286 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria fazer a seguinte sugestão:
3287 eu acho que talvez, pensando já nesse processo que a gente deverá ter
3288 brevemente, provavelmente até o final do ano, esse Decreto assinado pelo
3289 Presidente, a ideia que eu teria talvez fosse nós, o Ministério do Meio Ambiente,
3290 pedir vistas para essa matéria e já na próxima reunião a gente já, dentro desse
3291 cenário do novo Decreto, já apresenta no nosso relatório uma proposta de
3292 encaminhamento, já vem esse processo um pouco mais trabalhado, que é
3293 simplesmente fazer a transferência para a próxima reunião. Talvez fosse um pouco
3294 mais eficiente, porque com isso a gente já consideraria os termos do próprio
3295 Decreto, já poderia fazer alguma recomendação nesse processo.

3296

3297

3298 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu só não entendi, Volney,
3299 então o Ministério está pedindo vistas? Então pede vistas a esse processo nº
3300 1037/2002-98 que dispõe sobre movimentação interestadual de resíduos perigosos.
3301 Uma penúltima informação nesse item que eu preciso prestar é a seguinte... Patrícia
3302 Bozon.

3303

3304

3305 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Já há algum tempo que
3306 nós estamos no CONAMA com matérias a respeito de resíduos sólidos e em todo
3307 momento nós estamos sendo orientados para que se espere o Decreto, sob pena
3308 até de haver um investimento no trabalho pouco produtivo, podendo contradizer e
3309 etc. Eu só queria dizer aqui para esse plenário a minha preocupação no seguinte
3310 sentido: todas as Resoluções são democraticamente discutidas, esse Decreto não.
3311 Esse Decreto está sendo discutido e à revelia desse plenário ou de representação
3312 desse plenário. Então, até em nome do que a secretária hoje colocou em termos da
3313 necessidade de que as coisas, as regulamentações, para que elas sejam
3314 proveitosas e bem colocadas, que elas precisam ser trabalhadas na base, em nome
3315 dessa substituição de propostas de regulamentação que estão sendo amplamente
3316 discutidas com toda a sociedade, solicitar que esse Decreto seja colocado para
3317 discussão, se há algum impedimento em termos de produtividade para toda a
3318 sociedade, pelo menos uma Comissão desse Conselho seja tirada para que
3319 pudesse ser discutido, porque nós estamos sempre adiando uma discussão
3320 democrática por um Decreto que está ainda aí sem uma discussão ampla. Então,
3321 quer dizer, a gente se sente um pouco inseguro na relação dessa troca, não é uma
3322 troca justa. Então eu queria levar então nessa, aproveitar a oportunidade para pedir
3323 que avaliem a possibilidade de que se tire um grupo de representantes do setor
3324 empresarial, das ONGs, dos estados e dos municípios, para também participarem
3325 da discussão desse Decreto. Obrigada.

3326

3327

3328 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Só antes do Presidente fazer
3329 uma outra comunicação, apenas rapidamente, nós tínhamos em processo uma
3330 moção que foi apresentada pela representação aqui do GDF no CONAMA, já na
3331 Plenária passada, era uma moção que tratava, que pedia à Câmara Legislativa do
3332 DF que rejeitasse o veto a uma lei aprovada pela Câmara Legislativa, referente ao
3333 sistema de Unidades de Conservação do Distrito Federal, mas em acerto com o
3334 GDF e também uma mediação feita pela ABEMA, foi solicitada a retirada dessa
3335 moção, por isso ela não entrou hoje na pauta e nós estamos apenas comunicando
3336 aos Conselheiros que ela foi retirada e perdeu o efeito. Portanto, será arquivada, por
3337 pedido do próprio autor com o referendo da ABEMA.

3338

3339

3340 **O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Senhoras Conselheiras,
3341 senhores Conselheiros, a Resolução de metodologia de recuperação de APPs que
3342 foi aprovada por este Conselho ainda não foi publicada e isso, há um dispositivo
3343 regimental que essa publicação se daria, se dá no prazo de 40 dias após a
3344 aprovação por este Conselho. Entretanto, a Consultoria Jurídica do Ministério do
3345 Meio Ambiente fez alguns apontamentos à decisão desse Conselho, o que motivou
3346 a senhora Ministra a deflagrar um processo de consultas para formar a sua opinião
3347 sobre a publicação imediata dessa Resolução. Então, como manda o Regimento, é
3348 o dever desta Presidência trazer ao conhecimento do Plenário que o prazo não pôde
3349 ser cumprido e a publicação não foi feita ainda, mas deverá ser feita rapidamente
3350 assim que a senhora Ministra concluir, e ela já está concluindo as consultas que ela
3351 ficou de fazer, inclusive a CTAJ deste Conselho. Então eu queria trazer esse informe
3352 ao Conselho, pedindo aí a consideração de todos para essa matéria, que é uma
3353 matéria importante, que esse Conselho se dedicou tanto para a sua aprovação.
3354 Caso haja alguma inconformidade e a senhora Ministra decida não publicar, essa

3355matéria virá à pauta da próxima reunião desse Conselho. Então era importante que
3356eu trouxesse esse esclarecimento e peço que continuemos a pauta.

3357

3358

3359**SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Então vencidas essas
3360questões, resta apenas uma proposta da Secretaria-Executiva em relação à
3361Resolução referente ao calendário de reuniões ordinárias de 2011. É o seguinte, nós
3362estamos solicitando aqui que essa Resolução, que trata apenas da data, das datas
3363das plenárias, das reuniões ordinárias de 2011, que ela seja, haja uma inversão de
3364pauta e ela seja tratada no início agora da Ordem do Dia, até mesmo antes das
3365moções, porque ela normalmente não gera polêmica, é uma Resolução simples, de
3366calendário de reuniões, mas ela obrigatoriamente tem que ser aprovada nesta
3367reunião Plenária de final de ano, na última do ano e nós temos que ter um bom
3368quorum presente para poder ter o acordo com a agenda de todos os Conselheiros.
3369Então nós consultamos os Conselheiros se agora, passando à Ordem do Dia, nós
3370podemos já analisar esse calendário de reuniões já rapidamente, se todos estão de
3371acordo com esta inversão. Algum Conselheiro é contrário? Então está aprovada a
3372inversão, entrando na Ordem do Dia, secretário, eu peço que coloquem na tela,
3373você têm aí na pauta de reuniões, na pauta dessa plenário o item referente, a
3374Resolução referente às datas da próxima reunião. Eu vou fazer a leitura aqui das
3375datas para que todos já aproveitem e verifiquem aí nas suas agendas para o
3376próximo ano. Nós estamos marcando, em princípio, a reunião 101, reunião ordinária
3377101 para 23 e 24 de março, a 102 para 25 e 26 de maio, a 103 para 31 de agosto e
33781º de setembro, a razão até dessa reunião 103 ficar nessa data de 31 de agosto e 1º
3379de setembro, é que no dia 31 de agosto de 2011 completam-se 30 anos da Lei
33806.938, que criou tanto o CONAMA como o SISNAMA e a Política Nacional de Meio
3381Ambiente. Eu acredito que o próximo Ministro ou Ministra deverá dedicar essa data
3382aí, como até disse hoje a Ministra Izabella, uma boa reflexão a respeito do nosso
3383Sistema Nacional de Meio Ambiente, da Política e do próprio CONAMA. Então nós
3384resolvemos marcar o CONAMA nessa data para aproveitar e comemorarmos os 30
3385anos. E a reunião 104 que ficou marcada para 23 e 24 de novembro também de
33862011. Eu já adianto aqui, Presidente, que a reunião 101, ontem os representantes da
3387sociedade civil lembraram muito bem que o dia 22 de março é o dia mundial ou dia
3388nacional da água, dia mundial da água e que provavelmente teremos uma atividade
3389intensa, não só do Ministério, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas de
3390Comitês de Bacia, de secretarias estaduais e possivelmente municipais. Então
3391talvez não fosse uma data muito adequada. A proposta que foi feita, apresentada
3392ontem, foi de realizarmos na quarta e quinta da semana seguinte, que me parece
3393que é 30 e 31 de março, portanto, ainda cumprindo o Regimento que exige que a
3394primeira Plenária aconteça ainda no primeiro trimestre. Então eu pergunto aos
3395Conselheiros se haveria acordo em transferir nessa proposta de Resolução para 30
3396e 31 de março. Alguém tem um calendário aí para confirmar se é quarta e quinta
3397mesmo? É isso? Quarta e quinta da última semana de março de 2011. Deve ser lua
3398cheia. Em relação às outras datas, há algum questionamento por parte de algum
3399Conselheiro ou Conselheira? Alguma lembrança de alguma convenção
3400internacional, de algum evento importante, aniversário de algum Estado da
3401Federação, algo assim? Não? Então, eu pergunto se os Conselheiros estão
3402favoráveis, eu peço que os Conselheiros favoráveis a este calendário com a
3403alteração já colocada na tela para a reunião de março, os que são favoráveis
3404levantem o crachá de votação. Ok. Podem abaixar. Os que são contrários.
3405Abstenção. Aprovado então por unanimidade o calendário de reuniões do CONAMA
3406para 2011. Muito obrigado. Passamos então, Presidente, ao próximo item da Ordem

3407do Dia, que são as moções, o item 8.1, que é, a primeira moção trata, ela
3408recomenda a criação do corredor ecológico no Rio Pelotas. A Mesa propõe o
3409seguinte encaminhamento que já tem sido praxe nesse Conselho: nós ouvimos a
3410apresentação e defesa da moção, se houver alguma contrariedade por parte do
3411Plenário, ouviremos o encaminhamento contrário à moção e em seguida
3412passaremos à votação. Ok? Então essa moção foi proposta pela ONG MIRA-
3413SERRA, eu peço que a nossa colega Conselheira Lisiane apresente e
3414principalmente defenda, porque todos já conhecem a moção, mas principalmente
3415defenda a moção e esclareça aos Conselheiros. Eu vou pedir que faça em 3
3416minutos, se possível.

3417

3418

3419**A SR^a. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Boa tarde novamente. Essa moção já
3420foi discutida, foi pedido vistas, não foi entregue parecer. Então ela parece que está
3421na esteira do próprio TAC, dos termos de instrumento de conduta que levou o
3422pedido dessa moção. Existe um termo de ajustamento de conduta em relação a
3423empreendimentos de barra grande e nesse TAC, já bastante antigo, não foram
3424cumpridas algumas cláusulas, no nosso entendimento. Foram gastos bastante
3425recursos públicos na realização de estudos ambientais, como prevê o próprio TAC e
3426nas duas cláusulas, uma, a 4^a, que prevê, aliás, a 5^a que prevê que o IBAMA, numa
3427área adquirida pela empresa, crie, propõe a criação de uma Unidade de
3428Conservação de uso integral, e existe uma cláusula 6^a que pede a criação de um
3429corredor de biodiversidade. Em cima desse corredor de biodiversidade nós
3430queremos avançar, dar um passo na moralização desse TAC, porque o Rio Grande
3431do Sul, principalmente, como representante das ONGs Ambientalistas do Rio
3432Grande do Sul, nós vemos como uma imoralidade nós termos uma usina hidrelétrica
3433cujo TAC foi assinado por todos os Ministérios e nem sequer um corredor, que é
3434única e exclusivamente da competência do Ministério do Meio Ambiente em criar
3435esse corredor, não precisa de mais nada, é um absurdo isso. Então nós chegamos a
3436esse ponto de vir aqui ao CONAMA pedir apoio para a criação desse corredor de
3437biodiversidade. Nós inclusive, nessa folha que está sendo distribuída junto dessa
3438plenária, já consta uma alteração na última linha, porque houve um problema de
3439interpretação que o Ministério entendeu que já teria cumprido ao fazer os estudos,
3440só que os estudos no meu entendimento servem para alguma coisa e não para
3441serem engavetados. Então para nós não ficarmos discutindo o mérito da gramática e
3442da interpretação de texto da cláusula do TAC, nós, na última reunião, ainda aqui na
3443Mesa, estava sendo encerrada a reunião, nós alteramos o último parágrafo,
3444colocando então que nós só queremos a criação desse corredor, que é única e
3445exclusivamente da competência do Ministério do Meio Ambiente e que nós
3446solicitamos inclusive que ao ser feito esse corredor, que haja um amplo diálogo com
3447a sociedade e com os governos envolvidos, não só os municipais, como os
3448estaduais; Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Então fica aí a nossa proposta
3449que realmente não é só a criação de um corredor de biodiversidade que garante o
3450fluxo que já está no termo de ajustamento de conduta de 2004, mas um passo na
3451moralização desses termos de ajustamento de conduta, como aqui já foi colocado,
3452eles estão ficando somente no papel. São feitos ao contrário. Então nós estamos
3453pedindo realmente que a plenária nos ajude a criar esse corredor. É o último local
3454que ainda contem remanescentes originais, é o único trecho livre ainda, sem
3455barragem, para poder ter inclusive criação de gado, quem leu a proposta pode
3456acompanhar na folha, não impede a criação de gado bovino. Então a criação do
3457corredor de biodiversidade não vai afetar diretamente ninguém, mas nós precisamos

3458 realmente avançar no cumprimento desse TAC. É uma questão de honra
3459 praticamente.

3460

3461

3462 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Ok. Obrigado Conselheira.

3463 Eu pergunto se... João está pedindo inscrição.

3464

3465 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Esclarecendo, quando da
3466 apresentação inicial da moção, nós fizemos aqui um esclarecimento dando a
3467 informação de que o compromisso assumido pelo Ministério do Meio Ambiente
3468 efetivamente havia sido cumprido e por essa razão aquele texto de moção
3469 inicialmente apresentado não poderia ser aceito pelo MMA porque ele se referia a
3470 uma moção com uma manifestação pelo não cumprimento de um termo de acordo,
3471 um termo de compromisso, que foi aquele referente ao processo de Barra Grande.
3472 Me parece que com a revisão apresentada, essa moção ora apresentada, na
3473 verdade solicita o encaminhamento de algo que no âmbito do próprio termo de
3474 compromisso já foi cumprido pelo Ministério do Meio Ambiente e não só o
3475 encaminhamento com relação à criação de um corredor ecológico, mas até como
3476 nós já havíamos esclarecido aqui na reunião anterior, o Ministério do Meio Ambiente
3477 inclusive foi além disso, obtendo a partir dos subsídios desse estudo para a
3478 implementação do corredor ecológico, a formatação de uma proposta de criação de
3479 Unidade na área, que é o corredor ecológico dos campos de cima da serra do rio
3480 Pelotas. Nesse sentido, da forma como está, não vejo nenhum conflito ou objeção a
3481 esses termos, já que a proposta de implementação desse corredor ecológico e até
3482 da própria Unidade de Conservação já é uma iniciativa concretizada pelo próprio
3483 MMA.

3484

3485

3486 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Então, se eu entendi, você
3487 está encaminhando contra a moção? É isso?

3488

3489

3490 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Não contra, nesses termos nós não
3491 teríamos objeção, porque inclusive o que está sendo solicitado, eu só estou
3492 esclarecendo que o que está sendo solicitado, no que compete ao MMA, já foi
3493 totalmente concluído e encaminhado, tanto na perspectiva de criação do corredor,
3494 como inclusive do próprio processo de criação de uma Unidade de Conservação na
3495 área.

3496

3497

3498 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – É porque a Mesa define um
3499 encaminhamento de defesa e um encaminhamento contra, eu pergunto se algum
3500 Conselheiro quer fazer um encaminhamento contra essa moção, senão nós vamos
3501 passar à votação. Tem um Conselheiro que encaminhará contra.

3502

3503

3504 **SR. NIRO AFONSO PIEPER (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)** – Boa
3505 tarde à Mesa, boa tarde a todos. Na verdade eu ia fazer uma declaração de voto,
3506 mas dada a mudança do posicionamento do Ministério, preciso me manifestar
3507 contrário, porque na justificativa continua fazendo referência ao termo de
3508 ajustamento. O termo de ajustamento é um compromisso entre partes e gera título
3509 executivo, não precisa de moção para cumprimento. E aí nós chegamos à, como

3510disse a Lisiane, sobre, na verdade, o que dizem os compromissos e se eles estão ou
3511não cumpridos. O Estado do Rio Grande do Sul é a favor do corredor, contra a
3512moção e explico o porquê. Todo objeto é fruto de um licenciamento defeituoso, de
3513conhecimento público, defeituoso para usar termo romântico, escandaloso e para
3514evitar que mais uma vez a prepotência seja instigada, por força da moção é que nós
3515vamos votar contrários, somos a favor do corredor, com discussão e inclusive
3516participamos junto com o Estado de Santa Catarina justamente para estabelecer lá
3517os critérios de que tipo de unidades, esses estudos até são acompanhados pelo
3518próprio Ministério, mas quando ainda da discussão do cumprimento, não era tão
3519tranquila assim a definição e a própria participação do Estado e dos seus
3520governantes, em todos os níveis, não era tão tranquila, por isso mesmo gostaríamos
3521que isso se desse de forma democrática, com a participação dos entes e não na
3522forma de Resolução ou de moção justamente para não instigar mais uma vez essa
3523forma mais autoritária e de não participação.

3524

3525

3526**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Conselheiro. Bom,
3527passamos à votação. Nós só ouvimos... Encaminhando contra? Você está pedindo
3528um esclarecimento, é isso? Vamos ouvir o pedido de esclarecimento para o Plenário
3529votar esclarecido.

3530

3531

3532**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Eu gostaria de um esclarecimento do representante
3533do MMA, que você fez um paralelo em relação à criação do corredor ecológico e a
3534criação do Refúgio da Vida Silvestre do rio Pelotas, é isso?

3535

3536

3537**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Em seguida a esse
3538esclarecimento nós vamos votar, porque já houve um encaminhamento contra, um a
3539favor.

3540

3541

3542**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Já aproveito para fazer um
3543esclarecimento tanto à Ceicilene quanto ao colega do Rio Grande do Sul. O que nós
3544mencionamos aqui é que do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, o que
3545está sendo solicitado aqui é exatamente um compromisso que o Ministério já
3546assumiu, como também o Ministério de Minas e Energia, ao assinar o termo de
3547compromisso lá em 2005, que era exatamente isso, se comprometer a fazer os
3548estudos para fins de implantação de um corredor ecológico naquela área
3549interligando. Então o que eu mencionei é que no que compete ao Ministério do Meio
3550Ambiente, todas essas ações foram implementadas e eu só acrescentei que para a
3551implementação desse corredor, o Ministério não só elaborou os estudos, que era
3552objetivamente o que a cláusula 6º do TAC exigia, como também apresentou
3553adicionalmente uma proposta de criação de uma Unidade de Conservação na área,
3554que também passou por todo um processo de consulta pública, inclusive no Rio
3555Grande do Sul nós fizemos consultas nas cidades de Bom Jesus e São José dos
3556Ausentes, também no Estado de Santa Catarina e do ponto de vista processual, isso
3557tudo já foi concluído no âmbito do MMA, o processo já está numa fase de tramitação
3558que já está além dessa parte de instituição que compete ao Ministério do Meio
3559Ambiente. Então nesse sentido, não que seja um paralelo, mas o que está sendo
3560solicitado é exatamente o compromisso que já foi por nós assumido e portanto eu
3561não vejo conflito na aprovação desses termos agora apresentados.

3562

3563

3564 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado. Vamos à votação.
3565 Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação dessa moção, por favor, levantem
3566 crachá de votação. Os que são favoráveis a esta moção, é isso? Mantenham, por
3567 favor. Podem abaixar. Aqueles que são contrários, por favor, levantem o crachá.
3568 Abstencões. Então está aprovada a moção apresentada pela MIRA-SERRA.
3569 Passamos à moção seguinte, encaminhamento a favor, defesa e justificativa e em
3570 seguida, se houver, encaminhamento contra. Chamamos para defender a moção o
3571 representante da MOVER... Aliás, desculpe, o proponente é MOVER mesmo, dessa
3572 Resolução? É Novos Curupiras. Ok, o representante dos Novos Curupiras para fazer
3573 a defesa.

3574

3575

3576 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Eu acho que
3577 não é preciso, até porque a novela dessa moção já está bastante, quase 1 ano. O
3578 assunto em pauta é a moção sobre Belo Monte, ela já é de conhecimento de todos,
3579 e a minha fala de esclarecimento do próprio IBAMA mostra o processo de
3580 vulnerabilidade com o licenciamento e as argumentações para tal empreendimento
3581 do Governo Federal. Não é à toa que pelo menos louvar a iniciativa dos técnicos, a
3582 partir do momento que se manifestam aí sobre os condicionantes e aí, até onde eu
3583 sei, o licenciamento é dado por completo, mas por uma questão operacional e
3584 política, a gente observa que tem os condicionantes do licenciamento fracionado,
3585 espero que num momento hábil o IBAMA possa esclarecer isso para que isso não se
3586 torne uma rotina dos empreendimentos do Governo Federal. Bom, a justificativa já
3587 se deu desde o impacto a ser realizado diretamente com as populações tradicionais,
3588 onde vai ter um impacto do projeto, onde Belo Monte vai custar tão caro e tantas
3589 incertezas sobre quanto iria realmente gerar de energia, que torna inviável sua
3590 construção. O próprio Tribunal de Contas questionou os valores apresentados pela
3591 autoridade do Governo e os custos ambientais e sociais para construir a
3592 hidroelétrica. Seria impossível contabilizar os custos de todos os impactos que
3593 destruiriam aquela região do Xingu, onde pretendem construir Belo Monte. Os
3594 impactos que afetariam a sobrevivência dos povos indígenas e dos ribeirinhos com a
3595 perda do turismo, da atividade pesqueira, da cultura, dos laços sociais e familiares,
3596 problemas com a contaminação, com os poços e a perda da biodiversidade, de
3597 enchentes graves ou de secas piores que podem alterar para sempre os rios da
3598 região e levar à extinção da flora e da fauna daquela biodiversidade. Então entender
3599 isso, ainda mais que nós estamos numa reunião ordinária, a 100ª, que ela é
3600 histórica, ela é fundamental, esse Conselho, na verdade, escrever na história
3601 ambiental desse País. Então essa moção tem o papel fundamental e não é
3602 questionar a pessoa de A ou B, mas o projeto todo de Belo Monte, dos 20 anos de
3603 resistência desse projeto que não é à toa que ele ganha a sua história dentro da
3604 resistência dos povos da Amazônia. Obrigado.

3605

3606

3607 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado, Alan. Eu pergunto
3608 se algum Conselheiro do Plenário quer encaminhar contrariamente à moção.

3609

3610

3611 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Boa tarde. Eu
3612 encaminho contra a moção até porque as informações do nosso colega aqui estão
3613 um pouco desencontradas. Eu queria só resgatar que esse projeto vem sendo

3614 discutido há 20 anos e o rio foi re-inventariado, existia a previsão de construir umas
36153 ou 4 hidrelétricas ali, com esse re-inventário nós diminuimos a potência,
3616 diminuimos a área alagada, não há interferência direta em terras indígenas, houve
3617 um grande ganho ambiental no projeto de Belo Monte. Esse projeto está sendo
3618 acompanhado paripasso pelo IBAMA, pela Casa Civil da Presidência da República,
3619 pela FUNAI, pela ANEEL, enfim, e as instituições estaduais, todos garantimos que
3620 todos os impactos sejam minimizados, compensados, todas as questões sociais
3621 sejam atendidas como o Governo Federal tem se comprometido ao longo de toda a
3622 discussão do projeto de Belo Monte nesse Governo. Por isso que eu encaminho
3623 contra a moção.

3624

3625

3626 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado. Eu pergunto se o
3627 Plenário está esclarecido. Passamos então à votação. É complemento, Urbano, que
3628 o encaminhamento contra já foi feito e o a favor também. Mas se eu abro um
3629 complemento... No caso a favor ou contra? Contra? Aí nós vamos ter que abrir um
3630 complemento a favor também. Eu entendi que o plenário está esclarecido. O
3631 plenário quer abrir ainda mais um encaminhamento contra e um a favor? Não?
3632 Urbano, então eu peço a compreensão, o plenário está se sentindo esclarecido,
3633 passamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis a esta moção, favor
3634 levantar o crachá de votação. Ok. Podem abaixar. Os Conselheiros que são
3635 contrários a essa moção, levantar o crachá de votação. Abstenções. A moção foi
3636 rejeitada. Passamos à próxima. A moção que trata, proposta de moção de repúdio
3637 ao projeto estaleiro da OSX na Bahia norte da ilha do Estado de Santa Catarina,
3638 para defender a moção convidamos ao microfone o representante da Sócios da
3639 Natureza, Tadeu. 3 minutos.

3640

3641

3642 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Bom, a nossa moção foi
3643 apresentada dia 25 de agosto, por questão de não haver quorum, foi transferida para
3644 hoje. A gente, na época, apresentou a moção, a gente prefere falar de protesto, ao
3645 invés de repúdio, pela forma que foi conduzido o processo de licenciamento pela
3646 Fátima, quando deveria ser pelo IBAMA, já que atende à Resolução 237 que fala
3647 sobre mar territorial. Repudiamos também o tratamento dado ao parecer do ICMBio,
3648 que é soberano e legítimo, quando aponta a preocupação com a biodiversidade
3649 local. Existem duas Unidades de Conservação, do qual existe uma proposta do
3650 Governo pedindo aprimoramento do entorno das Unidades de Conservação, repudia
3651 o descaso dado às comunidades e associações de ONGs ambientalistas. As
3652 comunidades do continente são a grande maioria de pescadores artesanais e as
3653 associações são a grande maioria de (...), praia Daniela, na ilha de Florianópolis.
3654 Dezenas de textos, artigos e manifestações acompanham essa solicitação que foi
3655 endereçada à Presidência do CONAMA. Nós fizemos uma observação que o
3656 potencial financeiro da empresa que educadamente nos solicitou anteriormente que
3657 a gente fizesse a retirada, o potencial dessa empresa OSX permite que instale o
3658 estaleiro em local do Estado de Santa Catarina, em Ibituba ou Itajaí, mas não na ilha
3659 de Florianópolis. Notícias vinculadas essa semana na mídia catarinense informaram
3660 da desistência do empreendedor em continuar buscando o licenciamento. Mas de
3661 qualquer forma, nós mantemos a solicitação, tendo em vista que a importância de
3662 uma moção de protesto não está apenas contra o ato da proposta do
3663 empreendimento, mas como forma de alertar ao empreendedor e aos
3664 empreendedores deste País, aos projetistas deste País, aos que elaboram
3665 EIA/RIMA, a toda uma equipe multidisciplinar que fazem projetos em desacordo com

3666a legislação existente no país, fazem projetos sabendo que não está atendendo à
3667legislação ambiental e colocam em xeque a aprovação e quando não acontece isso,
3668quando é desaprovado, colocam a culpa nas ONGs, nos ambientalistas e nos
3669próprios órgãos ambientais. A nossa indagação é quando é que haverá essa
3670redução desse conflito entre o setor produtivo e o setor ambientalista deste País.
3671Esperamos que o próximo Governo promova essa aproximação entre o setor
3672produtivo e a comunidade ambientalista, para um diálogo, não que venha a resolver
3673de vez o problema, mas que reduza esse conflito, porque a cada ano que passa, a
3674cada dia que passa, o conflito vai aumentando com mais intensidade. Eu peço
3675encarecidamente a aprovação desta proposta.

3676

3677

3678**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Ok Conselheiro, obrigado. Eu
3679pergunto se algum Conselheiro encaminha ao contrário. Patrícia Bozon, CNT.

3680

3681

3682**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu vou pedir permissão ao
3683Plenário para passar a palavra para o advogado da OSX.

3684

3685

3686**O SR. VICENTE (Advogado da OSX)** – Obrigado senhor Presidente, obrigado
3687Conselheira. Senhoras e senhores Conselheiros, essa matéria perdeu o objeto
3688completamente para a discussão nesse momento. Eu fiz chegar à Mesa hoje pela
3689manhã cópia de um expediente dirigido à senhora Ministra, cópia de um expediente
3690dirigido ao Sr. Presidente do Chico Mendes e também o expediente dirigido à
3691Fátima, desistindo desse empreendimento no Estado. O estaleiro entendeu por bem,
3692diante do apelo da comunidade catarinense, desistir do empreendimento naquele
3693Estado. Portanto, eu faço um apelo ao Conselheiro do sul que apresentou essa
3694proposição, que a retirada de pauta dessa proposição, ou se na hipótese de
3695permanecer a discussão, faço o apelo aos senhores Conselheiros que votem contra
3696o encaminhamento, tendo em vista que não há objeto a ser discutido sobre essa
3697matéria. Obrigado.

3698

3699

3700**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Obrigado Dr. Vicente.
3701Pergunto se o Plenário está esclarecido, podemos passar... Aliás, o nosso
3702advogado, colega aqui de longa data aqui do IBAMA também fez um apelo ao autor
3703da proposição. Pergunto se o Tadeu atende, não atende, para a gente dar
3704encaminhamento à votação.

3705

3706

3707**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Veja bem, a moção foi resultado
3708de um processo de várias entidades de Santa Catarina e não tem como eu agora
3709tomar uma decisão de fazer a retirada sem consultar... São quase 60 entidades,
3710associações e ONGs e não tenho como retirar. E volto a salientar, fica o alerta para
3711que a partir desse próximo Governo, os empreendedores tentem se adequar à
3712legislação existente e que conversem com antecipação com as comunidades que
3713serão afetadas.

3714

3715

3716**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Então está mantida a
3717proposição. Passamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à moção

3718apresentada pela Sócios da Natureza, favor levantar o seu crachá de votação. Ok.
3719Podem abaixar. Os que são contrários, por favor, levantem o crachá. Abstenções.
3720Ok, então foi rejeitada a moção. Agradeço aí aos Conselheiros que apresentaram,
3721justificaram ou defenderam ou não a proposta. Passamos à próxima moção que
3722trata, é a proposta de moção sobre a política integrada de combate a incêndios
3723florestais, apresentada pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das
3724Policiais Militares, Corpos de Bombeiros Militares, eu convido o Coronel Nomura
3725para a defesa desta moção. Aliás, só lembrando que houve um pedido de uma
3726alteração apenas na destinação da moção no último parágrafo, e que a CNCG já
3727concedeu essa alteração, então está em tela a Resolução. Alteração é onde está
3728grifado ali, Casa Civil da Presidência passa a ser ao Governo Federal. Nós já
3729acertamos isso com o Coronel Nomura.

3730

3731

3732**O SR. CEL. MILTON SUSSUMU NOMURA (CNCG)** – Boa tarde à Mesa. Boa tarde
3733senhores Conselheiros. Primeiramente eu gostaria de me apresentar em função de
3734que tomamos posse na última reunião e represento aqui o Conselho Nacional dos
3735Comandantes Gerais, na verdade, na prática, a gente representa todas as policiais
3736militares do Brasil e também todos os corpos de bombeiros do Brasil. E é em função
3737dessa representação que nós trabalhamos em conjunto não apenas com o IBAMA,
3738mas também com a comunidade científica na construção dessa moção,
3739principalmente, como eu disse, em função de que as policiais militares dos estados e
3740dos corpos de bombeiros dos estados atuam diretamente no combate aos incêndios
3741florestais, obviamente que tudo articulado pela estrutura federal e é bem verdade
3742que encabeçado pelo PrevFogo, pelo IBAMA. Esse pedido que nós fazemos de
3743moção leva em conta os números oficiais, até que recentemente foram divulgados,
3744até pelo próprio Ministério do Meio Ambiente que nos remetem a mais de 12 mil
3745focos de incêndios florestais neste ano, que significa um aumento mais de 140% em
3746relação a 2009. É bem verdade que o Governo Federal, através do Ministério, tem
3747anunciado investimentos que ao que me consta já chegaram a cerca de 20 milhões
3748este ano, com promessa de mais 20 milhões. Mas sabemos, e a gente sente isso na
3749ponta da linha, sabemos que o sistema e que a estrutura ora implantada precisa ser
3750incrementada, e é mais nesse sentido que nós propomos essa moção, o que nós
3751pedimos é que este Plenário, que este Conselho empreste o seu prestígio e a sua
3752legitimidade em apoio ao fortalecimento dessa estrutura que já existe, é verdade. Na
3753verdade o que a gente pede em linhas gerais é combustível, sem qualquer trocadilho
3754aos incêndios florestais, mas é combustível a todo esse trabalho que já vem sendo
3755realizado e que a gente possa definitivamente, lá na ponta da linha, sentir realmente
3756os efeitos de todo esse trabalho. A proposta foca 3 aspectos, não apenas a questão
3757de fortalecimento das estruturas existentes, mas também focarmos o trabalho de
3758prevenção e fundamentalmente a busca de alternativas de forma que a gente possa
3759substituir algumas práticas agropastoris que ainda prevalecem, que obviamente é a
3760utilização do fogo nas queimadas.

3761

3762

3763**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Ok Coronel, só uma consulta
3764breve aqui, a nossa assessora da Ministra, Marília Marreco, lembrou bem aqui que
3765também ao Governo Federal pode ficar um pouco genérico. Então a sugestão é que
3766seja Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, pelo menos
3767se endereça ao MMA que vai dar procedimento à matéria. Mas pode ser assim?
3768Algum Conselheiro quer encaminhar contrário a essa Resolução? Podemos passar
3769à votação?

3770

3771

3772O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA) – Eu queria fazer um
3773comentário, Coronel, senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros. Esse tema
3774de fato é um tema momentoso, nós vivemos aí uma situação crítica este ano,
3775sobretudo, de incêndios florestais e reconhecemos a necessidade desse
3776planejamento integrado. E por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, mas com
3777anuência da Casa Civil e dos demais setores do governo, nós deflagramos um
3778debate interno, por enquanto ao Governo Federal envolvendo todos os Ministérios
3779que têm responsabilidade sobre essa questão, incluindo o Ministério da Agricultura,
3780o Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente no sentido de buscar construir
3781ações que visem a uma mudança no paradigma agropastoril, nós entendemos que é
3782fundamental essa diretriz, então nós estamos trabalhando em 3 vertentes principais:
3783uma de caráter preventivo, são medidas educativas, de capacitação, construir
3784parcerias visando a essa busca de um novo paradigma. Em segundo lugar, ações
3785direcionadas mais para o combate ao fogo propriamente dito, quer dizer, construir
3786novas políticas, novas ações visando a fortalecer o combate. E uma terceira,
3787aprimorar a questão da peritagem. Hoje nós temos uma dificuldade muito grande
3788para avaliar o grau de criminalidade que envolve a questão do fogo. Então, atuando
3789nessa direção, mas também já está alinhada a uma ação de buscar uma integração
3790com os estados, então isso também já está previsto e com certeza, aí por extensão,
3791as corporações do corpo de bombeiros, de modo que nós temos uma expectativa
3792de, nos próximos dias, até o final deste ano, nós termos uma minuta de uma
3793proposta de um plano integrado, que vai na direção do que o senhor preconiza.
3794Então é muito oportuna essa moção, eu diria que do ponto de vista do Ministério do
3795Meio Ambiente nós acolhemos e sugerimos até como uma manifestação deste
3796Plenário, que nós possamos aprovar uma moção, porque eu acho que é algo
3797totalmente convergente, não há nenhuma divergência de mérito. Então eu quero
3798aqui, em nome da Ministra, dizer que nós apoiamos essa moção.

3799

3800

3801O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA) – Obrigado secretário,
3802Presidente da Mesa. Passamos à votação, os Conselheiros que são favoráveis à
3803moção, por favor, levantar o crachá. Podem abaixar. Os que são contrários.
3804Abstenções. Então está aprovada por unanimidade, parabéns à CNCG pela
3805proposição, não é fácil uma moção passar aqui por unanimidade. Passamos então
3806às Resoluções na Ordem do Dia. A primeira delas, proposta de Resolução que
3807dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de
3808significativo impacto ambiental que afetam a Unidade de Conservação ou sua zona
3809de amortecimento e dá outras providências. Esta Resolução procede da 3ª reunião
3810do Grupo Assessor da zona de amortecimento de Unidade de Conservação, essa
3811matéria foi apresentada na 95ª reunião ordinária, foi apreciada durante a 13ª e 14ª
3812reuniões da Câmara Técnica de Unidades de Conservação e discutida em 3
3813reuniões conjuntas desta Câmara de Unidades de Conservação com a Câmara
3814Técnica de Assuntos Jurídicos, em 5 de novembro do ano passado, 16 e 17 de
3815novembro do ano passado e 24 de fevereiro deste ano de 2010, tendo sido
3816aprovada nesta última e levada à 97ª reunião ordinária, onde recebeu 19 pedidos de
3817vista, decidiu-se pela criação de um Grupo Assessor que se reuniu pela primeira vez
3818em 6 de maio de 2010. Durante a 98ª reunião ordinária a relatora do Grupo
3819Assessor, Dra. Marília Marreco solicitou ao Plenário a extensão do prazo
3820originalmente concedido na 97ª reunião ordinária para a apresentação final de
3821proposta. O Grupo Assessor reuniu-se então nos dias 6 de agosto e 9 e 10 de

221

222

3822setembro, concluindo por um texto com alguns dissensos. Eu peço que a
3823coordenadora e relatora do Grupo Assessor faça uma exposição sobre a proposta
3824que está em tela. Eu peço que seja colocado em tela, Danilo, a proposta do Grupo
3825Assessor.

3826

3827

3828**A SRª MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Só complementando aqui a
3829retrospectiva do Nilo, lembrando que como nós tivemos uma série de pedidos de
3830vistas, a exemplo de outras Resoluções do CONAMA, foi criado aqui por decisão do
3831Plenário um Grupo Assessor e lembrando que o artigo 41 do nosso Regimento, no
3832seu § Único define a competência do Grupo Assessor em termos de elaborar
3833pareceres, relatórios e estudos sempre que solicitado pelo Plenário. Então nesse
3834sentido, e a exemplo de outros grupos assessores, foi preparado um parecer e esse
3835parecer consiste de um substitutivo, ele agrega um substitutivo que foi elaborado
3836pelo grupo em função da consolidação dos vários pedidos de vistas que ocorreram
3837em função dessa Resolução. O produto que está lá na tela foi o consenso possível
3838de obter em termos do GA, a proposta está bem simplificada em relação à
3839proposição original. Nós pontuamos os dissensos que ainda persistiram no âmbito
3840do GA, que são basicamente em 3 pontos da Resolução: a primeira em relação ao
3841art. 3º, em que nós temos duas opções sobre a questão de prazo, só para lembrar,
3842no procedimento de autorização é dado um prazo para que o órgão responsável
3843pela administração da Unidade de Conservação se manifeste no prazo máximo de
384460 dias, dentro do prazo que é concedido no processo de licenciamento como um
3845todo, da Resolução 237, que são 180 dias. Então em função desse prazo houve
3846uma preocupação muito grande por parte dos membros do Grupo Assessor em
3847relação ao cumprimento desse prazo. Então em função disso foram formuladas duas
3848opções: a primeira opção pelo Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, o Governo do
3849Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal e a não-governamental
3850MIRA-SERRA e a segunda opção pela CNI, CNA, CNT, MPOG Transporte,
3851Agricultura, Indústria e Comércio e Minas e Energia. O segundo ponto de dissenso
3852diz respeito ao art. 5º. O art. 5º diz respeito aos procedimentos de licenciamento que
3853são efetuados sem o EIA/RIMA em que é necessário dar uma ciência ao órgão
3854responsável pela administração da UC. Então a grande dúvida foi a seguinte: como
3855nesse caso nós não temos um EIA/RIMA que possa esclarecer quanto ao impacto
3856do empreendimento em relação à Unidade de Conservação, qual seria o referencial
3857que seria utilizado pelo órgão licenciador para saber quando ou não ele deveria dar
3858ciência ao órgão responsável pela Unidade de. Então é no sentido de ter um
3859referencial. Então nós tivemos 3 opções em relação a isso: uma primeira opção que
3860foi proposta pelo Ministério da Agricultura, em relação ao inciso I, que diz que são
3861aqueles empreendimentos que causam impacto direto na Unidade de Conservação
3862ou quando ele estiver localizado na sua zona de amortecimento. A segunda opção é
3863do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio, que prevê 4 situações: quando ele
3864puder causar impacto direto na Unidade de Conservação, quando estiver localizado
3865em sua zona de amortecimento, quando estiver localizado no limite “x” da Unidade
3866de Conservação, na época nós ficamos de fazer uma proposição em relação a qual
3867seria essa distância e no caso de Unidades de Conservação marinhas, a distância
3868seria de 6 milhas náuticas. E a terceira opção, da CNA, que diz respeito, repete
3869basicamente os dois primeiros incisos em relação à questão do impacto direto da
3870zona de amortecimento e introduz dois incisos, quando o empreendimento
3871agropecuário estiver localizado no limite de até 1000 metros da Unidade de
3872Conservação e repete o inciso IV da proposta anterior em relação à questão das
3873Unidades de Conservação marinhas em relação às 6 milhas náuticas. E por último,

3874seguindo a Resolução, o próximo dissenso que nós temos é um dissenso do
 3875Ministério do Transporte, em que ele, preocupado com a não revogação da
 3876Resolução 1390, ele propõe a supressão dos artigos que tratam de licenciamento
 3877sem EIA/RIMA, que seria basicamente o art. 5º. E, por último, o último artigo, o art.
 38787º, que é em relação a partir de quando a Resolução seria válida, que é em relação
 3879a novos empreendimentos, que nós tivemos também um dissenso com o Ministério
 3880Público Federal e por último o art. 8º, que revoga basicamente as Resoluções que já
 3881existem que dispõem em contrário em relação a essa Resolução e que têm um
 3882dissenso também com o Ministério Público Federal em relação à não revogação
 3883dessas Resoluções. Só para esclarecer, depois nós podemos inclusive pegar cada
 3884uma dessas Resoluções, todas essas Resoluções, aquelas que na íntegra estão
 3885sendo propostas de serem revogadas e aquelas que artigos ou incisos específicos
 3886estão sendo propostos de serem revogados, dizem respeito a questões relacionadas
 3887a licenciamento ambiental, quer dizer, nós não estamos revogando aqui nenhuma
 3888Resolução que não trate especificamente do relacionamento entre o licenciamento
 3889ambiental e a questão das Unidades de Conservação. Então é basicamente esse o
 3890relato do GA, esse material já está disponível há bastante tempo no site do
 3891CONAMA e qualquer esclarecimento necessário, tanto eu quanto os demais
 3892membros do Grupo Assessor estamos aqui à disposição. Obrigada.

3893

3894

3895**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Dra. Marília. A Dra. Marília
 3896fez então o relato do trabalho do Grupo Assessor, o Grupo Assessor não conseguiu
 3897chegar a um consenso, mas aprimorou a proposta original, condensou-a, deixou ela
 3898mais enxuta e remeteu aqui para a avaliação da Plenária esses pontos de dissenso.
 3899Então eu acho que o procedimento que a gente podia fazer é adotar o texto do
 3900Grupo Assessor como nosso texto base, respeitando já as emendas que são
 3901apontadas e após, se for aceito esse texto base, nós aí abriríamos o processo das
 3902emendas que com certeza deverão ser oferecidas pelo plenário.

3903

3904

3905**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu não sei exatamente em que ponto
 3906seria isso, mas eu acho que seria oportuno agora. Eu participei desde o início da
 3907elaboração da proposta, quando ela era apenas para disciplinar o § 3º do art. 36,
 3908que é para empreendimentos de grande impacto, com EIA/RIMA. Nessa conjuntura
 3909foi contrabandeada a matéria da revogação da Resolução 013, que é aquela famosa
 3910dos 10 quilômetros de entorno. Evidentemente nós sabemos que 10 Km de entorno
 3911para proteção é bastante complicado, mas também sabemos que simplesmente
 3912revogar uma Resolução que tem como objetivo proteger qualquer Unidade de
 3913Conservação dos impactos e que não está revogada, e que ainda está em validade,
 3914eu acho também temeroso. Então a intenção de permanecer nas várias instâncias
 3915que trataram dessa Resolução foi de garantir um mínimo para as Unidades de
 3916Conservação, para os licenciamentos realizados por estados e municípios, que não
 3917tenham EIA/RIMA. Então, a grosso modo, como exemplo, o caso de uma reserva
 3918biológica que vá ter supressão de uma moita na sua área de amortecimento, mas
 3919que não exija EIA/RIMA. Bom, é claro que esse impacto não vai causar grandes
 3920danos dentro da reserva biológica, mas nós sabemos que é de vital importância que
 3921essa reserva biológica ao menos tenha ciência de que isso está sendo feito. Então,
 3922essa mínima garantia é que se tenta colocar nessa proposta. Bom, então até aí nós
 3923tínhamos uma concordância de todos os membros, chegou em plenário, voltamos
 3924atrás, foi para o Grupo Assessor. No Grupo Assessor estava tudo muito bem
 3925encaminhado, chegou na última hora do último dia e se mudou, se alterou o art. 5º,

3926que ainda também está bem aberto, são 3 opções, e no final ainda se retirou essa
3927mínima ciência que é dada às Unidades de Conservação, se retirou dessa categoria
3928as APAs e as RPPNs. Então a proposta que deveria, ali ficou muito mal a redação,
3929porque parece que a MIRA-SERRA está propondo a inserção das APAs e das
3930RPPNs na exclusão da ciência, na verdade é o contrário, ela retira a APA e a RPPN.
3931Então a nossa proposta, na realidade, em consonância com o que nós estamos
3932afirmando aqui é que somente em áreas consolidadas essa ciência não seja exigida,
3933mas nos demais casos ela permaneça, é uma ciência, não está pedindo uma
3934autorização, não está pedindo permissão, é uma ciência, um direito à informação de
3935uma Unidade de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
3936Então, antes de nós votarmos na aprovação do texto, eu só queria deixar isso claro,
3937que se nós aprovarmos esse texto base, nós estamos aprovando também essa
3938alteração que dá a possibilidade de regramento entre os órgãos, que eu acho muito
3939oportuno, realmente acho muito oportuno, mas nós não podemos contrabandear
3940matérias e deixarmos uma Resolução que ainda é válida, inclusive o próprio
3941Ministério é réu por causa dessa Resolução, 2 Ministérios inclusive, são duas ações,
3942nós não podemos simplesmente retirá-la sem dar o mínimo de garantia para a
3943proteção ambiental na área circundante da Unidade de Conservação, no mínimo
3944uma ciência. Então depois no decorrer eu vou pedir para a Mesa que eu possa
3945apresentar alguns elementos mais factíveis.

3946

3947

3948**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Era exatamente isso, Lisiane,
3949que eu quero esclarecer. Veja, nós, votando o texto base, o Plenário é soberano,
3950votando o texto base sem prejuízo de emendas, todas essas observações que você
3951fez de alterações que foram feitas no Grupo Assessor podem ser restituídas em
3952Plenário, não há nenhum prejuízo. A questão é que votando o texto base nós já
3953também deixamos assegurados aqueles dispositivos que por acaso o Plenário não
3954venha a mexer, então eles já estão previamente aprovados e não há nenhum
3955questionamento, então não precisamos depois ficar discutindo ponto a ponto a
3956Resolução, fazendo um trabalho que o Grupo Assessor já fez. É só isso. Então eu
3957quero submeter ao Plenário a votação do texto base, sem prejuízo de emendas,
3958como já é praxe nesse Plenário. O Plenário está esclarecido? Podemos votar? Os
3959Conselheiros que são favoráveis ao texto base, sem prejuízo de emendas ou sem
3960prejuízo do acordo naqueles pontos divergentes do Grupo Assessor, por favor,
3961levantar o crachá. Os Conselheiros que são contrários. Abstenções. Então está
3962aprovado o texto base, passamos então à discussão de emendas e também
3963daqueles dispositivos aos quais o Grupo Assessor não conseguiu chegar a acordo.
3964O Rômulo, depois o representante do Ministério do Planejamento. Só uma dúvida
3965aqui da Mesa, só um esclarecimento, nós vamos fazer agora intervenções no
3966sentido de apresentação de emendas, correto? É isso Rômulo?

3967

3968

3969**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Quando eu fiz
3970a minha inscrição você não tinha apresentado o texto base ainda, não tinha sido
3971votado o texto base e a minha intervenção era uma observação só de caráter rápido
3972para que a gente lembrasse. Nós fomos o proponente desta Resolução e a
3973trouxemos aqui em função da necessidade de buscar um processo de harmonização
3974no que diz respeito às autorizações para licenciamento ambiental que ocorriam nos
3975vários aspectos, seja ele de significativo impacto ambiental ou não. Então nós
3976puxamos uma série de propostas já construídas, inclusive em curso no CONAMA, já
3977havia uma proposta em tramitação no CONAMA propondo a revogação explícita da

397813, onde nós trouxemos para a proposta, trouxemos um conjunto de procedimentos, 3979na realidade e eu já coloquei isso em vários momentos, nós não propusemos 3980absolutamente a criação de nenhuma regra nova, nós só propusemos um processo 3981de harmonização para que permitisse que os 27 estados, órgãos de licenciamento 3982ambiental dos 27 estados, aproximadamente 15 órgãos de gestão de Unidades de 3983Conservação tivessem um procedimento harmonizado. Em muito simplifica o que a 3984princípio a gente propõe que no primeiro momento se vê uma perda com a 3985revogação da 013, nós propusemos um processo de ciência onde está pressuposto 3986de uma relação de confiança entre o órgão de licenciamento e o órgão gestor de 3987Unidade de Conservação para que isso possa funcionar. O princípio que a gente 3988tem é que as instituições têm uma capacidade de harmonização e evitando 3989efetivamente o prejuízo a uma série de processos, a uma série de empreendimentos 3990desnecessários. Uma outra coisa que é importante citar é que no que a gente 3991organiza de procedimento e pela forma que nós propusemos, isto não representa 3992meia hora a mais no processo de licenciamento, nos prazos do processo de 3993licenciamento já estabelecidos. Então quando a gente propõe que o órgão seja 3994escutado no momento do termo de referência e que o órgão de licenciamento se 3995manifeste sobre ele nos primeiros 15 dias e nos dá 60 dias para manifestações, 3996pressupõe ainda um saldo de aproximadamente 120 dias, previsto no sistema de 3997licenciamento ambiental. Então o que a gente está propondo é a simples 3998harmonização dentro de todos os prazos que já estão previstos no processo de 3999licenciamento e entendo que apesar de numa primeira impressão a gente entender 4000que se fragiliza as Unidades de Conservação, nós entendemos que ao contrário, em 4001simplificar o processo de regra, nós podemos sim contribuir e melhorar o processo 4002de gestão de áreas protegidas no Brasil. Obrigado, desculpem aí eu me alongar. 4003(*Palmas!*).

4004

4005

4006**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós vamos... Eu peço que os 4007Conselheiros já direcionem as suas intervenções para emendas, para termos uma 4008idéia do total de emendas e planejarmos um pouco essa discussão.

4009

4010

4011**O SR. NILSON FIGUEIREDO FILHO (MPOG)** – Boa tarde, o Ministério do 4012Planejamento tem duas propostas de emenda: uma, a primeira, um parágrafo único 4013no art. 1º, eu vou ler aqui o texto. Então parágrafo único do art. 1º: esta Resolução 4014se aplica somente às Unidades de Conservação criadas até a data de solicitação da 4015licença ambiental.

4016

4017

4018**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Essa proposta de emenda de 4019um novo parágrafo é do Ministério do Planejamento, certo? Então, Danilo, coloca em 4020vermelho e nominando aí na frente, novo parágrafo ou antes, MPOG. Próxima.

4021

4022

4023**O SR. NILSON FIGUEIREDO FILHO (MPOG)** – A nossa outra sugestão é um § 6º 4024no art. 2º; § 6º: na hipótese de inobservância do prazo previsto no *caput*, o órgão 4025responsável pela administração da UC deverá encaminhar ao órgão licenciador e ao 4026órgão central do SNUC a justificativa para o descumprimento. A nossa intenção 4027básica com essas duas propostas é dar maior previsibilidade a esse processo. 4028Obrigado.

4029

4030

4031 **O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Muito obrigado
4032 Conselheiro. Eu queria fazer uma ponderação a este Conselho. Enquanto nós não
4033 temos um outro Regimento Interno, nós temos que acolher as emendas em plenário,
4034 na forma como se dá aqui. Agora, me parece uma coisa absolutamente irracional,
4035 porque imagina se nós vamos agora ditar todas as emendas aqui, os senhores vão
4036 ficar aqui estatelados, esperando isso ficar pronto. Eu acho que é um desrespeito a
4037 esse Conselho, aos Conselheiros. Então eu queria sugerir aqui que nós façamos um
4038 pequeno intervalo de 15 minutos para que quem tem emenda se dirija à Secretaria,
4039 que acolherá as emendas e nós voltamos para cá já com a coisa organizada, porque
4040 desse jeito aqui eu considero isso um desrespeito aos senhores. *(Palmas!)* Eu
4041 espero que no futuro o Regimento Interno preveja uma antecedência para
4042 apresentar a emenda de “x” horas, não é possível apresentar uma emenda de
4043 plenário, apresentar 1 emenda de plenário, 2, tudo bem, mas apresentar um
4044 caminhão de emendas no plenário, depois que já passou pela Comissão Temática,
4045 já amadureceu, decantou, é como se nós tivéssemos fazendo a Resolução tudo de
4046 novo. Eu não acho isso uma coisa razoável, sinceramente eu não acho. Então, pela
4047 manifestação aqui, 15 minutos de intervalo.

4048

4049

4050 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Secretário, eu tenho que
4051 me manifestar, porque eu como Conselheira, sabedora disso, mandei a emenda
4052 antes do Plenário e nós fomos orientados pela Diretoria do CONAMA de que tinha
4053 que ser apresentada aqui, que não poderia vir antes. Então, eu concordo, tanto que
4054 eu pedi para já incluir como se fosse emenda da CNT na matéria para que os
4055 Conselheiros já viessem com a coisa em mente, mas fomos orientados que só
4056 poderia ser apresentada aqui, por isso que a gente está fazendo isso.

4057

4058

4059 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Conselheiro Patrícia, as
4060 emendas são apresentadas aqui sim, mas é que nós poderíamos ter feito essa
4061 apresentação no início da plenária, foi falha nossa.

4062

4063

4064 **O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Eu peço que os
4065 Conselheiros não se retirem do contexto aqui do Conselho, vamos ficar mobilizados
4066 que dentro de 15 minutos nós vamos convocar todos novamente.

4067

4068

4069 *(Intervalo).*

4070

4071

4072 **O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Muito bem, o trabalho de
4073 digitação está concluído, eu peço muitas desculpas aos Conselheiros por esse
4074 infortúnio de terem que ficar aguardando a digitação e eu já conversei aqui com o
4075 Nilo que nós precisamos corrigir e deixar mais claro qual é o processo de
4076 apresentação de emendas para que quando os Conselheiros estão aqui prontos
4077 para votar, a matéria estar em ordem para votar. Então eu peço desculpas, mas já
4078 chamando o Nilo aqui para os encaminhamentos. Então, qual é a proposta? Como
4079 nós temos o dia de amanhã previsto na nossa pauta para votação dessa matéria e
4080 hoje nós temos a premiação do Chico Mendes e pela adesão aqui significativa
4081 muitos das senhoras e dos senhores vão participar da premiação às 19h00min, nós

4082 precisamos liberá-los, nós não podemos avançar. Então, nem me atrevo a propor
4083 avançar. Então, qual é a idéia? A idéia aqui é que o nosso Secretário-Executivo faça
4084 uma apresentação do conjunto das propostas de emendas que foi apresentado aqui
4085 por vários Conselheiros, já amanhã iniciamos a votação logo no primeiro minuto da
4086 sessão de amanhã. Então, meu caro Nilo, a palavra para fazer então a leitura da
4087 matéria com as suas emendas.

4088 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Ok, Secretário, no art. 1º o
4089 Ministério do Planejamento apresentou já uma emenda que foi lida de um novo
4090 parágrafo e a emenda... Nós vamos fazer essa leitura agora, Conselheiros, eu peço
4091 a atenção, por quê? Tendo o conhecimento, todo o Plenário tendo conhecimento
4092 das emendas, ficará bem mais fácil amanhã a discussão e a votação de cada uma
4093 delas, correto? Nossa expectativa é que talvez a gente até, com meio dia de reunião
4094 amanhã, a gente possa concluir os trabalhos. Então eu peço a atenção dos
4095 Conselheiros para conhecermos aqui o teor das proposições. Então, do Ministério do
4096 Planejamento é um novo parágrafo que diz: esta Resolução se aplica somente a
4097 Unidades de Conservação criadas até a data de solicitação da licença ambiental. Aí
4098 temos uma emenda do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio de novo parágrafo:
4099 para efeitos desta Resolução entende-se por órgão responsável da administração da
4100 Unidade de Conservação os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades
4101 de Conservação – SNUC, conforme definido no inciso III, art. 6º da lei 9.985 de
4102 2000, a Lei do SNUC. Outra emenda do MMA, ICMBio e ABEMA de novo parágrafo
4103 diz o seguinte: nos casos de Unidades de Conservação que não possuem zona de
4104 amortecimento estabelecida, será considerado o limite de 6 mil metros,
4105 desconectadas as áreas urbanas consolidadas para a concessão das autorizações
4106 de que trata o *caput* deste artigo. Bom, no mesmo art. 1º nós temos uma emenda da
4107 Secretaria de Portos ao art. 1º que apenas acrescenta as siglas UC e ZA no texto e
4108 ao final, apesar usando a sigla UC, completa dizendo o seguinte, eu vou ler o texto
4109 todo para ficar claro: o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto
4110 ambiental que possam afetar UC ou zona de amortecimento, assim considerados
4111 pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em estudo de impacto ambiental
4112 e respectivo relatório de impacto ambiental EIA/RIMA, só poderá ser concedido após
4113 autorização do órgão responsável pela administração da UC, aí a emenda, ou no
4114 caso das reservas particulares de patrimônio natural, RPPN, pelo órgão responsável
4115 pela sua autorização e fiscalização. Então essa é a emenda da Secretaria de Portos.
4116 No art. 2º a Secretaria de Portos apenas faz uma supressão e acrescenta a
4117 expressão “licença prévia”, ficando assim, art. 2º: a autorização de que trata esta
4118 Resolução deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador antes da emissão
4119 da... Aí retira “primeira licença”, então antes da emissão da “licença prévia”, ao
4120 órgão responsável pela administração da UC. O restante está mantido. No § 2º, a
4121 Secretaria de Portos acrescenta, faz uma emenda aditiva que acrescenta o seguinte:
4122 o órgão ambiental licenciador deverá, antes de emitir os termos de referência do
4123 EIA/RIMA, consultar formalmente o órgão responsável pela administração da
4124 Unidade de Conservação quanto à necessidade e ao conteúdo exigido de estudos
4125 específicos relativos a impactos do empreendimento na Unidade de Conservação e
4126 na respectiva zona de amortecimento, o qual se manifestará num prazo máximo de
4127 15 dias úteis, contados do recebimento da consulta. No § 3º, a Secretaria de Portos
4128 propõe um novo § 3º, é isso? Suprime o atual e propõe um novo? Então, é um novo
4129 parágrafo. Ele está dizendo que não, Presidente. Ele está dizendo que é um
4130 parágrafo novo. Passaria a ter uma numeração em seqüência ao atual § 3º, que diz
4131 o seguinte: a consulta será acompanhada de memorial descritivo do
4132 empreendimento, contendo, no mínimo, suas características físicas e operacionais
4133 definidas, efluentes, fluxo de insumos e ruídos gerados, localização

4134georreferenciada e distâncias em relação às UCs e respectivas zonas de
4135amortecimento existentes na região onde será implantado. § 4º, aí é uma emenda
4136modificativa ao § 4º: o órgão responsável pela administração da UC facilitará o
4137acesso do interessado às informações disponíveis sobre a UC e a ZA e deverá
4138autorizar levantamentos da UC que sejam necessários para subsidiar os estudos
4139exigidos. Nova emenda do Ministério do Planejamento, seria um novo parágrafo,
4140pode tirar o 6º. Na hipótese de inobservância de prazo previsto no *caput*, o órgão
4141responsável pela administração de UC deverá encaminhar ao órgão licenciador e ao
4142órgão central do SNUC a justificativa para o descumprimento. Art. 3º, emenda da
4143Secretaria de Portos, é uma emenda modificativa do inciso II. O *caput* diz: o órgão
4144responsável pela administração da UC decidirá de forma motivada; II – pela
4145exigência de estudos complementares concernentes àqueles previamente exigidos
4146nos termos de referência do EIA/RIMA. Próxima emenda. Bom, aí nós temos uma
4147emenda da CNT e CNI de novo parágrafo ao art. 3º. Vamos ver só o *caput* do art. 3º,
4148é art. 5º? Está no lugar errado? Então faz aí um corta e cola aí, passando para o art.
41495º. O art. 4º não tem emenda. O art. 5º tem uma emenda do Ministério da Ciência e
4150Tecnologia e do Ministério da Agricultura propondo a supressão do art. 5º acima,
4151qual é o art. 5º? Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos
4152não sujeitos a EIA/RIMA, o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão
4153responsável pela administração da UC quando o empreendimento... Já está lá
4154embaixo. A Secretaria de Portos faz uma proposta de modificação desse *caput* do
4155art. 5º: nos processos de licenciamento de empreendimentos não sujeitos a
4156EIA/RIMA, o órgão ambiente licenciador deverá dar ciência do empreendimento
4157licenciado ao órgão responsável pela administração de UC, quando o
4158empreendimento; eu entendo que é quase uma emenda de redação nesse caso aí.
4159Temos uma proposta de novo parágrafo, da CNT e CNI dizendo: não necessitarão
4160de ciência os empreendimentos de infra-estrutura linear e em operação que
4161necessitem de atividades de manutenção, reparação, melhoria e aumento de
4162capacidade, quando desenvolvido dentro dos limites de sua faixa de domínio. Essa
4163emenda da CNI e CNT. Em seguida temos uma emenda do MMA ao inciso II do art.
41645º. Aí é um artigo que tem ainda, nos incisos, uma divergência do próprio Grupo
4165Assessor, o MMA está fazendo uma alteração à sua proposta original no que
4166concerne ao inciso II. Corta os incisos II e III que o GA está propondo e insere um
4167novo inciso, que diz o seguinte: estiver localizado na sua zona de amortecimento ou
4168não estando esta estabelecida, no limite de até 6 mil metros da UC. No § 1º do art.
41695º. A Secretaria de Portos propõe uma modificação, deixaria assim a proposta: o
4170órgão licenciador deverá disponibilizar, na rede mundial de computadores, as
4171informações sobre as licenças emitidas quando houver ciência ao órgão responsável
4172pela administração da UC, ou incorporação de exigências no licenciamento
4173relacionadas à proteção ambiental da UC e da respectiva zona de amortecimento.
4174Seguindo, aí temos também aqui uma parte ainda que não houve consenso pelo
4175Grupo Assessor, que há uma proposta de supressão e uma proposta de
4176modificação. É isso, Presidente, as emendas novas que surgiram. Aí tem aquelas
4177que vieram em dúvida do Grupo Assessor.

4178

4179

4180**SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Muito bem. Com essa
4181apresentação das emendas, nós então temos o escopo aí de trabalho já consolidado
4182para a votação. Então essa matéria será objeto de votação amanhã, já logo no início
4183da abertura dos trabalhos, às 9h00min, nós vamos enfatizar...

4184

4185

4186 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – É possível encaminhar por
4187 email aos Conselheiros agora?

4188

4189

4190 **SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – É possível e necessário,
4191 nós temos que fazer um esforço para isso, para que os Conselheiros possam virar a
4192 madrugada aí ainda digerindo as propostas.

4193

4194

4195 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Os Conselheiros vão ter
4196 acesso a esse texto a partir das 22h00min, porque é questão do servidor lá, por
4197 causa do servidor do Ministério. Vamos tentar fazer isso aqui do IBAMA, Danilo.

4198

4199

4200 **SR. JOSÉ MACHADO (Secretário-Executivo - MMA)** – Bom, os colegas aqui
4201 que estão com essa tarefa vão se empenhar para fazer chegar isso no máximo até
4202 às 22h00min, para que todos os Conselheiros possam acessar. Quem tiver
4203 pendrive, pode já acessar aqui. Bem, eu queria cumprimentar as senhoras
4204 Conselheiras, os senhores Conselheiros, agradecer pela paciência e pela
4205 compreensão das nossas dificuldades aqui apresentadas, mas de todo modo dizer
4206 que essa sessão de hoje é uma sessão histórica, celebrativa da 100ª reunião do
4207 CONAMA. Então, uma boa noite a todos e uma boa premiação lá do prêmio Chico
4208 Mendes. Boa noite. Muito obrigado. (*Palmas!*).

4209

4210

4211 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu quero só lembrar aos
4212 Conselheiros que serão homenageados lá na solenidade do Chico Mendes, todos
4213 são esperados lá.